

Relatório Anual 2010

Banco Interamericano de Desenvolvimento



Resenha do Ano



SUMÁRIO FINANCEIRO 2006–2010

CAPITAL ORDINÁRIO

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	2010	2009	2008	2007	2006
Destaques operacionais					
Empréstimos e garantias aprovados ^{1,2}	\$12.136	\$15.278	\$11.085	\$ 8.577	\$ 5.632
Desembolsos de empréstimos	10.341	11.424	7.149	6.725	6.088
Amortizações de empréstimos	5.598	4.542	4.740	5.265	8.615
Dados do balanço patrimonial					
Caixa e investimentos, líquido, depois dos swaps	\$16.585	\$20.204	\$16.371	\$16.301	\$16.051
Saldo de empréstimos	63.007	58.049	51.173	47.954	45.932
Parcela dos empréstimos aprovados a desembolsar	22.357	21.555	19.820	16.428	16.080
Total do ativo	87.217	84.006	72.510	69.907	66.475
Saldo de captações, depois dos swaps	57.874	57.697	47.779	45.036	43.550
Patrimônio líquido	20.960	20.674	19.444	20.353	19.808
Dados da demonstração do resultado					
Lucro de empréstimos, depois dos swaps	\$ 1.830	\$ 2.002	\$ 2.355	\$ 2.436	\$ 2.466
Lucro (prejuízo) de investimentos	624	831	(973)	487	619
Despesas de captação, depois dos swaps	550	951	1.764	2.135	2.070
Lucro (prejuízo) operacional	1.252	1.294	(972)	283	627
Relação					
Entre patrimônio total ³ e empréstimos	33,4%	34,2%	35,3%	40,2%	40,8%

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	2010	2009	2008	2007	2006
Destaques operacionais					
Empréstimos e garantias aprovados	\$ 297	\$ 228	\$ 138	\$ 152	\$ 605
Desembolsos de empréstimos	398	414	415	393	398
Amortizações de empréstimos	214	220	229	275	290
Dados do balanço patrimonial					
Caixa e investimento	\$ 1.413	\$ 1.410	\$ 1.355	\$ 1.565	\$ 1.592
Saldo de empréstimos, líquido ⁴	4.004	4.317	4.101	3.966	3.733
Parcela dos empréstimos aprovados a desembolsar	1.038	1.290	1.502	1.783	2.229
Total do ativo	6.112	6.449	6.289	6.305	6.148
Saldo do Fundo	5.346	5.907	5.786	5.878	5.758
Dados da demonstração do resultado					
Lucro de empréstimos	\$ 74	\$ 83	\$ 91	\$ 90	\$ 152
Despesa com cooperação técnica	24	23	33	23	19
Despesa com alívio de dívida	484	(3)	—	—	3.306
Transferências da Reserva Geral	364	122	50	50	61
Lucro (prejuízo) líquido	(792)	(14)	(72)	9	(3.267)

¹ Exclui garantias emitidas no âmbito do Programa de Facilitação do Financiamento do Comércio (TFFP).

² Em 2009, inclui US\$ 800 milhões em cancelamentos de aprovações de empréstimos.

³ Define-se “patrimônio total” como sendo ações do capital realizado, lucros retidos e as reservas para perdas com empréstimos e garantias, menos os saldos de caixa em moeda local dos países mutuários, deduzidos os valores a receber dos membros (mas não os valores a pagar aos membros) e os efeitos acumulados dos ajustes líquidos de valor justo realizados nas carteiras, exceto as de curto prazo.

⁴ Entre 2006 e 2008, líquido de provisão para alívio da dívida.

Carta de apresentação

Conforme estabelecem os regulamentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Diretoria Executiva submete à Assembleia de Governadores o Relatório Anual do Banco referente a 2010. O relatório contém uma descrição das atividades do Banco em 2010 (empréstimos, garantias e financiamentos

não reembolsáveis), as demonstrações contábeis básicas do Banco e os apêndices gerais.

25 de fevereiro de 2011



Um parceiro para a América Latina e o Caribe

Relatório Anual **2010**

Resenha do Ano

O Grupo do BID

O Grupo do BID compreende o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Corporação Interamericana de Investimentos (CII) e o Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin).

O BID, o maior e mais antigo banco de desenvolvimento multilateral regional do mundo, é a principal fonte de financiamento multilateral para o desenvolvimento econômico, social e institucional na América Latina e no Caribe.

A CII concentra-se no apoio a empresas de pequeno e médio porte, enquanto o Fumin promove o crescimento do setor privado com financiamentos não reembolsáveis e investimentos.

Os empréstimos e financiamentos não reembolsáveis do Grupo do BID ajudam a financiar projetos de desenvolvimento e prestam apoio a estratégias em áreas vitais: redução da pobreza; expansão do crescimento; promoção da energia sustentável e mitigação do impacto da mudança climática;

maior investimento em água e saneamento, infraestrutura e educação; e desenvolvimento do setor privado.

No fim de 2010, o BID tinha aprovado US\$ 197 bilhões em empréstimos e garantias para financiar projetos com investimentos totais superiores a US\$ 420 bilhões, bem como US\$ 4,1 bilhões em financiamentos não reembolsáveis e de cooperação técnica com recuperação contingente.

Os recursos financeiros provêm de seus 48 países membros, de captações nos mercados financeiros e dos fundos fiduciários que administra, além de operações de cofinanciamento. A nota da dívida do BID é a mais alta que existe: AAA.

O BID tem sede em Washington, capital dos Estados Unidos, e conta com Representações em todos os 26 países membros da América Latina e do Caribe, além de escritórios em Paris e Tóquio.

Países membros

Alemanha	Brasil	Dinamarca	Guatemala	México	Reino Unido
Argentina	Canadá	El Salvador	Guiana	Nicarágua	República Dominicana
Áustria	Chile	Equador	Haiti	Noruega	Suécia
Bahamas	China	Eslovênia	Honduras	Países Baixos	Suíça
Barbados	Colômbia	Espanha	Israel	Panamá	Suriname
Bélgica	Coreia, República da	Estados Unidos	Itália	Paraguai	Trinidad e Tobago
Belize	Costa Rica	Finlândia	Jamaica	Peru	Uruguai
Bolívia	Croácia	França	Japão	Portugal	Venezuela

Nota: O Relatório Anual, incluídas as demonstrações contábeis auditadas, está disponível no site do Banco na Internet, em www.iadb.org.

CAPA:

Um empréstimo do BID financia modernizações para tornar o sistema de transporte público Metropolitano de Lima mais acessível, eficiente, econômico, seguro e ambientalmente sustentável. O sistema opera por meio de uma parceria público-privada entre a Cidade de Lima, operadoras privadas de ônibus e outras empresas.

Fotografia: Santiago Galdós Gago, PROTRANSPORTE



SUMÁRIO

Mensagem do Presidente	1
Diretoria Executiva	3
O BID em 2010	5
Aumento Geral de Capital	7

Áreas prioritárias

Meio ambiente, energia sustentável e mudança climática	9
Capacidade institucional	10
Política social	11
Infraestrutura	13
Integração	14
Desenvolvimento do setor privado	15

Outras áreas vitais

Eficácia no desenvolvimento	17
Gestão de riscos	18
Auditoria, supervisão e avaliação	19
Integridade	20
Consultas públicas e a sociedade civil	20
Mecanismo Independente de Consulta e Investigação	21
Recursos humanos	21
Conhecimento e aprendizagem	22

As operações no ano

Empréstimos e garantias	25
Custo total dos projetos	25
Desembolsos	25
Amortizações	25
Financiamentos não reembolsáveis	32
Fundos fiduciários	32
Cofinanciamentos	33

Destaques financeiros

Capital Ordinário	37
Fundo para Operações Especiais	38
Fundo Não Reembolsável do BID	38
Realizações importantes em 2010	38
Outras realizações	41

Demonstrações contábeis básicas

Capital Ordinário	44
Fundo para Operações Especiais	47
Mecanismo de Financiamento Intermediário	50
Fundo Não Reembolsável do BID	51

Apêndices gerais

Governadores e Governadores Suplentes	52
Diretores Executivos e Diretores Executivos Suplentes	53
Órgãos de ligação e depositários	54
Principais funcionários	55
Representações e Representantes	56

Figuras

1 • Operações por setor, 2010	5
2 • Empréstimos, 2001-2010	25
3 • Desembolsos, 2001-2010	25
4 • Financiamentos não reembolsáveis por setor, 2010	32
5 • Captações em 2010, antes dos swaps	38

Tabelas

I • Despesas administrativas consolidadas	23
II • Estrutura salarial do pessoal em 31 de dezembro de 2010	23
III • Distribuição de operações por setor	26
IV • Empréstimos e desembolsos no ano (2010) e acumulados (1961-2010)	27
V • Lista de operações aprovadas (superiores a US\$ 5 milhões, 2010)	28
VI • Financiamentos não reembolsáveis por país	33
VII • Cofinanciamentos em 2010	34
VIII • Fundos em administração ativos, 2010	35
IX • Captação de recursos, Exercício de 2010	39
X • Saldo de captações por moeda em 31 de dezembro de 2010	41
XI • Demonstrativo dos saldos de empréstimos em 31 de dezembro de 2010	42
XII • Subscrições do capital, cotas de contribuição e poder de voto em 31 de dezembro de 2010	43
XIII • Dez anos de operações, 2001-2010	57



Após o terremoto no Haiti, o BID atuou com agilidade, fornecendo estruturas temporárias e materiais escolares para que crianças e professores pudessem retornar às aulas.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2010 foi marcado por eventos notáveis na América Latina e no Caribe e por mudanças profundas no Banco. O Produto Interno Bruto da Região cresceu quase 6% em 2010, recuperando o terreno perdido em 2009 e consolidando os ganhos dos anos anteriores.

Foi admirável a forma como a Região recuperou-se da crise. Nossos países puderam adotar programas anticíclicos que limitaram o impacto social da recessão. Em contraste ao que aconteceu em outras regiões do mundo, o impacto sobre o setor financeiro foi mínimo, destacando-se a ausência de emergências cambiais, tão típicas no passado. Como resultado, não houve surpresas na hora de cumprir com os compromissos da dívida pública, e os canais de financiamento foram restaurados com rapidez.

Mas o ano também nos relembrou da vulnerabilidade de nossa Região às forças da natureza. A tragédia do Haiti e a magnitude dos desastres naturais ocorridos em vários de nossos países — Chile, Colômbia, Equador, Guatemala e Venezuela, entre outros — evidenciaram a necessidade urgente de a Região estar melhor preparada para administrar desastres e adaptar-se à mudança climática.

Olhando para a frente, são muito promissoras as perspectivas sociais e econômicas da Região. Projeta-se que a América Latina e o Caribe crescerão, a curto prazo, a uma taxa superior à das economias desenvolvidas, havendo condições internas e externas que nos dão otimismo para o médio prazo.

Contudo, ainda há desafios e, para enfrentá-los e estar à altura das necessidades da Região, o Banco tem continuado a reforçar sua capacidade técnica e financeira. Em julho último, os Governadores do Banco aprovaram os termos e as condições do Nono Aumento Geral de Capital (BID-9), que aumentará a capacidade financeira do Banco, renovará sua visão estratégica e definirá um programa abrangente de reformas que, somadas às reformas já implementadas, permitirão que nos consolidemos como uma instituição mais sólida, eficaz e eficiente.

Com a visão dos Governadores, a dedicação da Diretoria Executiva, o empenho da Administração e o talento de nossa equipe técnica, em 2010 fizemos avanços consideráveis na direção definida pelo BID-9. Esse progresso e compromisso institucional estão refletidos, inclusive, na aprovação da política de suficiência do capital e aplicação do novo modelo abrangente de gestão da renda no início da elaboração de um orçamento baseado em resultados para 2011, na aprovação de um novo marco de gestão de riscos



Luis Alberto Moreno, Presidente do BID, com mulheres maias da região do Lago Atitlán, na Guatemala.

no Banco, na alocação dos recursos do Fundo para Operações Especiais para os próximos dois anos, na adoção de um mecanismo de financiamento concessional para os países qualificados do Leste do Caribe, por meio do Banco Caribenho de Desenvolvimento, na extensão do programa de liquidez para a Corporação Interamericana de Investimentos poder reforçar sua capacidade de financiamento para pequenas e médias empresas, na elaboração do Marco de Eficácia no Desenvolvimento, nas metodologias de avaliação de operações com e sem garantia soberana, no reforço do Mecanismo Independente de Consulta e Investigação, na nova política de acesso a informações, no início da agenda de apoio financeiro e técnico para o Haiti e na implementação do Plano de Ação do Marco Anticorrupção.

Também demos passos no terreno para cumprir os objetivos de financiamento, adotar estratégias setoriais prioritárias e definir a estratégia de desenvolvimento para o setor privado e para operações sem garantia soberana. Elaboramos e aprovamos a política operacional referente à igualdade de gêneros e fizemos avanços no estabelecimento de uma metodologia para a análise da sustentabilidade macroeconômica como parte dos exercícios anuais de programação. Estamos lançando os alicerces operacionais para implementar a política de acesso a informações e continuamos a reforçar os mecanismos de salvaguarda da ética e da integridade institucional.

Além dessa agenda, o Banco continuou a operar com velocidade máxima para assegurar um programa sólido de apoio aos países da Região. Em 2010, chegamos a um número recorde de operações aprovadas, com 170 projetos novos. Em termos de volume de recursos, aprovamos US\$ 12,7 bilhões. Para as 19 economias menores, aprovamos US\$ 4,2 bilhões, cerca de 33% do total de aprovações. Os resultados também foram satisfatórios em termos de desembolsos, com um total de US\$ 10,9 bilhões até o fim do ano. Os fluxos líquidos de financiamentos para a Região alcançaram um volume de US\$ 5,1 bilhões.

O Haiti merece menção especial em virtude da magnitude de suas necessidades e do compromisso do Banco com o país. Graças aos esforços envidados por vários de nossos doadores, obtivemos com grande rapidez contribuições antecipadas no valor de US\$ 236 milhões para o FOE, que deram ao Banco a capacidade para converter em financiamentos não reembolsáveis o saldo de empréstimos a desembolsar para o Haiti e quitar toda a dívida de US\$ 484 milhões do país. Essa iniciativa financeira foi acompanhada por um trabalho técnico sólido e apoio para o programa de reconstrução liderado pelo Governo do Haiti. Em 2010, aprovamos US\$ 251 milhões em financiamentos do Fundo Não Reembolsável do BID, mais do que o triplo da média dos três anos anteriores. Incluindo-se os financiamentos não reembolsáveis de todas as fontes, o total alcançou US\$ 352 milhões. Houve desembolsos no valor de US\$ 177 milhões, um

montante consideravelmente superior à média dos cinco anos anteriores. A carteira de cooperação técnica cresceu em mais de 50%. Além dos números, as ações de nossas equipes técnicas foram essenciais em setores como os da educação, transportes, energia, água e saneamento, assim como finanças, refletindo a intensidade de nosso compromisso com o Haiti.

Vemos os resultados alcançados com satisfação. Em termos do futuro, temos uma agenda rigorosa à nossa frente e uma grande responsabilidade para com a Região. Estamos empenhados em intensificar nosso apoio aos países menores e menos desenvolvidos e em prestar um nível excepcional de apoio ao Haiti. Também definimos metas ambiciosas de financiamento para ajudar a reduzir a pobreza e a desigualdade, melhorar a gestão da mudança climática, promover a sustentabilidade ambiental e adotar fontes de energia sustentável, apoiar a integração regional e estimular a contribuição do setor privado para o desenvolvimento regional, juntamente com uma agenda importante de reforço institucional.

Com a consolidação do Nono Aumento Geral de Capital, alinhada às metas que nós próprios definimos, poderemos ser um Banco melhor preparado para acompanhar a Região neste momento de grande expansão econômica e dinamismo social, não obstante os desafios que persistem. Nossas ações em 2011 e em anos vindouros serão cruciais para isso.



Luis Alberto Moreno

Presidente

Banco Interamericano de Desenvolvimento

DIRETORIA EXECUTIVA



Diretores Executivos [da esquerda para a direita, primeira fileira], Manuel Coronel Novoa, Eugenio Díaz-Bonilla, Vinita Watson, Mattia Adani, Alex Foxley, Yasusuke Tsukagoshi, Muriel Alfonseca, Hugo Cáceres, Marc-Olivier Strauss-Kahn, Gustavo Arnavat [da esquerda para a direita, segunda fileira], Adina Bastidas, Roberto Prieto Uribe, Sérgio Portugal, Martín Bès, José Carlos Miranda, Xavier Santillán, Marcelo Bisogno, Carmen María Madriz, Ulrike Metzger, Gerry Duffy, Richard Bernal, Juan Valdivia, Antonio De Roux, Cecilia Ramos, Kurt Mukesh Anthony Kisto, Peter Cameron, Orla Bakdal

Os acionistas do BID — os 48 países membros — são representados pela Assembleia de Governadores, autoridade máxima do Banco. Os Governadores delegam boa parte de seus poderes à Diretoria Executiva, cujos 14 membros elegem ou nomeiam para cumprir mandatos de três anos. Os Diretores Executivos representantes dos Estados Unidos e Canadá representam apenas seus próprios países; todos os outros representam grupos de países. A Diretoria Executiva também conta com 14 Suplentes, que detêm total poder de decisão na ausência do titular.

A Diretoria Executiva é responsável pelas operações do Banco no dia a dia. Estabelece as políticas da instituição, aprova projetos, determina as taxas de juros dos empréstimos do Banco, autoriza captações nos mercados de capitais e aprova o orçamento administrativo da instituição. O trabalho da Diretoria Executiva é guiado por seu Regulamento e seu Código de Ética. As pautas e atas das reuniões da Diretoria Executiva e de seus comitês permanentes são documentos públicos.



O Programa de Serviços Agrícolas Provinciais (PROSAP) da Argentina apoiará melhorias sustentáveis na infraestrutura econômica rural e na capacidade institucional, promovendo o investimento privado.

O BID EM 2010

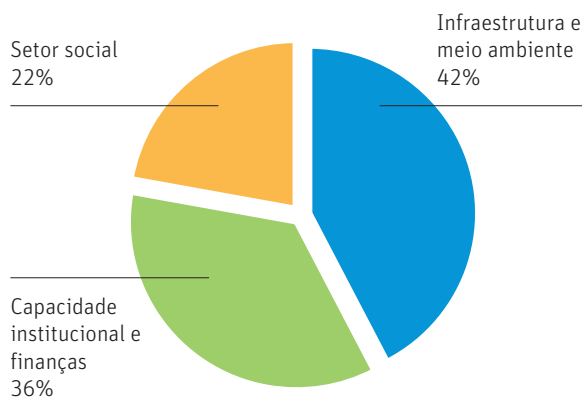
Um ano que começou com uma devastação sem precedentes no Haiti encerrou-se com sinais de esperança, nesse e em outros países da Região. A Região teve um crescimento econômico estimado em 5,7%, apresentando uma recuperação vigorosa em relação ao recuo agregado de 1,7% em 2009. O Banco também passou por um momento decisivo. Na Reunião Anual, em março, a Assembleia de Governadores aprovou a Declaração de Cancún, abrindo o caminho para um acordo acerca do Nono Aumento Geral de Recursos do Banco (BID-9). Esse acordo histórico contém três componentes principais, que estão descritos no *Relatório sobre o Nono Aumento Geral de Recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento*, aprovado pelos Governadores em julho: um aumento do Capital Ordinário (CO) do Banco; US\$ 479 milhões adicionais para o Fundo para Operações Especiais (FOE), que permitiram cancelar a dívida do Haiti com o Banco e alocar recursos para esse país nos próximos 10 anos; e, por fim, a definição de uma agenda de reformas, as quais, combinadas com as que já estão em curso, melhorarão a eficiência e a eficácia institucional e posicionarão o Banco na vanguarda das organizações multilaterais em áreas como da governança, gestão financeira, sustentabilidade e eficácia no desenvolvimento.

O aumento de capital, descrito em detalhe mais à frente neste relatório, é o primeiro do Banco em 16 anos e, no patamar dos US\$ 70 bilhões, o maior de sua história.

O Banco aprovou 170 projetos em 2010, uma quantidade recorde. O volume de empréstimos, garantias e operações financiadas pelo Fundo Não Reembolsável do BID, que somaram US\$ 12,7 bilhões, foi o segundo maior em 50 anos de operações, ultrapassado apenas pelo total registrado no ano anterior, quando o Banco deu apoio à estratégia anticíclica dos países da Região com o objetivo de superar a crise. Do total de empréstimos concedidos em 2010, 33% foram direcionados para os países menores e relativamente mais pobres dos grupos C e D, comparados com 24% em 2009. Dando continuidade à recente tendência, o programa de crédito de 2010 foi consideravelmente maior em comparação com o período anterior à crise. Em 2001-2005 foram aprovados empréstimos no valor de US\$ 6,4 bilhões em média, montante que ascendeu para quase US\$ 11 bilhões em 2006-2010. Os desembolsos de empréstimos durante o ano totalizaram US\$ 10,8 bilhões, um valor que, novamente, foi inferior apenas ao volume registrado em 2009. Os projetos aprovados durante o ano também se caracterizaram pela variedade — em termos de setor econômico, instrumentos financeiros utilizados e parcerias com outras organizações.

As aprovações de financiamentos não reembolsáveis, inclusive os de investimento, totalizaram US\$ 570,8 milhões. Incluindo-se os financiamentos do Programa de Empreendedorismo Social e do

Figura 1. Operações por setor, 2010



Fundo Não Reembolsável do BID, o total alcança o nível recorde de US\$ 830,1 milhões. Até o fim do ano, a quantidade de fontes de financiamento não reembolsável era o maior da história do Banco.

Em sua trajetória durante o ano, o Banco fez avanços importantes para aumentar a eficiência e a eficácia. Houve uma evolução significativa nas reformas institucionais fundamentais que já estavam em curso, e outras foram iniciadas. A dedicação do pessoal do Banco foi essencial nesse processo, tanto na Sede como nas Representações, assim como a intensificação da atividade dos comitês permanentes e ad hoc da Diretoria Executiva. Entre outras tarefas, no início de 2010 deu-se início à implementação do novo sistema integrado de suficiência do capital e análise de carteira, que inclui elementos relacionados a projeções financeiras e gestão de ativos e passivos. A nova política de gestão de ativos e passivos aumentará a estabilidade e os retornos da carteira de ações. O Banco também adotou um Modelo de Gestão da Renda, um plano financeiro de longo prazo e um quadro de orçamento baseado em resultados. No fim do ano, a Diretoria Executiva chegou a um acordo sobre uma nova alocação de recursos para 2011-2012 em relação aos países qualificados para ter acesso ao FOE.

Nas áreas de gestão e integridade, o ano foi caracterizado por uma série de importantes mudanças de política e reforços das salvaguardas. O novo Mecanismo Independente de Consulta e Investigação (MICI) foi declarado em vigor pela Diretoria Executiva em setembro, tomando-se as medidas necessárias para implementá-lo e garantir sua operação institucionalizada e eficiente. Em maio, foi aprovada a nova Política de Acesso a Informações, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2011. Essa política amplia o acesso do público a informações acerca das atividades da Diretoria Executiva e dos projetos do Banco. O Comitê de Sanções foi reconfigurado no



Vice-Presidente Executiva Julie T. Katzman no Foromic

âmbito do Plano de Ação Anticorrupção, que foi implementado pela Administração. O órgão atuará em casos que envolvem alegações de fraude e corrupção em projetos financiados pelo Banco. Quatro dos sete membros do Comitê são externos ao Banco. Em julho, o Banco assinou um acordo de cooperação com o Banco Africano de Desenvolvimento, o Banco Asiático de Desenvolvimento, o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento e o Grupo do Banco Mundial no tocante à desqualificação recíproca de empresas e indivíduos que cometam violações em qualquer das instituições.

O Banco continuou a oferecer liderança intelectual aos responsáveis por políticas de desenvolvimento, desde autoridades públicas até acadêmicos e organizações da sociedade civil. Em Montevideu realizou-se o Foromic, a principal conferência anual sobre crédito para o desenvolvimento da microempresa na Região. O fórum, organizado pelo Fundo Multilateral de Investimento (Fumin) do Banco, reconheceu a vitalidade do setor de microcrédito, que persistiu mesmo em meio à desaceleração econômica da Região.

Em novembro, o Banco recebeu ou ajudou a patrocinar 33 eventos importantes, desde conferências sobre financiamento para as áreas de mudança climática, educação e comércio até o diálogo regional sobre políticas de participação comunitária na prestação de serviços sociais e a X Reunião Anual BID-Sociedade Civil, realizada em Quito.

Durante todo o ano, o Banco trabalhou com afinco para cumprir sua missão central e colaborou com os países-membros mutuários para promover a agenda de desenvolvimento da Região — concentrando recursos e perícia técnica na assistência aos mais carentes e mais vulneráveis. Após os terremotos no Haiti e no Chile e outros desastres naturais, o Banco aprovou operações de socorro e reconstrução específicas para esses países. Com uma visão de mais longo prazo, a Diretoria Executiva aprovou a reposição do Fundo de Prevenção de Desastres com recursos do Capital Ordinário do Banco, a serem complementados por contribuições adicionais ao Fundo Fiduciário Multidoadores para Prevenção

de Desastres. Em termos mais amplos, também se registrou no ano a aprovação de projetos importantes para o combate à pobreza, como nas áreas de cuidado pré-natal e educação infantil, e a continuação do apoio a iniciativas destinadas a reduzir a desigualdade, desde projetos de transferência condicional de renda (TCR) até a participação no Programa Global para a Agricultura e a Segurança Alimentar (GAFSP, na sigla em inglês), um fundo multilateral que até dezembro já havia atraído compromissos de contribuição de quase US\$ 900 milhões. Os empréstimos para fundos de investimento social foram elevados para US\$ 1,4 bilhão, representando 11% dos empréstimos concedidos no ano.

Houve tanto continuidade como mudança nos altos escalões da Administração do Banco durante o ano. Em outubro, após sua reeleição, em junho, Luis Alberto Moreno deu início ao seu segundo mandato de cinco anos como Presidente do Banco. Em dezembro, a Diretoria Executiva aprovou a nomeação de Julie T. Katzman como Vice-Presidente Executiva.

AUMENTO GERAL DE CAPITAL

Em 21 de julho de 2010, a Assembleia de Governadores do Banco aprovou o *Relatório sobre o Nono Aumento Geral de Recursos do BID*. O Relatório sobre o BID-9 traça o rumo estratégico a ser seguido pelo Banco nos anos vindouros e define o quadro de resultados segundo o qual será medido o desempenho da instituição. Com o BID-9, os Governadores também decidiram votar sobre um Projeto de Resolução para autorizar um aumento geral de recursos do Capital Ordinário do Banco, da ordem de US\$ 70 bilhões, que os membros do Banco subscreveriam durante um período de cinco anos a partir de 2011. Esse valor incluiria um aporte de US\$ 1,7 bilhão na forma de ações do capital ordinário realizado, e o restante em ações do capital ordinário exigível. Os Governadores também decidiram votar sobre um Projeto de Resolução que autorizaria um aumento dos recursos do FOE, no valor adicional de US\$ 479 milhões em novas cotas de contribuição a serem pagas pelos membros do Banco em uma ou cinco prestações anuais de igual valor, a partir de 2011, com a possibilidade de contribuições antecipadas. Em 31 de dezembro de 2010, haviam sido recebidos US\$ 236 milhões em contribuições antecipadas. Os votos referentes aos Projetos de Resolução devem ser recebidos até 31 de outubro de 2011 ou data posterior que a Diretoria Executiva venha a determinar. Em caso de aprovação dos Projetos de Resolução, o Banco receberá o maior aumento de recursos da história da instituição, assegurando a sustentabilidade do guichê concessional do Banco até 2020 e permitindo que o Banco preste um nível de apoio sem precedentes ao Haiti durante os próximos 10 anos.

Antes de aprovarem os termos e as condições do BID-9, os Governadores do Banco discutiram detalhadamente os desafios emergentes na Região e como estes afetarão o panorama do desenvolvimento em anos vindouros. A Estratégia Institucional do Banco, que se reflete no BID-9, é balizada pelos desafios que constituirão a pedra angular do desenvolvimento na Região: reduzir a pobreza e a desigualdade e alcançar um crescimento sustentável. Para reduzir a pobreza e a desigualdade, o Banco precisará ampliar sua atuação, passando dos programas sociais tradicionais de redistribuição de renda para aqueles que reconheçam as iniquidades no acesso a serviços e empregos produtivos na Região; tal ampliação será essencial para tratar das causas estruturais da pobreza. O crescimento sustentável requer um equilíbrio entre a expansão da base econômica da Região e os desafios criados pela mudança climática e pela demanda por fontes sustentáveis de energia. Enfrentar esses dois desafios está no cerne das prioridades setoriais do Banco para os próximos anos.

O BID-9 também enfoca dois objetivos estratégicos fundamentados nas vantagens comparativas e na missão do Banco: atender às necessidades especiais dos países pequenos e vulneráveis e promover o desenvolvimento por meio do setor privado. As necessidades dos países pequenos e vulneráveis exigem que o Banco tenha a capacidade de oferecer soluções eficazes para os desafios mais urgentes que a Região enfrenta em termos de desenvolvimento. Esses países precisam de um apoio efetivo do Banco, específico para cada país, a preços e com condições de reembolso compatíveis com os quadros de sustentabilidade da dívida, levando-se em consideração sua capacidade de absorção e a suscetibilidade de suas economias à estagnação e volatilidade. Para promover o desenvolvimento por meio do setor privado, é preciso haver uma integração plena de empréstimos sem garantia soberana no quadro estratégico do Banco, em reconhecimento do papel do setor privado na geração de um crescimento robusto e na criação de empregos, que são ambos elementos necessários para enfrentar a pobreza e a desigualdade com eficácia.

Desde a aprovação dos termos e das condições do BID-9, o Banco tem-se dedicado ativamente a cumprir os compromissos estabelecidos pelos Governadores na Agenda Banco Melhor, incluída no Relatório sobre o BID-9, e a implementar os elementos da nova Estratégia Institucional do Banco. No primeiro caso, durante 2010, o Banco aprovou uma nova Política de Acesso a Informações, deu início à implementação de uma metodologia de orçamento baseado em resultados para o orçamento de 2011 e divulgou seu primeiro Plano Financeiro de Longo Prazo. Entre outras iniciativas, o Relatório também previu um aumento dos limites referentes a empréstimos sem garantia soberana, o desenvolvimento de uma metodologia de análise da sustentabilidade macroeconômica, a consideração das recomendações do Grupo Assessor Independente sobre Sustentabilidade e o apoio ao Banco Caribenho de Desenvolvimento. A Administração também começou a elaborar vários documentos de estratégia, correspondentes às prioridades setoriais da Estratégia Institucional, conforme definida no Relatório sobre o BID-9: *Política social para equidade e produtividade; Instituições para crescimento e bem-estar social; Integração internacional competitiva no âmbito regional e global; e Proteção do meio ambiente, resposta à mudança climática, promoção da energia renovável e aumento da segurança alimentar*. No primeiro trimestre de 2011, as estratégias setoriais referentes ao meio ambiente e à mudança climática, política social, instituições e integração serão apresentadas para aprovação da Diretoria Executiva. Também foi dado início à formulação de uma estratégia integrada de desenvolvimento do setor privado. No final do ano, concluía-se a análise da Matriz de Eficácia no Desenvolvimento e, em 1º de janeiro, estava em vigor um limite de avaliabilidade para todas as operações do Banco.



A usina hidrelétrica Porce III, financiada pelo BID, foi inaugurada em 2010. Acrescentará 650 megawatts sustentavelmente à matriz energética da Colômbia.

ÁREAS PRIORITÁRIAS

Meio ambiente, energia sustentável e mudança climática

O aumento de capital do BID-9 solidifica o compromisso do Banco com a sustentabilidade ambiental e o avanço nas questões de mudança climática e energia sustentável. O aumento de capital segue-se a um período inédito de reforma e renovação, fundamentando-se em iniciativas importantes nas áreas de água e saneamento, mudança climática e energia sustentável, e em parcerias chave para a sustentabilidade, sobretudo a forjada com o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês). Assim, o Banco intensificou significativamente os investimentos em projetos destinados a melhorar o meio ambiente (saneamento, gestão de resíduos sólidos, redução da poluição), apoiar medidas de mitigação e adaptação no tocante aos efeitos da mudança climática, assim como promover a conservação da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais.

Além disso, formou-se um Grupo Assessor Independente sobre Sustentabilidade para oferecer conselhos e recomendações ao BID acerca da experiência do Banco com a implementação da Política de Meio ambiente e Observância de Salvaguardas e o cumprimento de seus objetivos.

O Banco continuou a desempenhar um papel ativo nos esforços da comunidade global para definir políticas e mobilizar novas fontes de financiamento para projetos relacionados com a mudança climática e a sustentabilidade ambiental. Consolidando-se nessa função, em 2010 o BID apresentou sua estratégia de mudança climática (CCS), a Estratégia Integrada do BID para Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas e Energias Sustentáveis e Renováveis, para um período de 90 dias de consulta pública à sociedade civil e ao setor privado, realizando várias sessões de consulta com importantes intervenientes regionais. A CCS é a pedra angular do BID para cumprir o objetivo de alocar 25% de seus empréstimos para as áreas de mudança climática, sustentabilidade ambiental e energia sustentável (inclusive energia renovável).

O Banco também adquiriu novas ferramentas para ajudar a salvaguardar os projetos que financia: duas novas diretrizes referentes a mudança climática, para investimentos na produção de cimento, e outra para projetos de aterro sanitário, que se unem às diretrizes referentes a usinas energéticas a carvão, elaboradas em 2009.

Os empréstimos do BID para projetos pertinentes à sustentabilidade ambiental, mudança climática e energia sustentável subiram do patamar de 6,2% dos empréstimos concedidos em 2006 para 27,6% em 2010 (US\$ 3,6 bilhões para 42 operações de crédito). Além disso, o Banco continuou a oferecer financiamentos por meio



O programa de desenvolvimento sustentável do BID na região da mata semi-urbana no Brasil inclui a proteção e recuperação de partes da Mata Atlântica.

de operações não reembolsáveis de cooperação técnica (CT), fundos e parcerias para dar apoio a essa importante área.

Cabe sublinhar que, em 2010, em parceria com a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL), o Banco financiou oito estudos nacionais e um estudo regional centro-americano, sobre o impacto econômico da mudança climática. Esses estudos são combinados com empréstimos de apoio a reformas de políticas, que reforçam as capacidades institucionais de ministérios para que adotem um enfoque unificado na mudança climática, com processos nacionais de planejamento. Em 2010, o BID aprovou empréstimos de apoio a reformas de políticas específicos para a área de mudança climática na Guatemala, México e Peru (totalizando US\$ 675 milhões). O programa da Guatemala é o primeiro na região mesoamericana, que apresenta alta vulnerabilidade, e permite o financiamento paralelo por órgãos de cooperação internacional, criando um fundo de adaptação de €10 milhões, financiado por swaps de dívida.

Em 2010, o BID avolumou significativamente seu financiamento da CT voltada à adaptação e concentrou sua assistência na mitigação, empreendendo atividades nas áreas de eficiência energética e financiamento de carbono e apoiando o acesso de instituições privadas e públicas aos mercados de carbono. Da mesma forma, os Indicadores de Sustentabilidade em Biocombustíveis, em versão atualizada em 2010, adquiriram reconhecimento internacional como resultado da parceria do BID com a Mesa-Redonda sobre Biocombustíveis Sustentáveis e a Parceria Global de Bioenergia.

Em 2010, o BID também começou a lançar as bases do programa Cidades Sustentáveis Emergentes, que promoverá o desenvolvimento urbano sustentável e integrado das cidades de porte médio na Região. Além disso, o Banco fez avanços no desenvolvimento de uma iniciativa concentrada em transportes com sustentabilidade ambiental.

O ano foi igualmente importante para a parceria do Banco com o GEF. Durante 2010, o BID ampliou sua carteira financiada pelo GEF em 70%, em relação a 2009, com seis projetos aprovados pela Diretoria Executiva nas áreas de eficiência energética, energia renovável, biodiversidade marinha e costeira, gestão de bacias hidrográficas e degradação do solo. Essas aprovações representam um investimento total de US\$ 17,1 milhões em recursos do GEF, com outros US\$ 87,7 milhões em financiamentos de contrapartida.

Capacidade institucional

O mandato da Assembleia de Governadores com respeito a *Instituições para crescimento e bem-estar social* constituiu uma diretiva para continuar e aprofundar o programa de operações do Banco em áreas que vão desde serviços financeiros (crédito para pequenas empresas por meio de mecanismos de segundo nível) até eficiência fiscal (inclusive iniciativas de promoção da descentralização nos países) e segurança do cidadão (modernização da justiça). Em seus preparativos para diversificar ainda mais o programa de operações em áreas como reforma de mercados de crédito, política tributária e apoio ao combate à corrupção nos países, o BID em 2010 deu ênfase a várias iniciativas empreendidas com novos parceiros,

colaborando, inclusive, com a Comissão Europeia e seu Mecanismo de Investimento na América Latina e com a Fundação FIA em trabalhos voltados à segurança nas estradas.

Ao aprovar um financiamento não reembolsável no valor de US\$ 3,7 milhões, o objetivo do Banco foi o de ajudar o governo haitiano a lançar uma plataforma tecnológica que o país pudesse utilizar para gerir informações e recursos durante o trabalho de reconstrução. O programa, cofinanciado pela Microsoft Corporation e a Infusion Development, aumentará a segurança das comunicações, abrigando sistemas críticos de informação e recuperando bancos de dados críticos que se perderam no terremoto.

O Fundo Temático de Capacitação Institucional (FTCI), que iniciou suas operações em 2010 com uma alocação de US\$ 75 milhões doados pela China, melhorou a capacidade do BID para apoiar iniciativas do setor público; em 2010, o Banco aprovou 36 operações de nove departamentos diferentes do Banco, financiadas com US\$ 16,8 milhões provenientes do FTCI.

Em 2010, o Banco promoveu a inovação na administração pública por meio de alianças estratégicas com outras instituições multilaterais, inclusive: (i) a Rede de Tesouros Públicos da América Latina (RETEPAL), uma iniciativa conjunta com o FMI e o Banco Mundial; e (ii) a Comunidade de Prática e-GP, uma iniciativa conjunta do Grupo de Trabalho do Banco Multilateral de Desenvolvimento (BMD) — BID, Banco Mundial, Banco Asiático de Desenvolvimento, Banco Africano de Desenvolvimento e Comissão das Nações Unidas de Direito do Comércio Internacional [UNCITRAL]) — sobre a utilização de meios eletrônicos para as compras do setor público.



O programa do BID para apoio a políticas de habitação foi uma iniciativa pioneira destinada a melhorar bairros, beneficiando 25.000 famílias em mais de 100 dos bairros mais pobres da Bolívia.

O BID aprovou um empréstimo de apoio a reformas de políticas, no valor de US\$ 100 milhões, para promover as iniciativas de Trinidad e Tobago nesse sentido, constituindo a primeira operação do tipo voltada especificamente a melhorar a gestão dos gastos de capital público. O BID também aprovou um empréstimo de investimento no valor de US\$ 20 milhões, que ajudará o Peru a aumentar sua eficiência na administração pública. Na área de segurança do cidadão, o BID aprovou um empréstimo de US\$ 5 milhões para ajudar a reduzir a criminalidade juvenil em Belize, aumentando a capacidade do governo para formular e implementar políticas de segurança pública. Na área de registros, foi aprovado um empréstimo de US\$ 78 milhões para melhorar o registro de nascimentos e a identificação dos cidadãos, com a criação de novos centros de documentação que ajudarão praticamente todos os equatorianos a ter cédulas de identidade dentro de um período de quatro anos.

Durante todo o ano, o Banco continuou a apoiar o DataGov, um portal inovador que oferece acesso à maioria dos indicadores de governança disponíveis ao público, permitindo a monitoração do progresso dessa área na Região.

O Plano de Ação para combater a corrupção e aumentar a transparência reforça o trabalho do Banco nesse sentido nos níveis nacional, setorial e institucional. Entre os principais resultados do ano destacam-se: (i) assessoramento técnico em mais de 15 financiamentos não reembolsáveis de CT e duas operações de crédito; (ii) compilação de um Índice de Eficácia do Quadro Institucional Anticorrupção; e (iii) metodologias específicas para a prevenção da corrupção nos setores de energia, segurança do cidadão e finanças. Até dezembro, o Fundo Fiduciário para Atividades Anticorrupção havia financiado oito projetos de CT no valor total de US\$ 2,5 milhões.

Um perfil da nova estratégia setorial determinada pelo Relatório sobre o BID-9, *Instituições para crescimento e bem-estar social*, foi discutido com organizações da sociedade civil em Quito e deverá ser considerado pela Diretoria Executiva no primeiro trimestre de 2011.

Política social

Como define o Relatório sobre o BID-9, a prioridade que o Banco atribuirá à *Política social para equidade e produtividade* exigirá mais agressividade em sua atuação em várias áreas operacionais, inclusive a elaboração de protocolos de saúde preventiva, a redução das disparidades nos indicadores de educação e saúde das mulheres indígenas, a continuação da ênfase na transição da escola para o



O Haiti realizou uma vasta campanha de vacinação infantil em novembro, em uma iniciativa apoiada por um financiamento não reembolsável de US\$ 5,5 milhões do BID.

trabalho e a inclusão dos trabalhadores da economia informal no sistema de segurança social. Os programas nessas áreas complementarão o trabalho que o Banco já está realizando — em subse-tores como da educação pré-escolar, nutrição, criação de redes de segurança social para comunidades afrodescendentes e indígenas e programas de emprego temporário.

Em 2010, no Setor Social, o Banco esteve presente em quase todas essas frentes, aprovando 27 empréstimos e 77 CTs no valor total de US\$ 2,8 bilhões e US\$ 37,7 milhões, respectivamente, e executando mais de 130 Produtos de Conhecimento e Capacitação (KCPs, na sigla em inglês) com valor de US\$ 2,3 milhões. Os KCPs consistiram em estudos e conferências que trataram de questões como desenvolvimento na primeira infância, transição escola-trabalho, sistemas de pensão, inovação regional e doenças crônicas.

No âmbito da **saúde**, o Banco aprovou cinco operações com valor total de US\$ 238 milhões, inclusive empréstimos para o Equador e três países centro-americanos (El Salvador, Guatemala e Honduras). Em junho, o Banco anunciou a criação do fundo *Salud Mesoamérica 2015*, de US\$ 150 milhões, na forma de uma parceria público-privada voltada a melhorar a saúde da mulher e da criança entre as populações mais pobres da América Central. A iniciativa inclui uma “tranche de desempenho” condicionada à consecução dos objetivos de desenvolvimento.

O Banco também aprovou um empréstimo de US\$ 35 milhões em apoio a Comunidades de Solidariedade Urbana, uma intervenção integrada de redução da pobreza voltada às comunidades urbanas mais pobres de El Salvador. O programa explora as sinergias entre os investimentos em saúde, nutrição, desenvolvimento na primeira



Um empréstimo do BID forneceu laptops para todos os estudantes e professores nas escolas de ensino fundamental do Uruguai. Na fase seguinte, o programa implementará treinamentos, sistemas e plataformas de apoio para professores e escolas.

infância e juventude em risco. No setor de mercado de trabalho, o Banco aprovou um programa de US\$ 20 milhões para apoiar o emprego na Bolívia e implementar sistemas abrangentes e instrumentos para a formação orientada ao mercado de trabalho, a intermediação e a avaliação por meio de serviços pessoais, telefônicos e via Internet. O programa inclui uma avaliação de impacto baseada em uma amostra aleatória de beneficiários.

No Haiti, o Banco também aprovou um financiamento não reembolsável no valor de US\$ 15 milhões, complementado por US\$ 5 milhões adicionais do Governo da Espanha, cujo objetivo é controlar o surto de cólera por meio de atividades de prevenção, tratamento e saneamento nas comunidades.

Em novembro, o BID aprovou a Política Operacional sobre Igualdade de Gênero no Desenvolvimento, que renova o compromisso do Banco no sentido de apoiar a igualdade de **gênero** em seus países-membros. Quando entrar em vigor em 2011, a política será, juntamente com a Política sobre Povos Indígenas do Banco, a peça central do quadro de políticas de gênero e diversidade do BID. Ambas as políticas representam o compromisso assumido pelo Banco, de promover a integração desses temas nas operações e nos investimentos diretos. Também estabelecem salvaguardas para ajudar a reduzir o risco de exclusão e impactos sociais adversos nas operações do Banco.

Nas áreas de proteção social e saúde há exemplos notáveis de projetos que integraram as questões de gênero em 2010 (por exemplo, o programa de melhoria de acesso e qualidade de serviços

de saúde e nutrição). O BID também aprovou um empréstimo de US\$ 10 milhões para o *MiBanco*, no Peru, que trará benefícios diretos para empresárias, e deu início à estruturação de um novo empréstimo, *Ciudad Mujer*, para El Salvador. Para estimular seu trabalho operacional relacionado à igualdade de gênero, o BID elaborou um Plano de Ação de Gênero para as operações de todo o Banco, que será aprovado no início de 2011.

O Banco também aprovou vários empréstimos, dentro e fora do setor social, que integram questões de **diversidade**, inclusive, por exemplo, o programa de água e saneamento para comunidades rurais e indígenas, assim como a segunda fase do programa de transferência condicional de renda “Famílias em Ação”, que beneficiará famílias indígenas e afrodescendentes na Colômbia. O Banco também continuou a executar empréstimos de investimento direto para o desenvolvimento integrado de povos indígenas no Chile e em Honduras.

Na **educação** o Banco registrou um ano recorde de operações, aprovando 10 empréstimos, 12 financiamentos não reembolsáveis para países específicos e três financiamentos não reembolsáveis para projetos regionais no setor educacional, para um total de US\$ 920 milhões. Duas iniciativas sobressaem-se como projetos estelares do ano. Primeiro, o Banco respondeu de imediato ao terremoto no Haiti, reformulando uma operação para oferecer estruturas temporárias e materiais escolares para que crianças e professores pudessem retornar às aulas. O Banco também participou da elaboração de um plano geral de reorganização do setor educacional, em colaboração com o Ministério da Educação e Formação Profissional do Haiti e a Comissão Presidencial sobre a Educação. O Banco oferecerá um forte apoio a esse plano, tendo comprometido US\$ 250 milhões em financiamentos não reembolsáveis, dos quais US\$ 50 milhões foram aprovados em 2010. Segundo, como parte de um programa de apoio à equidade na educação na Argentina, um programa piloto de matemática e ciências naturais anteriormente financiado pelo Banco será ampliado em escala nacional. O programa representa o padrão ouro de como as operações do Banco devem evoluir: primeiro conceber, implementar e avaliar intervenções piloto e, em seguida, aumentar a escala dos modelos que se demonstrem eficazes em termos de custos.

Além disso, o Banco continuou a realizar pesquisas sobre soluções inovadoras para problemas persistentes de política no setor educacional. Sua iniciativa de promover a competência matemática concentrou-se na implementação de políticas que ajudam as crianças a concretizar seu pleno potencial na matemática e nas ciências

naturais. O seminário “Um começo igual: o ensino da matemática e das ciências naturais na América Latina e no Caribe” foi realizado na Sede do Banco, em Washington, com a participação de 60 especialistas em educação e avaliação dos setores público e privado de 11 países.

No âmbito da **ciência, tecnologia e inovação** (CTI), os volumes de crédito continuaram a subir, com novos empréstimos aprovados para apoiar a inovação e o desenvolvimento tecnológico na Argentina (US\$ 250 milhões) e na Colômbia (US\$ 25 milhões); ambos os empréstimos fazem parte de programas mais amplos de assistência financeira e técnica a longo prazo, que poderiam evoluir para até US\$ 700 milhões e US\$ 250 milhões em empréstimos, respectivamente, nos próximos cinco a dez anos. Ao mesmo tempo, o Banco continuou a ampliar seus programas de assistência técnica e capacitação, em consonância com suas três áreas estratégicas: inovação empresarial; reforço das instituições e do capital humano; e tecnologias inclusivas, com um enfoque especial na conectividade de alta velocidade.

O Banco também continuou a fazer avanços em sua liderança em conhecimentos de CTI, realizando novas pesquisas e diálogos sobre políticas de inovação e tecnologia na Região e publicando novos produtos de conhecimento: um novo Compêndio de Indicadores de CTI na América Latina e no Caribe; estudos sobre inovação e produtividade; e um documento de política sobre “O imperativo da inovação”, elaborado especialmente para a Cúpula de Presidentes e Chefes de Estado da UE-ALC, ocorrida em Madri.

Infraestrutura

O BID tem uma história de 50 anos de financiamento de projetos com e sem garantia soberana, apoiando o acesso a infraestruturas de alta qualidade para aumentar a competitividade de países individuais e da Região como um todo. O apoio é prestado por meio de empréstimos a entidades públicas ou privadas, com ou sem garantias soberanas. O BID também oferece apoio analítico e liderança intelectual para ajudar os países a identificar soluções inovadoras para suas necessidades de infraestrutura. No total, o BID aprovou US\$ 5,4 bilhões em empréstimos para infraestrutura em 2010, abrangendo projetos de água e saneamento e a Iniciativa de Energia sustentável e Mudança Climática (SECCI, na sigla em inglês).

Durante 2010, o BID desenvolveu um programa diversificado para auxiliar os países clientes a atender a suas necessidades de **transporte**. Foram aprovadas 16 operações com um valor total superior a US\$ 1,6 bilhão em empréstimos do BID, concentrados em melhoria de estradas, expansão de portos e projetos de transporte urbano para promover o crescimento econômico e o desenvolvimento social. Além disso, o Banco consolidou sua liderança em segurança nas estradas, logística e transporte sustentável. Os

conhecimentos gerados com o estudo de segurança nas estradas foram traduzidos em ações e investimentos concretos, desenvolvendo-se uma carteira de projetos de logística e transporte sustentável.

No setor de **energia**, o BID continua a desempenhar um papel de liderança na promoção da energia renovável e da eficiência energética na Região, financiando matrizes energéticas mais limpas e sustentáveis nos países da América Latina e do Caribe. Com o BID-9, o Banco poderá dobrar seu volume de empréstimos para esses projetos. O compromisso do BID, de promover a “energia sustentável para todos”, também inclui novas iniciativas, como a criação, em 2010, de um Centro de Inovação Energética para atuar como repositório de conhecimentos de vários centros de energia renovável espalhados por toda a Região.

Na **agricultura**, o BID continuou a trabalhar no fornecimento de bens e serviços públicos agropecuários para lançar os alicerces de um desenvolvimento sustentável e mais inclusivo nas zonas rurais, além de apoiar investimentos específicos em programas de irrigação e incentivo para acelerar a taxa de crescimento da produtividade. O BID também consolidou seu papel de liderança nas áreas de turismo, meio ambiente e conservação, bem como na gestão de riscos de desastre natural. Em 2010, o BID iniciou diálogos setoriais em vários países, com base na aplicação mais recente dos



Um financiamento não reembolsável de cooperação técnica do BID apoia os estudos pré-investimento necessários para melhorar determinados trechos do Corredor do Pacífico, uma rodovia que cruza sete países, do México ao Panamá.

indicadores de risco de desastre natural e dos perfis nacionais de risco elaborados em 2009. Em vários países, esses diálogos setoriais resultaram em programas de crédito voltados a reduzir a vulnerabilidade a desastres futuros. O BID também prestou assistência técnica na avaliação de necessidades pós-desastre, realizada após o terremoto que assolou o Haiti em janeiro, e apoiou o governo chileno no reforço institucional que se seguiu ao terremoto ocorrido nesse país em fevereiro.

Para ampliar o acesso a serviços de **água e saneamento** na Região, o BID lançou sua Iniciativa de Água e Saneamento em 2007, com produtos financeiros especiais para apoiar soluções adaptadas às necessidades de cada país. Até o fim de 2010, o Banco havia concedido quase US\$ 4,9 bilhões em empréstimos e mais de US\$ 39 milhões em assistência técnica. Aprovou projetos que beneficiaram 146 cidades no programa 100 Cidades e 2.600 comunidades rurais no programa 3.000 Comunidades Rurais. O Banco também deu assistência a 31 microbacias hidrográficas prioritárias no âmbito do programa Defensores da Água e apoiou 92 empresas de água e saneamento no programa Serviços Públicos Eficientes e Transparentes.

Em 2010, o BID aprovou US\$ 1,1 bilhão em empréstimos e financiamentos não reembolsáveis e mais de US\$ 15,9 milhões em financiamentos de CT para projetos de água e saneamento. O BID também explorou uma variedade de parcerias com doadores e organizações, como o Governo da Espanha, por meio de seu Fundo

de Cooperação para Água e Saneamento na América Latina e no Caribe, e o Governo da Áustria. Graças à parceria estratégica com o Governo espanhol, o BID recebeu mais de US\$ 500 milhões para investir em projetos de água e saneamento, sobretudo em zonas rurais e periurbanas. Em 2010 o Banco aprovou 10 projetos com financiamento espanhol, no valor de US\$ 232,1 milhões. Além disso, o Banco continuou a financiar a assistência técnica e a elaboração de projetos por meio do AquaFund (24 operações de CT com valor de quase US\$ 11 milhões) e a desenvolver, com a Organização das Nações Unidas, o programa de parceria entre empresas de água e saneamento.

Integração

A integração internacional competitiva no âmbito regional e global é uma das prioridades setoriais identificadas no BID-9, que também define a meta de direcionar 15% dos empréstimos anuais para a cooperação e integração regional. Essa meta deverá ser alcançada até o fim de 2015. Em 2010, o BID continuou a apoiar a integração na Região, empreendendo atividades de crédito, assistência técnica e capacitação. O Banco deu grande apoio técnico a importantes iniciativas regionais (relacionadas com o “software” e o “hardware” da integração), como a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), o Plano Mesoamericano (PM), o *Arco del Pacifico Latinoamericano* (ARCO) e os Caminhos para a Prosperidade nas Américas, entre outras. Complementando seu trabalho em prol das iniciativas de integração regional, o BID apoiou iniciativas globais voltadas a reforçar a participação da Região na economia global, como a iniciativa Ajuda para o Comércio, da Organização Mundial do Comércio (OMC). O Fundo Temático Estratégico de Ajuda para o Comércio, que entrou em plena operação em 2010, deverá ajudar a resolver a escassez de assistência oficial ao desenvolvimento da América Latina e do Caribe em comparação com a assistência direcionada a outras regiões, como Ásia e África.

O Banco continuou a apoiar diálogos de política sobre integração e cooperação regional, servindo pelo terceiro ano consecutivo como Secretaria Técnica da Reunião Anual de Ministros da Fazenda das Américas e do Caribe (RFM), e participou na elaboração da Nota de Discussão de Política intitulada *Como reduzir as brechas da integração*, apresentada conjuntamente pelo BID, o Banco Mundial e a CEPAL na Reunião de Ministros da Fazenda realizada em junho, em



Muitos projetos de água e saneamento do BID no Equador concentram-se em pequenas comunidades, como esta estação em Tixán, Chimborazo. Em 2010, o Fundo Espanhol de Cooperação para Água e Saneamento e o BID juntamente aprovaram um programa para beneficiar as zonas rurais.

Lima. Além disso, este ano houve dois diálogos regionais de política no âmbito da Rede de Comércio e Integração acerca da América Central, do Panamá e da República Dominicana: um sobre a possibilidade de acordos de livre comércio para exportações de alta tecnologia e um segundo sobre facilitação do comércio.

O Banco aprovou 12 projetos adicionais no âmbito de seu inovador programa de Bens Públicos Regionais. O programa, estruturado para promover ações coletivas entre três ou mais países como forma de abordar desafios ou oportunidades transnacionais, atualmente conta com uma carteira de 74 projetos, sendo que alguns deles já estão integrados nas políticas públicas dos países mutuários.

O Banco aprovou vários empréstimos e projetos de CT para apoiar a agenda de integração regional da América Latina e do Caribe. Entre outros, houve uma inovadora operação de crédito para a expansão do porto e a modernização da alfândega em Puerto Cortés, Honduras, um ponto de trânsito interno e para cargas destinadas à Nicarágua e Costa Rica. O projeto visa a servir como modelo para projetos futuros de facilitação e integração do comércio em outros portos regionais. Da mesma forma, foi aprovado um pre-empréstimo de investimento no valor de US\$ 15,6 milhões para a Bolívia, para a realização de um estudo de integração da infraestrutura rodoviária e ferroviária. Finalmente, o empréstimo para o Sistema de Interconexão Elétrica dos Países da América Central continua com um financiamento adicional de US\$ 4,5 milhões.

O Banco continuou a criar produtos de conhecimento de alta qualidade em apoio à agenda de integração regional, lançando, em 2010, o novo portal de informações sobre comércio e integração INTradeBID (www.iadb.org/int/INTradeBID). Outros serviços de assessoramento técnico foram oferecidos com base no bancos de dados e em modelos de equilíbrio geral computável (EGC) do Banco, que agora podem modelar áreas mais complexas da agenda de integração, como as de custos de transporte intraregional, migrações e questões de distribuição regional. Esse tipo de apoio foi complementado por extensos programas de capacitação em várias áreas: regras de origem, normas técnicas, disciplinas da Aliança para um Comércio Justo (FTA, na sigla em inglês) e da OMC, assim como corredores de infraestrutura sustentável. Finalmente, o Banco publicou dois importantes relatórios na área de comércio internacional e integração: *India: Latin America's Next Big Thing?* e *Odyssey in International Markets: An Assessment of the Effectiveness of Export Promotion in Latin America and the Caribbean*.



Um financiamento não reembolsável do Fumin apoia a promoção de cadeias de valor produtivo para pequenos empreendimentos, como a colheita de castanha-do-pará em áreas naturais protegidas no Peru.

Desenvolvimento do setor privado

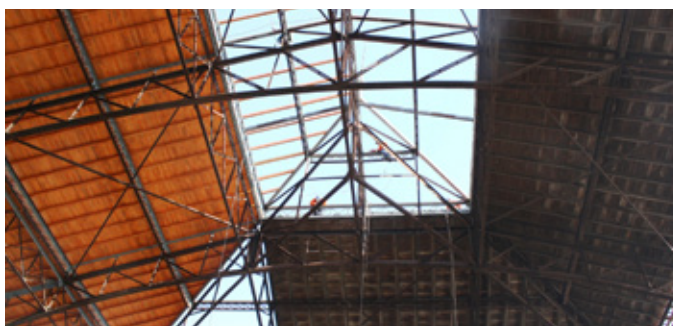
Financiamento estruturado e corporativo

Em 2010, o Departamento de Financiamento Estruturado e Corporativo concentrou-se nas operações com maior impacto no desenvolvimento, dando especial atenção a projetos voltados a tratar da mudança climática, promover a eficiência energética, ampliar os serviços financeiros e melhorar os serviços públicos. Dos 21 projetos aprovados para o Departamento em 2010, com o valor total de US\$ 823 milhões, 50% corresponderam aos países mutuários menores e mais vulneráveis do Banco. Os desembolsos realizados até o fim de 2010 totalizaram US\$ 444 milhões.

O enfoque da divisão de mercados financeiros foi na ampliação do acesso a financiamentos de inclusão social, financiamentos habitacionais e apoio a empresas geradoras de empregos. A divisão promoveu o uso de linhas existentes e empréstimos diretos para o financiamento do comércio. Também em 2010, o Banco de Exportação e Importação da China (China EXIM), o Banco Agrícola da China e a China Minsheng Banking Corp. Ltd. aderiram ao Programa de Facilitação do Financiamento do Comércio do Banco.

A divisão de infraestrutura continuou a originar novos projetos em energia renovável na Região e a ampliar o acesso a serviços modernos de infraestrutura.

Projetos no âmbito de Indústrias e Serviços exploraram novas oportunidades em agronegócios e biocombustíveis em vários países, além de potenciais investimentos em combustíveis



Um financiamento não reembolsável de cooperação técnica contribuiu para a modernização do Mercado Agrícola de Montevideu e a revitalização das áreas vizinhas.

alternativos. Outras iniciativas de destaque: possíveis projetos de etanol; oportunidades de desenvolvimento de conhecimentos e capacitação na área de biodiesel; e turismo.

Como parte de seu mandato de mobilizar o capital privado para projetos privados, em 2010 o Departamento assumiu um papel de liderança entre os bancos multilaterais de desenvolvimento no mercado financeiro crescente e socialmente sustentável da América Latina e do Caribe, atraindo importantes investidores de impacto social com interesse em entrar nesse mercado.

No futuro, o enfoque estratégico do Departamento de Financiamento Estruturado e Corporativo será concentrado em: (i) melhorar a vida das pessoas, dando-lhes acesso a financiamentos de inclusão social; (ii) tratar da mudança climática; e (iii) atender às necessidades financeiras de pequenas e médias empresas (PMEs). Além disso, o Departamento aperfeiçoará a gestão de conhecimentos para assegurar que a eficácia no desenvolvimento seja convertida em novas operações.

Fundo Multilateral de Investimentos

Em 2010, o Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin) aprovou um total de US\$ 116 milhões em financiamentos para 102 projetos, entre eles 89 operações não reembolsáveis de CT e uma combinação de investimentos e recursos não reembolsáveis para outros 13 projetos. O volume foi de US\$ 82 milhões em recursos não reembolsáveis e US\$ 34 milhões em investimentos. O valor total

mobilizado para os projetos, inclusive contribuições de contrapartida para alavancar as iniciativas, foi superior a US\$ 360 milhões. Quase metade de todos os projetos e recursos aprovados para programas nacionais em 2010 beneficiaram países dos grupos C e D, que são as economias menores e mais vulneráveis. Isso representa um aumento significativo do financiamento do Fumin para esses países, que também se beneficiaram da maioria dos projetos regionais aprovados em 2010. No fim de 2010, o Fumin administrava 676 projetos (746 operações) representando US\$ 753 milhões em financiamentos.

O Programa de Empreendedorismo Social aprovou 15 projetos com valor total de US\$ 11 milhões, dos quais US\$ 2,5 milhões foram administrados pelo Fundo Geral de Cooperação da Espanha. Esses projetos de crédito e CT não reembolsável melhoram o acesso a serviços e mercados financeiros para pequenos agricultores de baixa renda e populações rurais por meio de cadeias de valor e fontes alternativas de energia. Três quartos dos projetos aprovados em 2010 ao abrigo desse programa beneficiaram as economias menores e mais vulneráveis.

Oportunidades para a Maioria

A iniciativa Oportunidades para a Maioria (OM) promove e financia soluções empresariais inovadoras para pessoas e comunidades de baixa renda, com projetos concebidos para melhorar a qualidade de vida e o acesso a bens e serviços básicos. Em 2010, foram

aprovados nove projetos da OM (US\$ 45,4 milhões), tanto em empréstimos sem garantia soberana como em garantias parciais de crédito, demonstrando o crescimento contínuo da iniciativa desde sua adoção em 2007. A carteira agora abrange 21 projetos (US\$ 142 milhões) espalhados por 11 países.

Com o intuito de amplificar o impacto de suas operações, em 2010 a OM, em coordenação com a unidade de sindicalizações do Departamento de Financiamento Estruturado e Corporativo, captou US\$ 58,7 milhões em empréstimos B sindicalizados e co-empréstimos para seus projetos, recorrendo principalmente a investidores privados de impacto, como a Calvert Foundation, a Blue Orchard S.A. e a Oikocredit.

Além das operações que financia, a OM continua a oferecer liderança nesse novo espaço de investimento por meio de suas iniciativas de divulgação e troca de conhecimentos, entre elas a organização do Diálogo Anual entre Parceiros Estratégicos, visando a promover soluções baseadas no mercado para as comunidades de baixa renda, e apresentações frequentes em seminários empresariais internacionais. A OM também mantém um website exclusivo em www.majoritymarkets.org.

Corporação Interamericana de Investimentos

A Corporação Interamericana de Investimentos (CII) promove o desenvolvimento econômico dos países-membros da América Latina e do Caribe por meio de financiamentos para empresas privadas. A CII iniciou suas operações em 1989 e dedica-se a apoiar pequenas e médias empresas com dificuldade de acesso a financiamentos de médio e longo prazo.

Em 2010, a CII aprovou 49 projetos, pelos quais direcionou um total de US\$ 1,8 bilhão para PMEs da Região (US\$ 374,7 milhões da CII mais US\$ 1,4 bilhão de outras fontes mobilizadas pela CII). As receitas da CII em 2010 totalizaram US\$ 60,3 milhões. Ganhos de capital, dividendos e outros rendimentos provenientes de sua carteira de investimentos acionários alcançaram a soma de US\$ 1,9 milhão no ano. O total das despesas administrativas foi de US\$ 28,7 milhões, produzindo um lucro líquido de US\$ 12,5 milhões, comparados com os US\$ 5,2 milhões obtidos em 2009. Houve 78 desembolsos no ano, no valor total de US\$ 350 milhões.

Em 2010, a CII decidiu reunir todas as suas ofertas de assistência técnica sob a marca FINPYME, um programa destinado a ajudar PMEs (PyME, na sigla em espanhol), que já deu apoio a mais de 500 empresas desde sua criação em 2006. É cada vez

maior a importância dos programas de avaliação diagnóstica, assistência direta, seminários de ética, gestão de empresas familiares e assistência à exportação, assim como do GREENPYME, o instrumento criado pela CII para aumentar a eficiência energética de PMEs.

Para obter mais detalhes sobre as operações da CII, consulte o respectivo Relatório Anual 2010, que é publicado separadamente. Para obter informações gerais sobre a CII e dados de suas operações, visite seu website em <http://www.iic.int/>.

OUTRAS ÁREAS VITAIS

Eficácia no desenvolvimento

Em 2010, como parte do Marco de Eficácia no Desenvolvimento, foi implementada a Matriz de Eficácia no Desenvolvimento para as Estratégias de Países, com a qual o Banco poderá medir e monitorar resultados em nível de país. Além disso, iniciou-se uma avaliação da matriz para operações com e sem garantia soberana, que será concluída até fevereiro de 2011. A avaliação é um compromisso assumido no âmbito do BID-9, de definir um limite de avaliabilidade para todas as operações do Banco.

Com o intuito de aumentar a capacidade do Banco para demonstrar os resultados de suas intervenções, a unidade de avaliação interna apoiou a elaboração de planos de avaliação para cerca de



A Linha de Crédito Rotativo para Pequenos Negócios da CII concedeu um empréstimo à empresa costa-riquenha Productos Ujarras, que a ajudará a aumentar sua capacidade para atender à crescente demanda nacional e internacional por seus produtos de frutas tropicais.



O Programa de Serviços de Apoio a Mercados Rurais do BID oferece informações comerciais e treinamento para melhorar o acesso dos agricultores a mercados locais e internacionais.

80 projetos. Além disso, o Banco organizou vários cursos de capacitação na área de avaliação de impacto, tanto no âmbito interno, com teor setorial específico, como externo, para contrapartes na Argentina, Brasil, Costa Rica, El Salvador, Guiana, Honduras e República Dominicana.

Em março de 2010, o Panorama da Eficácia no Desenvolvimento 2008-2009 foi apresentado em um relatório corporativo do Banco sobre a eficácia de seu trabalho. O panorama identificou avanços na implementação do Marco de Eficácia no Desenvolvimento e discriminou as evidências da eficácia das intervenções de desenvolvimento financiadas pelo Banco em ordem de prioridade institucional, como determina o BID-9. O Panorama da Eficácia no Desenvolvimento 2010 será publicado em tempo para a Reunião Anual da Assembleia de Governadores do Banco, que se realizará em Calgary, no Canadá, em março de 2011.

Para melhorar o desempenho do Banco no que se refere à monitoração, em 2010 selecionou-se uma amostra de 187 projetos com garantia soberana, que foram analisados para verificar se as informações incluídas em cinco das sete categorias dos respectivos Relatórios de Monitoração do Progresso (PMRs, na sigla em inglês) estavam completas e se eram de boa qualidade. A análise demonstrou que os PMRs melhoraram entre março e setembro de 2010 em termos de suficiência das informações, com a pontuação mediana para esse atributo aumentando de 53% em março para 87% em setembro. Em 2011, o trabalho estará voltado a ampliar essa melhoria, para que se possa identificar o progresso agregado

dos projetos, sobretudo nas áreas especificadas no Marco de Resultados.

Gestão de riscos

Durante 2010, o Banco concentrou-se na execução de vários componentes de sua estratégia de aumento da capacidade de gestão de riscos.

Na área de *risco creditício*, o Sistema de Classificação de Risco Creditício foi avaliado por uma agência externa de classificação de risco com o objetivo de identificar possíveis melhorias e validar sua metodologia. Além disso, estabeleceram-se novos limites prudenciais para a concentração de operações sem garantia soberana, em complemento ao teto redefinido para essas operações, como determina o BID-9, para prevenir qualquer concentração indevida de risco.

Na área de *risco estratégico*, a Diretoria Executiva aprovou a Política de Suficiência do Capital em 2010, definindo o volume de capital necessário tanto para preservar a nota de crédito

AAA do Banco como para sustentar a concessão de empréstimos durante períodos de desaceleração econômica. Inclui avaliações de risco de crédito e mercado nos empréstimos e nas operações de tesouraria do Banco, além do risco operacional. Uma nova Política de Gestão de Ativos e Passivos foi aprovada pela Diretoria Executiva em 2010. A política prevê a avaliação abrangente de alguns de seus aspectos.

Em termos de *risco de tesouraria*, concluiu-se a implementação das Diretrizes de Investimento do Banco, que incluem restrições mais rigorosas à concentração da carteira, à nota de crédito e aos vencimentos e prazos. Além disso, determinou-se uma avaliação abrangente da metodologia de definição dos limites aplicáveis a emissores e contrapartes, em resposta à necessidade prudencial referente às linhas agregadas do Banco.

A implementação da Política Integrada de Suficiência do Capital e do Sistema de Análise da Carteira continuou durante o ano. Inclui o modelo de suficiência do capital, além de componentes de análise da carteira, projeção financeira e gestão de ativos e passivos.

Na área de *risco operacional*, o Banco elaborou um marco de apoio à avaliação e gestão uniforme e coordenada dos riscos operacionais, estabelecendo uma definição comum e adotando elementos de prevenção. Também em 2010, o Banco desenvolveu uma classificação de gestão de riscos para analisar os principais riscos enfrentados pela instituição e criar um conjunto de atividades e instrumentos de monitoração e supervisão.

Auditoria, supervisão e avaliação

Em 2010, o **Escritório do Auditor Executivo** continuou a prestar serviços de auditoria interna com valor agregado para o Grupo do BID, adotando uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar os processos de gestão de riscos, controle e governança.

No nível operacional, o Auditor Executivo realizou três auditorias funcionais: uma análise dos processos de supervisão de projeto em duas divisões setoriais; uma análise do processo de contratação de consultores nas Representações; e, pela primeira vez, uma auditoria do processo de salvaguarda ambiental e social. O Auditor Executivo também estudou o ambiente de controle e supervisão de projetos em seis Representações e o Sistema de Classificação de Risco Creditício de operações sem garantia soberana.

Nas áreas estratégicas e não operacionais básicas, o Auditor Executivo auditou os controles gerais de tecnologia da informação, compras e contratação, mercados de capitais, governança institucional, recursos humanos e despesas de viagem. Como parte do processo anual que o Banco empreende para prestar informações sobre a eficácia dos controles internos de dados financeiros, o Auditor Executivo continuou a testar os controles gerais do Banco, certos controles chave dos processos de negócio e os controles relacionados à tecnologia da informação.

As recomendações do Auditor Executivo à Administração resultaram no reforço de políticas, procedimentos, controles de aplicações e alocações de recursos para áreas críticas.

O Auditor Executivo observa as normas internacionais referentes à prática profissional da auditoria interna e formulou um programa interno de garantia e aumento da qualidade para assegurar o aperfeiçoamento contínuo de seus processos, procedimentos e instrumentos. Em conformidade com as normas, o Auditor Executivo foi submetido a uma avaliação externa de qualidade em fins de 2010, recebendo a classificação máxima do Instituto de Auditores Internos, a saber: “O Auditor Executivo está em conformidade geral com as normas, a definição de auditoria interna e o código de ética.” O Auditor Executivo continuará a oferecer auditorias da mais alta qualidade ao Grupo do BID.

Este ano marcou o décimo aniversário da criação do **Escritório de Avaliação e Supervisão** (OVE, na sigla em inglês), que está diretamente subordinado à Diretoria Executiva do Banco. Desde sua criação, o OVE implantou um programa abrangente de trabalho que se concentra em cinco áreas temáticas: (i) supervisão; (ii) avaliação de

programas de país; (iii) avaliação setorial, temática e posterior; (iv) avaliação de políticas e instrumentos; e (v) desenvolvimento da capacidade de avaliação.

Estudos de supervisão envolvem a análise sistemática dos sistemas e processos do Banco, que foram concebidos para fornecer dados sobre os resultados das operações do Banco. Em 2010, o OVE realizou sua terceira análise da avaliabilidade do universo de projetos aprovados no ano. O trabalho verifica se os projetos foram elaborados desde o início para coletar informações que permitam emitir uma declaração clara, na conclusão do projeto, acerca dos resultados alcançados.

O OVE tem de realizar *Avaliações de Programas de País* antes que a Administração elabore um novo documento de estratégia para cada país, um processo que em geral coincide com os ciclos políticos dos países. Em 2010, em virtude da confluência de eleições na Região, o OVE realizou uma grande quantidade dessas avaliações (10), que contribuíram para a formulação de novas estratégias do Banco para esses países.

Avaliações setoriais, temáticas e posteriores baseiam-se em uma das principais vantagens comparativas do Banco: o fato de trabalhar com questões similares em muitos países. Em 2010, o OVE realizou estudos sobre corredores viários, habitação, tecnologia da informação na educação, salvaguardas para projetos de energia, competitividade, fundos de investimento social, segurança do cidadão, justiça, desenvolvimento na primeira infância, educação multicultural, água e saúde, assim como TCRs.



Uma linha de crédito e um empréstimo do BID estão melhorando a infraestrutura física e ajudando os moradores a obter escrituras para suas residências em bairros de baixa renda na Argentina.

Avaliações de políticas e instrumentos analisam a eficácia das orientações explícitas, abordagens e prioridades do Banco. Há um importante subconjunto de políticas que define os diversos instrumentos disponíveis para apoiar o desenvolvimento na Região. Em 2004, o comitê de orçamento da Diretoria Executiva solicitou ao OVE que realizasse avaliações de “iniciativas” de orçamento como um subconjunto de seus trabalhos com políticas e instrumentos. Em 2010, o OVE avaliou a iniciativa de estudos de país e os instrumentos de gestão de CT.

O *desenvolvimento da capacidade de avaliação* foi definido como uma das prioridades dos Governadores, que instaram o Banco não apenas a reforçar sua própria capacidade de avaliação, mas também “promover e apoiar a capacitação nos países e facilitar a cooperação nas atividades de avaliação com outros órgãos de desenvolvimento”. Como resultado das decisões tomadas pela Diretoria Executiva, a responsabilidade principal pelo apoio aos países no desenvolvimento da capacidade de avaliação foi assumida pela Administração, não pelo OVE. O PRODEV, uma iniciativa de gestão que presta apoio na forma de CTs, tem sido o principal mecanismo utilizado pelo Banco para reforçar a capacidade de avaliação dos países.

Como descrito em detalhe a seguir, a Diretoria aprovou o novo Mecanismo Independente de Consulta e Investigação, que entrou em operação em setembro.

Integridade

Promovendo um ambiente de integridade no Grupo do BID e em suas atividades, o Escritório de Integridade Institucional (EII) é a unidade responsável pela detecção, investigação e prevenção de práticas proibidas nas atividades financiadas pelo Grupo do BID. O Escritório também dá apoio a equipes de projeto em operações sem garantia soberana para minimizar o risco à integridade e reputação.

Em 2010, o EII tornou-se um escritório independente do Banco. Durante o ano trabalhou na implementação das recomendações relevantes do Relatório sobre o Marco Anticorrupção do BID com base na análise realizada por um grupo externo liderado por Richard Thornburgh, ex-Secretário da Justiça dos EUA, e Jorge Santistevan de Noriega, ex-Ombudsman do Peru.

Em 2010, o EII investigou 219 casos (inclusive 139 casos novos e 80 que estavam pendentes de anos anteriores). Na conclusão de um processo de análise inicial, o EII faz uma recomendação ao Comitê de Supervisão de Investigações de Fraude e Corrupção (CSIFC). Em 2010, um total de 154 casos foi encaminhado ao CSIFC. Destes, determinou-se o fechamento de 59 com a conclusão de que a alegação não estava relacionada com uma atividade do Banco, que não se referia a uma possível prática proibida ou que

as evidências fornecidas não tinham credibilidade. Dos 23 casos em que se considerou justificada a alegação, 69% envolviam investigações de fraude, 18% envolviam corrupção e 13% estavam relacionados com conluio ou coação.

Em 2010, o EII recebeu consultas de funcionários e clientes do Banco e do público em geral, acerca de medidas a serem tomadas para prevenir ou mitigar riscos de fraude ou corrupção, assim como solicitações de assistência na interpretação das regras anticorrupção do Grupo do BID.

O EII continuou a trabalhar com outros bancos multilaterais de desenvolvimento na harmonização de políticas de integridade e na identificação das melhores práticas. Além disso, o EII participou de discussões sobre o combate à corrupção, juntamente com órgãos de segurança nacionais, instituições financeiras internacionais, bem como organizações regionais e globais.

Consultas públicas e a sociedade civil

Em 2010, foram realizadas mais consultas públicas sobre estratégias e políticas operacionais do que em qualquer outro ano da história do Banco. O ano teve início com as consultas, que já estavam em andamento, sobre o Aumento Geral de Capital, a proposta para criar Grupos Consultivos da Sociedade Civil (ConSOCs) em toda a Região, a minuta da política operacional sobre igualdade de gênero e o Mecanismo Independente de Consulta e Investigação (MICI). Pouco depois, a Administração foi autorizada a consultar as minutas da Política de Acesso a Informações e a Estratégia para o Meio Ambiente e a Mudança Climática. No fim do ano, deu-se início à primeira fase de consultas acerca das estratégias do BID-9 com respeito a *Instituições para crescimento e bem-estar social, Política social para equidade e produtividade e Integração internacional competitiva no âmbito regional e global*, descritas acima, na seção sobre áreas prioritárias. Em todos os casos, as consultas tiveram duas fases: uma primeira, realizada principalmente via Internet e com duração típica de 30 dias, e uma segunda, com a distribuição do texto preliminar completo do documento e a realização de reuniões face a face, em geral na Região e com frequência envolvendo os ConSOCs. Em novembro, o Banco organizou a nona de uma série de consultas sobre o Projeto de Gás em Camisea, no Peru.

A décima Reunião Anual BID-Sociedade Civil, presidida pelo Vice-Presidente de Países, Roberto Vellutini, e realizada em Quito, em novembro, atraiu mais de 150 participantes de 26 países. Os itens da pauta foram definidos com base nos resultados de um levantamento participativo, nela figurando educação, juventude, gênero, integração e mudança climática, entre outros temas. Outro levantamento, realizado após o evento, mostrou que 98% dos participantes consideraram os temas discutidos relevantes para as organizações da sociedade civil da Região, e 89% sentiram que sua



Transformando seus papéis tradicionais na sociedade, as mulheres Ngobe Buglé, no norte do Panamá, criaram uma associação para aumentar a renda de sua comunidade.

relação com o BID havia melhorado como resultado do evento.

Como indicado acima, os ConSOCs, concebidos inicialmente em 2009, foram criados formalmente em 2010. Em agosto, os ConSOCs já estavam em operação em todas as 26 Representações do BID. Os ConSOCs constituem a principal plataforma para a realização contínua de diálogos, consultas e intercâmbios de informações entre o BID e as organizações da sociedade civil locais. Há mais de 350 organizações da sociedade civil participantes, que se dedicam a questões críticas como educação, juventude, gênero, povos indígenas, afrodescendentes, participação dos cidadãos e meio ambiente, entre outras.

Mecanismo Independente de Consulta e Investigação

Em setembro de 2010, o novo Mecanismo Independente de Consulta e Investigação (MICI) entrou em vigor como parte das reformas da Agenda para um Banco Melhor e após um extenso processo de consulta à sociedade civil. O MICI oferece um fórum para tratar de reivindicações de comunidades ou indivíduos que sofreram ou poderiam sofrer impactos negativos de operações financiadas pelo Banco. O MICI também monitora a observância das políticas ambientais e sociais do BID.

O processo do MICI ocorre em dois estágios: um primeiro, de consulta ou resolução de problemas, e um segundo, de verificação da observância. Dele participam o Ombudsman do Projeto, que

examina as reivindicações, e um painel de peritos, que investiga a observância das políticas do BID.

O MICI atua de forma independente da Administração do BID, que concebe e supervisiona a execução do projeto. As atividades do MICI são comunicadas ao público e à Diretoria Executiva, que supervisiona as operações do Banco. Como resultado, o MICI está preparando o caminho para um diálogo mais aberto com a sociedade civil, oferecendo, tanto ao BID como à sociedade civil, um meio de avaliar o impacto de operações financiadas pela instituição em seus países-membros, e tornando-se um parceiro no processo de desenvolvimento.

Recursos humanos

Em 2010 o Banco implementou o Modelo de Gestão de Carreira e criou o Centro de Serviços de Recursos Humanos na Costa Rica. Além disso, deu prioridade à realização de consultas, no âmbito da Administração e com a Diretoria Executiva, sobre

a elaboração da Estratégia de Capital Humano a ser implementada em 2011-2015 e acerca de iniciativas de diversidade e inclusão.

Durante o ano, os trabalhos concentraram-se na implementação do Modelo de Gestão de Carreira, que oferece uma abordagem mais flexível e integrada para promover a gestão mais eficiente do pessoal do Banco e uma ligação mais sólida entre as contribuições dos funcionários e suas oportunidades de avanço na carreira. O modelo introduziu várias melhorias inéditas na gestão das carreiras do pessoal do Banco: (i) integração de funcionários locais e internacionais no mesmo modelo de carreira, com descrições e requisitos uniformes das funções; (ii) políticas e diretrizes harmoniosas para promoções e desenvolvimento profissional; e (iii) ampliação da variedade de graus para as funções técnicas, para aumentar a versatilidade e atender às necessidades dinâmicas da instituição. O Modelo de Gestão de Carreira criou mecanismos mais flexíveis e uniformes para atrair, reter e designar pessoal para cumprir a missão do Banco.

Em julho de 2010, foi inaugurado o Centro de Serviços de Recursos Humanos em San Jose, na Costa Rica, para servir como ponto único de acesso a todos os serviços de recursos humanos disponíveis para os funcionários do Banco. O Centro, que é a primeira infraestrutura institucional do BID na Região, ofereceu treinamento para funcionários das Representações em 2010, aumentando sua capacidade institucional e ajudando o Banco a melhorar seu atendimento dos países-membros. Mais programas serão organizados em 2011, inclusive sessões para o pessoal da sede.

Para harmonizar a gestão do capital humano com o novo quadro estabelecido na estratégia institucional do BID-9, o Departamento de Recursos Humanos elaborará a Estratégia de Capital Humano do BID.

Concentrando-se em iniciativas de diversidade e inclusão, o Departamento de Recursos Humanos promoveu a contratação de mulheres, afrodescendentes, povos indígenas e pessoas de nacionalidades com pouca representação no Banco.

Conhecimento e aprendizagem

A implementação da agenda de conhecimento e aprendizagem, liderada pelo Setor de Conhecimento e Aprendizagem, concentrou-se na capacitação do pessoal do Banco e de parceiros em países-membros mutuários, bem como na ampliação das oportunidades de intercâmbio de conhecimentos. Estas estão disponíveis em eventos de aprendizagem face a face e via Internet, comunidades de prática e portais que facilitam o acesso a informações essenciais aos negócios do Banco, como as novas “InfoGuides” da Biblioteca Felipe Herrera, oferecendo um ponto único de acesso a uma série completa de fontes de informações sobre temas específicos, em formato simples e adaptadas às necessidades do usuário.

Para aumentar o acesso e a visibilidade dos produtos de conhecimento do Banco, o Setor de Conhecimento e Aprendizagem liderou a criação do Repositório de Conhecimentos Institucionais do Banco, que será disponibilizado no início de 2011. Essa ferramenta

utiliza tecnologias atualizadas e metadados aperfeiçoados, centralizando o acesso em uma interface única, fácil de usar, baseada na Web.

Com o objetivo de melhor alinhar os programas de aprendizagem com as metas estratégicas e as prioridades institucionais do BID-9, em 2010 as atividades de conhecimento e aprendizagem desenvolvidas para o pessoal do Banco concentraram-se em programas destinados a: (i) maximizar a eficácia e o impacto das intervenções do Banco (por exemplo, semanas setoriais com a participação de funcionários e clientes, avaliação de projetos); (ii) melhorar o funcionamento do Banco (por exemplo, cursos sobre reforma fiduciária); e (iii) investir nas aptidões básicas do pessoal para melhorar o desempenho (por exemplo, seminários sobre negociações e gestão de conflitos).

Em termos das atividades de conhecimento e aprendizagem voltadas aos intervenientes da Região, os destaques do ano foram: (i) elaboração de programas de treinamento baseados nos documentos salientes do Banco (por exemplo, o relatório de Desenvolvimento nas Américas sobre produtividade); (ii) reforço e diversificação de conteúdo na plataforma de aprendizagem eletrônica do Banco para que sua produção de conhecimentos possa ser amplamente difundida para novos públicos (por exemplo, curso on-line sobre desenvolvimento e política fiscal); e (iii) alinhamento com as prioridades institucionais que apoiam a divulgação de produtos de conhecimento e capacitação nas principais áreas de desenvolvimento (por exemplo, programa de treinamento sobre a primeira infância).

QUADRO I • DESPESAS ADMINISTRATIVAS CONSOLIDADAS

(Em milhares de dólares dos Estados Unidos)

Categoria	2008 Efetivo	2009 Efetivo	2010 Efetivo
Assembleia de Governadores	\$ 2.952,9	\$ 4.046,0	\$ 3.313,2
Diretoria Executiva	19.340,5	19.172,2	20.044,4
Escritório de Avaliação e Supervisão	8.194,8	7.171,7	7.085,0
Sede e Representações	437.217,7	482.762,3	524.234,3
Total de despesas administrativas brutas^{1,2,3,4,5}	467.705,9	513.152,2	554.676,9
Reembolso de fundos em administração e da CII	(4.018,1)	(4.038,1)	(4.146,1)
Reembolsos do Fumin e do Intal, receita administrativa	(7.230,4)	(5.198,1)	(5.811,1)
Total de despesas administrativas líquidas	456.457,4	503.916,0	544.719,7
Despesas de capital	27.256,7	25.889,4	41.940,0
Total das despesas administrativas líquidas e de capital	\$483.714,1	\$529.805,4	\$586.659,7

¹ Não inclui depreciação, que totalizou US\$ 19,8 milhões, US\$ 20,7 milhões e US\$ 22,6 milhões em 2008, 2009 e 2010, respectivamente.

² Não inclui uma redução dos custos pré-pagos de benefícios pós-aposentadoria no montante de US\$ 12,2 milhões em 2008; inclui um aumento dos custos pré-pagos de benefícios pós-aposentadoria nos montantes de US\$ 9,0 milhões e US\$ 2,6 milhões em 2009 e 2010, respectivamente.

³ Não inclui US\$ 4,0 milhões em despesas em 2009 relativas a anos anteriores.

⁴ Quando é o caso, não inclui US\$ 5,6 milhões, US\$ 14,2 milhões e US\$ 2,4 milhões em despesas de realinhamento e referentes à Fundação Interamericana de Cultura e Desenvolvimento, ao 50º aniversário do BID e a projetos de capital não capitalizados em 2008, 2009 e 2010, respectivamente.

⁵ Inclui despesas pré-pagas no valor de US\$ 3,7 milhões, US\$ 5,5 milhões e US\$ 2,2 milhões em 2008, 2009 e 2010, respectivamente.

QUADRO II • ESTRUTURA SALARIAL DO PESSOAL DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (WASHINGTON, D.C.) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em dólares dos Estados Unidos)

Grau	Funções representativas	Mínimo	Máximo	Pessoal no grau (%)	Salário/Grau médio	Benefícios médios ¹
12	Apoio Administrativo	36.912	59.060	0,5	46.096	18.899
11	Assistente	41.109	65.775	3,6	49.819	20.426
10	Coordenador Administrativo	47.188	75.501	5,7	64.859	26.592
9	Assistente Sênior/Analista	58.522	87.783	3,6	73.030	29.943
8	Analista Sênior/Coordenador Administrativo Sênior	66.054	99.081	4,0	80.895	33.167
7	Associado	75.301	112.951	5,7	85.510	35.059
6	Associado Sênior	84.755	127.132	11,1	94.270	38.651
5	Especialista	94.914	142.371	16,0	106.552	43.686
4	Especialista Sênior	104.178	166.684	18,6	123.585	50.670
3	Especialista Líder	118.403	189.446	16,7	148.517	60.892
2	Chefe de Unidade/Especialista Principal	141.875	212.812	6,4	179.926	73.770
1	Chefe de Divisão	162.106	235.054	3,6	201.149	82.471
R	Representante no País	162.106	250.218	1,4	198.500	81.385
E5	Gerente de Setor	200.174	250.218	1,3	231.001	94.711
E4	Chefe de Escritório Independente	225.353	281.691	0,2	265.286	108.767
E3	Gerente Geral	256.004	320.005	1,0	295.428	121.126
E2	Vice-Presidente	274.358	329.229	0,3	308.028	126.291
E1	Vice-Presidente Executivo	292.257	349.157	0,1	349.157	143.154
P	Presidente		416.303 ²	0,1	416.303	170.684

¹ Inclui férias anuais; seguros de saúde, vida e incapacitação; benefícios acumulados de rescisão de vínculo empregatício; e outros benefícios não salariais.

² Não inclui Subsídio Executivo no valor de US\$ 74.505.



O Programa de Equidade no Ensino Fundamental da República Dominicana oferece formação concentrada de professores e melhores infraestruturas e materiais educacionais.

AS OPERAÇÕES NO ANO

Empréstimos e garantias

Os empréstimos e as garantias aprovados pelo Banco em 2010 e os totais acumulados em 31 de dezembro de 2010, deduzidos os cancelamentos, vieram das seguintes fontes:

- Capital Ordinário: 162 empréstimos, no valor de US\$ 12,1 bilhões, e 4 garantias somando US\$ 61 milhões elevaram o total acumulado de empréstimos a 2.386, no valor de US\$ 174,4 bilhões, e o de garantias a 18, no total de US\$ 1,8 bilhão.
- Fundo para Operações Especiais (FOE): 31 empréstimos, no valor de US\$ 297 milhões, elevaram o total acumulado de empréstimos a 1.290, no total de US\$ 19,1 bilhões.
- Outros fundos: foi aprovado um empréstimo em 2010, no valor de US\$ 30 milhões. Os empréstimos acumulados subiram para 218, no total de US\$ 1,8 bilhão.

Custo total dos projetos

Os US\$ 12,5 bilhões em empréstimos e garantias aprovados pelo Banco em 2010 ajudarão a financiar projetos que representam um investimento total de aproximadamente US\$ 17,7 bilhões. Os empréstimos do Banco cobrem apenas uma parte do custo total dos projetos em execução nos países mutuários, que contribuem com a maior parte do saldo.

Desembolsos

Os desembolsos do Banco correspondentes aos empréstimos aprovados foram no valor de US\$ 10,8 bilhões em 2010, comparados a US\$ 11,9 bilhões em 2009. Em 31 de dezembro de 2010, os desembolsos acumulados, incluídos os ajustes de câmbio, totalizavam US\$ 171,9 bilhões, ou 88% do montante dos empréstimos aprovados pelo Banco. Os desembolsos de 2010 e os totais acumulados em 31 de dezembro de 2010, por fonte, foram os seguintes:

- Capital Ordinário: US\$ 10,3 bilhões, elevando o total acumulado para US\$ 152,1 bilhões.
- Fundo para Operações Especiais: US\$ 398 milhões, elevando o total acumulado para US\$ 18 bilhões.
- Outros fundos: US\$ 34 milhões, elevando o total acumulado dos fundos administrados pelo Banco para US\$ 1,8 bilhão.

Amortizações

As amortizações de empréstimos alcançaram o valor de US\$ 5,8 bilhões em 2010. O valor acumulado das amortizações em 31 de dezembro de 2010 chegou a US\$ 99,3 bilhões. As amortizações

Figura 2. Empréstimos, 2001-2010

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

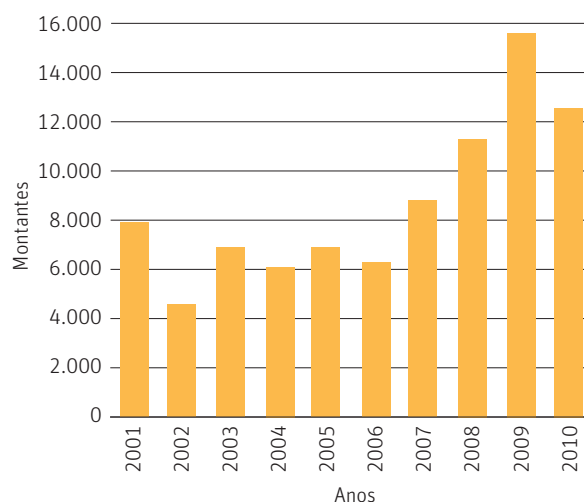
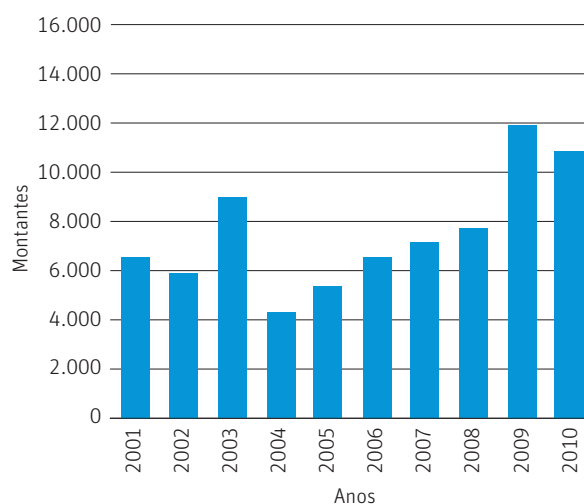


Figura 3. Desembolsos, 2001-2010

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)



recebidas pelo Banco durante o ano e os totais acumulados em 31 de dezembro de 2010 foram:

- Capital Ordinário: US\$ 5,6 bilhões, elevando o total acumulado, antes das amortizações a participantes, para US\$ 88,9 bilhões.
- Fundo para Operações Especiais: US\$ 214 milhões, elevando o total acumulado para US\$ 8,7 bilhões.
- Outros fundos: US\$ 5 milhões, elevando o total acumulado para US\$ 1,7 bilhão.

Informações sobre os projetos do BID estão disponíveis em www.iadb.org/projects.

QUADRO III • DISTRIBUIÇÃO DE OPERAÇÕES POR SETOR^{1,2,3}*(Em milhões de dólares dos EUA)*

Setor	Valor	%	Número de projetos
Infraestrutura e meio ambiente	\$ 5.360,1	42,2	73
Agricultura e desenvolvimento rural	406,9	3,2	6
Energia	1.127,9	8,9	14
Proteção ambiental e desastres naturais	952,5	7,5	11
Turismo	412,6	3,2	8
Transportes	1.603,0	12,6	17
Água e saneamento	857,2	6,7	17
Capacidade institucional e finanças	4.494,9	35,4	64
Mercados de capitais	1.033,1	8,1	15
Indústria	10,0	0,1	1
Crédito multissetorial e pré-investimento	13,0	0,1	2
Desenvolvimento do setor privado	250,0	2,0	6
Reforma/modernização do Estado	2.737,6	21,5	28
Desenvolvimento urbano e habitação	451,2	3,6	12
Integração e comércio	45,0	0,4	4
Comércio	45,0	0,4	4
Setor social	2.805,2	22,1	29
Educação	916,7	7,2	12
Saúde	237,5	1,9	5
Ciência e tecnologia	225,0	1,8	2
Investimento social	1.426,0	11,2	10
TOTAL	\$12.705,1		170

¹ Inclui empréstimos, garantias e operações financiadas pelo Fundo Não Reembolsável do BID.² Não inclui o Mecanismo de Elaboração e Execução de Projetos e o Fundo de Tecnologia Limpa.³ Devido ao arredondamento, os totais podem não corresponder exatamente à soma das parcelas.

QUADRO IV • EMPRÉSTIMOS E DESEMBOLSOS NO ANO (2010) E ACUMULADOS (1961-2010)^{1,2,3}
(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

CUSTO TOTAL DOS PROJETOS				EMPRÉSTIMOS E GARANTIAS APROVADOS ⁴								DESEMBOLSOS									
	Montante total			Montante total			Capital Ordinário		Fundo para Operações Especiais		Fundos em administração		Montante total			Capital Ordinário		Fundo para Operações Especiais		Fundos em administração	
	2010	1961-2010		2010	1961-2010		1961-2010	1961-2010	1961-2010	1961-2010	1961-2010	2010	1961-2010		2010	1961-2010	1961-2010	1961-2010	1961-2010	1961-2010	
País																					
Argentina	\$ 1.401,8	\$ 55.446,6	\$ 1.165,4	\$ 30.052,9	\$ 29.358,8	\$ 644,9	\$ 49,2	\$ 1.463,3	\$ 25.928,0	\$ 25.233,9	\$ 644,9	\$ 49,2	\$ 1.463,3	\$ 25.928,0	\$ 25.233,9	\$ 644,9	\$ 49,2	\$ 49,2	\$ 49,2	\$ 49,2	
Bahamas	—	789,5	—	494,6	492,6	—	2,0	32,8	418,4	416,4	—	2,0	32,8	418,4	416,4	—	2,0	2,0	2,0		
Barbados	97,0	927,9	85,0	624,7	563,9	41,8	19,0	49,9	457,2	396,4	41,8	19,0	49,9	457,2	396,4	41,8	19,0	19,0	19,0		
Belize	15,2	243,1	10,0	174,1	174,1	—	—	5,7	129,2	129,2	—	—	5,7	129,2	129,2	—	—	—	—		
Bolívia	204,0	6.771,7	200,8	4.380,8	1.754,4	2.554,2	72,2	158,6	3.781,7	1.452,0	2.257,5	72,2	158,6	3.781,7	1.452,0	2.257,5	72,2	72,2	72,2		
Brasil	4.684,3	113.220,7	2.260,2	39.899,4	38.208,8	1.556,0	134,6	2.008,2	34.560,5	32.869,9	1.556,0	134,6	2.008,2	34.560,5	32.869,9	1.556,0	134,6	134,6	134,6		
Chile	101,9	15.229,6	68,9	6.555,0	6.303,8	206,2	45,0	27,0	6.081,4	5.830,2	206,2	45,0	27,0	6.081,4	5.830,2	206,2	45,0	45,0	45,0		
Colômbia	1.606,0	31.170,2	685,0	17.359,0	16.523,5	768,6	66,9	653,1	16.126,9	15.291,4	768,6	66,9	653,1	16.126,9	15.291,4	768,6	66,9	66,9	66,9		
Costa Rica	349,8	6.104,5	92,1	3.490,1	2.981,5	371,1	137,5	55,7	2.726,3	2.217,7	371,1	137,5	55,7	2.726,3	2.217,7	371,1	137,5	137,5	137,5		
El Salvador	458,7	6.226,3	435,0	4.294,0	3.339,6	807,2	147,2	115,5	3.928,0	2.973,6	807,2	147,2	115,5	3.928,0	2.973,6	807,2	147,2	147,2	147,2		
Ecuador	620,5	10.444,7	510,2	6.251,1	5.156,9	999,3	94,9	185,9	5.234,7	4.148,4	991,4	94,9	185,9	5.234,7	4.148,4	991,4	94,9	94,9	94,9		
Guatemala	355,0	6.017,1	305,0	4.470,9	3.670,7	730,2	70,0	384,2	3.626,6	2.855,1	701,5	70,0	384,2	3.626,6	2.855,1	701,5	70,0	70,0	70,0		
Guiana	39,0	1.415,2	36,6	1.217,8	199,7	1.011,2	6,9	60,2	1.046,7	152,2	887,6	6,9	60,2	1.046,7	152,2	887,6	6,9	6,9	6,9		
Haiti	—	1.774,4	—	1.163,6	—	1.157,3	6,3	42,4	1.163,6	—	1.157,3	6,3	42,4	1.163,6	—	1.157,3	6,3	6,3	6,3		
Honduras	452,2	5.374,9	353,3	3.554,1	1.065,6	2.422,9	65,6	162,9	2.873,1	688,6	2.118,7	65,6	162,9	2.873,1	688,6	2.118,7	65,8	65,8	65,8		
Jamaica	630,0	3.881,4	630,0	2.926,2	2.552,7	174,6	198,9	626,4	2.724,2	2.350,7	174,6	198,9	626,4	2.724,2	2.350,7	174,6	198,9	198,9	198,9		
México	3.106,8	60.256,5	3.040,1	28.847,2	28.200,0	559,0	88,2	2.316,9	25.740,3	25.093,1	559,0	88,2	2.316,9	25.740,3	25.093,1	559,0	88,2	88,2	88,2		
Nicarágua	393,1	4.507,9	210,2	3.064,4	596,1	2.399,8	68,5	154,8	2.634,1	397,1	2.169,3	68,5	154,8	2.634,1	397,1	2.169,3	67,7	67,7	67,7		
Panamá	382,4	12.517,0	340,0	3.824,7	3.486,2	296,8	41,7	307,2	2.856,5	2.518,0	296,8	41,7	307,2	2.856,5	2.518,0	296,8	41,7	41,7	41,7		
Paraguai	174,5	3.761,0	170,4	2.842,9	2.150,4	680,2	12,3	240,2	2.329,0	1.680,8	635,9	12,3	240,2	2.329,0	1.680,8	635,9	12,3	12,3	12,3		
Peru	345,7	21.256,6	341,0	9.815,6	9.154,0	440,5	221,1	478,3	9.312,6	8.651,0	440,5	221,1	478,3	9.312,6	8.651,0	440,5	221,1	221,1	221,1		
República Dominicana	353,3	5.765,2	335,0	4.201,9	3.356,9	755,7	89,3	457,4	3.712,3	2.867,3	755,7	89,3	457,4	3.712,3	2.867,3	755,7	89,3	89,3	89,3		
Suriname	12,5	331,3	12,0	216,5	210,1	6,4	—	27,7	137,9	135,7	2,2	—	27,7	137,9	135,7	2,2	—	—	—		
Trinidad e Tobago	150,0	1.924,2	140,0	1.362,3	1.306,5	30,6	25,2	143,0	1.219,9	1.164,1	30,6	25,2	143,0	1.219,9	1.164,1	30,6	25,2	25,2	25,2		
Uruguai	159,0	6.671,5	88,0	5.211,9	5.065,8	104,3	41,8	54,3	4.726,2	4.580,1	104,3	41,8	54,3	4.726,2	4.580,1	104,3	41,8	41,8	41,8		
Venezuela	1.584,8	18.986,0	890,0	7.092,7	6.918,4	101,4	72,9	549,2	5.456,8	5.282,5	101,4	72,9	549,2	5.456,8	5.282,5	101,4	72,9	72,9	72,9		
Regional	60,0	19.394,3	60,0	3.637,0	3.388,9	233,9	14,2	12,2	2.933,1	2.685,0	234,0	14,1	12,2	2.933,1	2.685,0	234,0	14,1	14,1	14,1		
TOTAL	\$17.737,6	\$420.409,4	\$12.464,2	\$197.025,4	\$176.179,9	\$19.054,1	\$1.791,4	\$10.773,0	\$171.865,2	\$152.060,4	\$18.014,1	\$1.790,7	\$10.773,0	\$171.865,2	\$152.060,4	\$18.014,1	\$1.790,7	\$1.790,7	\$1.790,7		

¹ Os valores acumulados refletem cancelamentos e ajustes cambiais. Devido ao arredondamento, os totais podem não corresponder exatamente à soma das parcelas.

² Inclui empréstimos sem garantia soberana, líquido de participações, e garantias, o que for aplicável.

³ Não inclui o Fundo Não Reembolsável do BID.

⁴ Não inclui linhas de crédito autorizadas e as garantias aprovadas no âmbito do Programa de Facilitação do Financiamento de Comércio.

QUADRO V • LISTA DE OPERAÇÕES APROVADAS (SUPERIORES A US\$ 5 MILHÕES)¹, 2010
(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

País	Projeto	Fundo	Montante
Argentina	Programa de Apoio à Política de Melhoria da Equidade Educacional – PROMEDU II	CO	492,5
	Programa de Inovação Tecnológica II	CO	200,0
	Programa de Água Potável e Saneamento para Centros Urbanos e Suburbanos (PAyS)	CO	200,0
	Fortalecimento do Sistema de Inovação Agropecuária	CO	170,0
	Programa de Desenvolvimento de Áreas Metropolitanas do Interior	CO	40,0
	Mecanismo de Financiamento Sustentável para o Banco Galicia y Buenos Aires S.A.	CO	30,0
	Programa de Infraestrutura Produtiva e Turística da Província de Río Negro	CO	30,0
Barbados	Apoio ao Marco de Energia Sustentável para Barbados I	CO	45,0
	Programa de Avaliação e Gestão de Riscos Costeiros	CO	30,0
	Programa de Investimento em Energia Sustentável	CO	10,0
Belize	Ação Comunitária para a Segurança Pública	CO	5,0
	Programa Integrado de Água e Saneamento para a Península de Placencia	CO	5,0
Bolívia	Programa de Eletrificação Rural	CO	42,0
	Drenagem nos Municípios de La Paz e El Alto	OC	21,0
	Programa de Apoio à Efetividade da Administração Pública II	CO	21,0
	Programa de Eletrificação Rural	FOE	18,0
	Programa de Apoio à Política Fiscal e sua Descentralização	CO	14,0
	Programa Nacional de Turismo Comunitário	CO	14,0
	Programa de Apoio ao Emprego	CO	14,0
	Programa de Pré-investimento em Projetos Estratégicos de Transporte	CO	11,1
	Drenagem nos Municípios de La Paz e El Alto	FOE	9,0
	Programa de Apoio à Efetividade da Administração Pública II	FOE	9,0
	Programa de Apoio à Política Fiscal e sua Descentralização	FOE	6,0
	Programa Nacional de Turismo Comunitário	FOE	6,0
Brasil	Programa de Apoio ao Emprego	FOE	6,0
	Programa de Expansão da Linha 5 do Metrô de São Paulo	CO	481,0
	Programa Rodoviário do Espírito Santo III	CO	175,0
	Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e do Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica	CO	162,5
	PRODETUR-Ceará: Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo	CO	150,0
	Programa de Urbanização de Assentamentos Populares do Rio de Janeiro – Etapa III	CO	150,0
	Programa de Cooperação para o Desenvolvimento de Minas Gerais III	CO	137,0
	PROFISCO-São Paulo: Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos	CO	120,0
	Programa Várzeas do Tietê	CO	115,7
	PRODETUR Nacional-Rio de Janeiro: Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo	CO	112,0
	Projeto Embraport	CO	100,0
	Programa de Desenvolvimento da Região Sudoeste do Estado do Tocantins	CO	99,0
	Programa de Estruturação Urbana de São José dos Campos	CO	85,7
	PRODETUR Nacional-Pernambuco: Programa Nacional de Turismo	CO	75,0
	PROFISCO: Projeto de Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado do Rio Grande do Sul	CO	60,0
	Embarcação Delba – Fase II ²	CO	35,0
	Mecanismo Creditício para o Banco Sofisa ²	CO	25,0
	Facilidade de Armazenamento de Instrumentos Hipotecários para a Brazilian Securities	CO	25,0
	PROFAZ: Programa de Modernização da Gestão Fazendária do Estado do Rio de Janeiro	CO	19,8
	PROFISCO: Projeto de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado do Piauí	CO	17,0
	PROFISCO-Mato Grosso: Programa de Desenvolvimento da Administração Fazendária	CO	15,0
	PROCIDADES-ITAJAÍ: Programa de Desenvolvimento e Mobilidade Urbana Viva Cidade	CO	13,2
	PROFISCO: Projeto de Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado do Maranhão	CO	13,2
	PROFISCO: Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Mato Grosso do Sul	CO	12,0
	Projeto de Ampliação da Capacidade de Transmissão de Energia da ATE III	CO	11,2

(continua na página seguinte)

QUADRO V • LISTA DE OPERAÇÕES APROVADAS (SUPERIORES A US\$ 5 MILHÕES)¹, 2010 (continuação)*(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)*

País	Projeto	Fundo	Montante
	Programa de Desenvolvimento Ambiental da Bahia	CO	10,0
	Banco Indusval – Mecanismo de Financiamento Direto do TFFP ²	CO	10,0
	Mundo Vox Tenda	CO	10,0
	PROCIDADES: Programa de Desenvolvimento Integrado do Município de Passo Fundo (PRODIN)	CO	9,8
	PROFISCO-Rondônia: Projeto de Modernização da Administração Tributária, Financeira e Patrimonial	CO	6,2
	Empréstimo do TFFP para o BicBanco – Segundo Desembolso ²	CO	5,0
Chile	Programa de Promoção do Turismo	CO	31,6
	Programa de Fortalecimento da Capacidade de Gestão da Corporación Nacional Forestal (CONAF)	CO	10,0
	Programa de Apoio à Reforma do Transporte Público	CO	10,0
	Programa Setorial de Fortalecimento da Educação Infantil	CO	10,0
	Programa de Apoio à Reforma Judicial	CO	5,1
Colômbia	Expansão do Programa de Transferência Condicional de Renda Famílias en Acción – Fase II	CO	220,0
	Programa de Consolidação da Responsabilidade Fiscal Subnacional	CO	200,0
	Aeroporto Internacional de El Dorado	CO	165,0
	FINDETER – Programa de Financiamento a Entidades Prestadoras de Serviços Públicos II	CO	75,0
	Fortalecimento do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – Fase I	CO	25,0
Costa Rica	Programa de Água Potável e Saneamento	CO	73,0
	Mecanismo de Financiamento para o Banco Promérica	CO	15,0
El Salvador	Programa de Fortalecimento Fiscal	CO	200,0
	Programa de Habitação e Melhoria Integral de Assentamentos Urbanos Precários – Fase II	CO	70,0
	Programa Integrado de Saúde	CO	60,0
	Apoio a Comunidades Solidárias Urbanas	CO	35,0
	Programa de Estradas Rurais para o Desenvolvimento	CO	35,0
	Programa de Água e Saneamento Rural	CO	20,0
	Financiamento para a Modernização dos Mercados Municipais	CO	10,0
	Modernização do Poder Legislativo II	CO	5,0
Equador	Apoio à Extensão da Proteção Social e Atendimento Integral na Saúde	CO	100,0
	Sistema Nacional de Informação e Gestão de Terras Rurais e Infraestrutura Tecnológica	CO	90,0
	Modernização do Sistema Nacional de Registro Civil, Identificação e Documentação	CO	78,0
	Programa Nacional de Infraestrutura para a Universalização da Educação com Qualidade e Equidade	CO	75,0
	Apoio ao Programa de Transmissão	CO	64,7
	Modernização das Estações de Bombeamento do Poliduto Esmeraldas-Quito	CO	58,0
	Programa de Infraestrutura Rural de Saneamento e Água	CO	30,0
	La Internacional S.A.	CO	10,0
Guatemala	Programa de Apoio à Agenda de Mudança Climática	CO	213,2
	Programa de Apoio à Agenda de Mudança Climática	CO	29,4
	Melhoria do Acesso e da Qualidade dos Serviços de Saúde e Nutrição – Fase I	CO	28,0
	G&T Continental – Mecanismo de Financiamento Direto do TFFP ²	CO	20,0
	Programa de Apoio à Agenda de Mudança Climática	FOE	7,4
	Melhoria do Acesso e da Qualidade dos Serviços de Saúde e Nutrição – Fase I	FOE	7,0
Guiana	Ampliação de Quatro Pistas da Estrada East Bank Demerara	FOE	10,0
	Ampliação de Quatro Pistas da Estrada East Bank Demerara	CO	10,0
Haiti	Sustentabilidade Fiscal II	GRF	50,0
	Apoio à Reconfiguração do Setor Educacional	GRF	50,0
	Apoio ao Plano de Resposta para o Setor de Abrigo	GRF	30,0
	Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor de Transporte	GRF	29,0
	Reabilitação da Infraestrutura Viária para a Integração do Território ³	GRF	25,0

(continua na página seguinte)

QUADRO V • LISTA DE OPERAÇÕES APROVADAS (SUPERIORES A US\$ 5 MILHÕES)¹, 2010 *(continuação)**(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)*

País	Projeto	Fundo	Montante
	Programa para Estabelecer um Fundo de Garantias Parciais de Crédito para o Desenvolvimento Empresarial	GRF	20,0
	Resposta de Emergência para a Contenção da Epidemia de Cólera	GRF	15,0
	Projeto de Água Potável e Saneamento em Porto Príncipe	GRF	15,0
	Reabilitação da Rede de Distribuição Elétrica de Porto Príncipe	GRF	14,0
Honduras	Programa de Ampliação e Modernização de Puerto Cortés	CO	94,5
	Programa de Ampliação e Modernização de Puerto Cortés	FOE	40,5
	Programa de Apoio Integral à Rede de Proteção Social – Segunda Operação	CO	38,5
	Programa de Apoio à Reforma Fiscal	CO	32,1
	Programa de Fortalecimento da Rede de Segurança Financeira e Melhoria do Acesso ao Financiamento	CO	28,0
	Projeto de Transporte Público para o Distrito Central (Tegucigalpa-Comayagüela)	CO	21,0
	Fortalecimento da Gestão e Oferta Descentralizada dos Serviços de Saúde	CO	19,3
	Programa de Apoio Integral à Rede de Proteção Social – Segunda Operação	FOE	16,5
	Programa de Apoio à Reforma Fiscal	FOE	13,7
	Programa de Fortalecimento da Rede de Segurança Financeira e Melhoria do Acesso ao Financiamento	FOE	12,0
	Mecanismo Financeiro Sustentável para o Banco Ficohsa	CO	10,0
	Projeto de Transporte Público para o Distrito Central (Tegucigalpa-Comayagüela)	FOE	9,0
	Fortalecimento da Gestão e Oferta Descentralizada dos Serviços de Saúde	FOE	8,3
	Modernização da Alfândega em Puerto Cortés	CO	7,0
Jamaica	Programa de Consolidação Fiscal	CO	200,0
	Programa de Consolidação Fiscal II	CO	200,0
	Programa de Aumento da Competitividade II	CO	60,0
	Programa de Gestão Financeira e do Desempenho do Setor Público II	CO	60,0
	Programa de Proteção do Capital Humano	CO	50,0
	Apoio à Reforma do Setor Educacional II	CO	30,0
	Programa de Competitividade Agropecuária	CO	15,0
	Apoio à Reforma do Setor Educacional II	CO	15,0
México	Programa de Apoio à Consolidação da Sustentabilidade Fiscal	CO	1.000,0
	Fortalecimento do Programa de Desenvolvimento Humano Oportunidades III	CO	800,0
	Terceiro Programa de Crédito para o Desenvolvimento de Mercados Hipotecários	CO	500,0
	Programa de Apoio à Agenda de Mudança Climática III	CO	400,0
	Fundo Mexicano de Infraestrutura Macquarie	CO	150,0
	Programa de Educação Comunitária – Fase II: Construtores de Equidade	CO	100,0
	Crédito Real, S.A. de C.V., SFOM, ENR	CO	43,6
	Projeto de Energia Eólica de Eurus	FTL	30,0
	Leasing Operations de México, S. de R.L. de C.V.	CO	9,5
	Investimento de Capital no Fundo Alta Ventures Mexico	Fumin	5,0
Nicarágua	Projeto de Energia Geotérmica San Jacinto-Tizate	CO	40,0
	Programa de Apoio à Melhoria da Gestão Fiscal e Reforma do Gasto Social III	FOE	21,3
	Programa de Apoio à Melhoria da Gestão Fiscal e Reforma do Gasto Social III	CO	21,3
	Programa Nacional de Eletrificação Sustentável e Energia Renovável (PNESER)	FOE	15,3
	Programa Nacional de Eletrificação Sustentável e Energia Renovável (PNESER)	CO	15,3
	Programa de Água Potável para Manágua	FOE	15,0
	Programa de Água Potável para Manágua	CO	15,0
	Programa de Apoio ao Setor de Transporte I	FOE	10,1
	Programa de Apoio ao Setor de Transporte I	CO	10,1
	Programa de Cuidado Integral da Criança (PAININ) – Fase IV	FOE	6,3
	Programa de Cuidado Integral da Criança (PAININ) – Fase IV	CO	6,3
	Programa Ambiental de Gestão de Riscos de Desastre e Mudança Climática	FOE	5,0

(continua na página seguinte)

QUADRO V • LISTA DE OPERAÇÕES APROVADAS (SUPERIORES A US\$ 5 MILHÕES)¹, 2010 (continuação)*(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)*

País	Projeto	Fundo	Montante
	Programa Ambiental de Gestão de Riscos de Desastre e Mudança Climática	CO	5,0
	Programa Nacional de Turismo	FOE	5,0
	Programa Nacional de Turismo	CO	5,0
	Projeto de Modernização do Sistema de Administração Financeira do Setor Público	FOE	5,0
	Projeto de Modernização do Sistema de Administração Financeira do Setor Público	CO	5,0
Panamá	Programa de Fortalecimento da Política Fiscal e da Equidade Tributária	CO	200,0
	Programa Multifásico de Infraestrutura Viária para Aumentar a Competitividade II	CO	70,0
	Programa de Investimento em Água Potável e Saneamento do IDAAN – Fase I	CO	40,0
	Espaços Educacionais e Qualidade de Aprendizagem	CO	30,0
Paraguai	Renovação do Centro e Modernização do Transporte Público Metropolitano e dos Escritórios do Governo	CO	62,4
	Renovação do Centro e Modernização do Transporte Público Metropolitano e dos Escritórios do Governo	CO	47,0
	Mecanismo Creditício para o Banco Continental ²	CO	25,0
	Renovação do Centro e Modernização do Transporte Público Metropolitano e dos Escritórios do Governo	FOE	15,6
	Programa Nacional de Turismo	CO	10,0
Peru	Programa de Reformas dos Setores Sociais II	CO	100,0
	Programa de Aumento da Produtividade e da Competitividade I	CO	50,0
	Programa de Segunda Geração de Reformas do Setor de Saneamento I	CO	50,0
	Programa para o Desenvolvimento de uma Nova Matriz Energética Sustentável II	CO	25,0
	Programa de Redução da Vulnerabilidade a Desastres I	CO	25,0
	Programa de Apoio à Agenda de Mudança Climática	CO	25,0
	Programa de Reformas dos Recursos Hídricos III	CO	25,0
	Modernização do Sistema de Administração Financeira Pública	CO	20,0
	Apoio ao Programa de Reformas dos Setores Sociais	CO	6,0
	CMAC Sullana	CO	5,0
	Programa de Melhoria da Produtividade e da Competitividade	CO	5,0
República Dominicana	Programa de Apoio à Política de Competitividade II	CO	110,0
	Apoio ao Programa de Proteção Social – Fase II	CO	100,0
	Apoio ao Plano Decenal de Educação	CO	50,0
	Programa de Investimento em Água Potável e Saneamento do INAPA	CO	35,0
	Programa de Apoio a Subsídios para a Inovação Tecnológica na Agropecuária	CO	30,0
	Programa de Apoio à Política de Competitividade II	CO	10,0
Suriname	Reabilitação da Infraestrutura de Fornecimento de Água	CO	12,0
Trinidad e Tobago	Programa de Gestão do Gasto Público I	CO	100,0
	Programa de Melhoria de Bairros	CO	40,0
Uruguai	Programa de Apoio ao Ensino Médio e Técnico e à Formação de Docentes	CO	48,0
	Programa de Apoio à Estratégia Nacional para a Infância e a Adolescência (ENIA)	CO	40,0
Venezuela	Reabilitação das Unidades 1 a 6 da Casa de Máquinas I da Central Hidrelétrica Simón Bolívar	CO	700,0
	Programa de Capacitação Nacional para a Gestão Integral de Resíduos Sólidos	CO	140,0
	Programa de Racionalização do Consumo de Água Potável (PRAC)	CO	50,0
Regional	Mecanismo de Financiamento para a CIFI	CO	60,0
	Fundo de Investimento CoreCo América Central I	Fumin	5,5
	Fundo de Desenvolvimento de Micro Carbonetos	Fumin	5,0

Siglas: CO = Capital Ordinário; FOE = Fundo para Operações Especiais; Fumin = Fundo Multilateral de Investimentos; GRF = Fundo Não Reembolsável do BID; FTL = Fundo de Tecnologia Limpa

¹ Não inclui linhas de crédito autorizadas no âmbito do Programa de Facilitação do Financiamento ao Comércio (TFFP).

² Complementado por um empréstimo B sindicalizado.

³ Aumento da operação aprovada em 2007.

Financiamentos não reembolsáveis

Em 2010 o Banco continuou a concentrar-se em produtos de conhecimento e capacitação como um reflexo de sua importância crescente no trabalho de desenvolvimento do Banco.

O Banco continuou a implantar maiores eficiências, consolidando três tipos de financiamentos não reembolsáveis em um único instrumento: financiamentos não reembolsáveis para projetos específicos, que agilizam e simplificam os procedimentos operacionais e de gestão financeira e estabelecem acordos de negociação padrão com os doadores.

Aumentou no decorrer de todo o ano a variedade de instrumentos de financiamento não reembolsável (inclusive cooperações técnicas, produtos de conhecimento e capacitação, financiamentos não reembolsáveis de desenvolvimento e financiamentos não reembolsáveis de investimento), fontes de financiamento (públicas, privadas, financiamentos não reembolsáveis para projetos específicos, assim como fundos de doador único ou multidoadores, vinculados e não vinculados) e tipos de estrutura de governança (parcerias público-privadas e fundos fiduciários como o Fundo Espanhol para Água e Saneamento). Os novos instrumentos refletiram o aumento da cooperação e do apoio dos doadores.

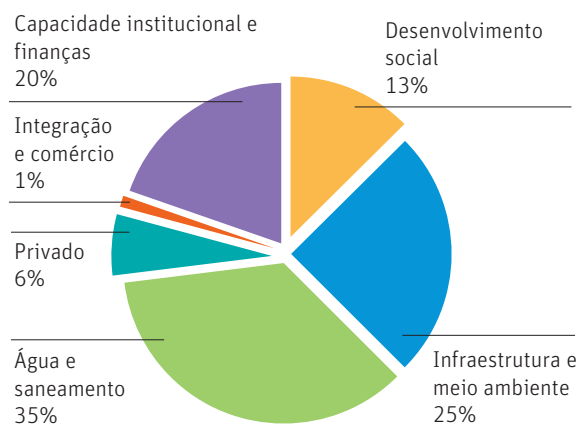
As aprovações de financiamentos não reembolsáveis, inclusive os de investimento, totalizaram US\$ 570,8 milhões. Incluindo-se os financiamentos do Programa de Empreendedorismo Social e do Fundo Não Reembolsável do BID, o total alcançou o nível recorde de US\$ 830,1 milhões. A tendência de aumento do volume médio mantém-se: em 2010 o volume médio aumentou 27% em comparação com o ano anterior. Os desembolsos de financiamentos não reembolsáveis em 2010 aumentaram quase 20% em relação a 2009.

Fundos fiduciários

Em 2010 o BID aprovou um fundo fiduciário e obteve acesso a três fundos novos do Banco Mundial. Dois foram direcionados para o Haiti: o fundo UNASUR, que espera levantar até US\$ 100 milhões em doações (um total de US\$ 6,56 milhões foi recebido do Peru e Equador), e o Fundo de Reconstrução do Haiti, administrado pelo Banco Mundial, ao qual o BID terá acesso na qualidade de agência implementadora. Os dois outros mecanismos aprovados e administrados pelo Banco Mundial são: (i) o Fundo Fiduciário do Programa Global para a Agricultura e a Segurança Alimentar, um mecanismo multilateral com cerca de US\$ 879 milhões para ampliar o apoio aos países pobres na redução da pobreza, melhorar a qualidade de vida em zonas rurais e aumentar a segurança alimentar; e (ii) o Fundo de Tecnologia Limpa, um dos dois fundos no âmbito dos Fundos de Investimento Climático,

Figura 4. Financiamentos não reembolsáveis por setor, 2010

(Porcentagem do montante total)



Nota: Inclui financiamentos do Programa de Empreendedorismo Social, cooperações técnicas, programas especiais, financiamentos não reembolsáveis para projetos específicos e outros financiamentos não reembolsáveis. Não inclui operações do Fumin.

com cerca de US\$ 2,1 bilhões recebidos para acelerar e ampliar o investimento em tecnologias limpas, em linha com as metas nacionais dos países e os objetivos relacionados com o desenvolvimento sustentável.

Outros fundos negociados em 2010, mas ainda não aprovados, são o Fundo Fiduciário Multidoadores para Doenças Tropicais Negligenciadas, uma iniciativa em parceria com o Instituto da Vacina Sabin/Rede Global para Doenças Tropicais Negligenciadas e a Organização Pan-Americana da Saúde; o Financiamento Concessional Reembolsável da Espanha para tratar de questões de mudança climática e desenvolvimento rural, com cerca de €100 milhões; e o Acordo-Quadro com a Comissão Europeia (CE), que inclui financiamentos não reembolsáveis para cofinanciamento de programas e projetos, contribuições para fundos fiduciários e outras contribuições. Esse acordo-quadro não representa um compromisso de fornecer recursos, mas estabelece um conjunto prenegociado de termos e condições para futuras contribuições da CE.

Durante o ano, o Banco aprovou seis operações com recursos do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF) em áreas de biodiversidade marinha e costeira, gestão de bacias hidrográficas, degradação do solo, eficiência energética e energia renovável. Os projetos do BID-GEF estão ajudando a financiar a agenda ambiental em mais de 16 países.

Uma operação particularmente inovadora, financiada com recursos do Fundo Coreano para a Redução da Pobreza, foi o projeto

Mundo Vox Tenda, um financiamento não reembolsável de CT que promove o crescimento e a sustentabilidade econômica de microempresários de serviços de alimentação de baixa renda no Estado de São Paulo, Brasil, organizando e implementando um programa de formação comercial adaptado especificamente para eles. O projeto treinará pelo menos 7.000 empresários de baixa renda nos conceitos fundamentais de finanças, boas práticas comerciais e temas afins.

Cofinanciamentos

O Banco intensificou sua mobilização efetiva de recursos por meio de cofinanciamentos em 2010, promovendo a ampliação da capacidade de empréstimo do Capital Ordinário do Banco e apoiando sua reposição pelo BID-9. O Banco firmou 26 Memorandos de Entendimento com contrapartes de cofinanciamento novas e existentes, dos setores público e privado, em todos os três continentes, inclusive o China EXIM, a Agência de Cooperação Internacional do Japão, O Fundo da OPEP para o Desenvolvimento Internacional e o Mecanismo de Investimento da Comissão Europeia para a América Latina, que oferece assistência técnica e doações de investimento para programas e projetos cofinanciados por instituições financeiras europeias e latino-americanas. Também se envidaram esforços para ampliar as atuais parcerias de cofinanciamento com instituições como o Banco Japonês para Cooperação Internacional, o Banco de Exportação e Importação da Coreia, o *Kreditanstalt für Wiederaufbau* e o *Deutsche Gesellschaft* da Alemanha, assim como outros bancos multilaterais e bilaterais de desenvolvimento.

Além do cofinanciamento tradicional com agências bilaterais e multilaterais de desenvolvimento, o Banco concentrou-se em ampliar suas plataformas de parceria para conectar uma ampla variedade de parceiros privados não tradicionais, inclusive a PepsiCo, a The Coca-Cola Company e a Microsoft Corporation, entre outros,

QUADRO VI • FINANCIAMENTOS NÃO REEMBOLSÁVEIS POR PAÍS¹
(Em milhares de dólares dos Estados Unidos)

País	2010	1961-2010
Argentina	\$ 5.344	\$ 89.071
Bahamas	1.912	26.066
Barbados	2.588	25.206
Belize	2.794	14.713
Bolívia	12.560	194.542
Brasil	24.686	253.536
Chile	7.458	33.396
Colômbia	14.385	111.210
Costa Rica	26.866	91.100
El Salvador	25.636	99.643
Equador	31.488	128.849
Guatemala	4.908	149.527
Guiana	2.872	71.062
Haiti	351.958	750.310
Honduras	10.099	118.421
Jamaica	4.528	52.799
México	8.636	66.369
Nicarágua	8.393	110.837
Panamá	1.718	87.929
Paraguai	47.617	164.652
Peru	82.551	139.710
República Dominicana	37.604	105.313
Suriname	2.028	40.134
Trinidad e Tobago	866	23.518
Uruguai	10.553	55.159
Venezuela	765	14.021
Regional	99.307	1.110.610
TOTAL	\$830.120	\$4.127.703

¹ Inclui financiamentos do Programa de Empreendedorismo Social, cooperações técnicas, programas especiais, financiamentos não reembolsáveis para projetos específicos e outros financiamentos não reembolsáveis. Não inclui operações do Fumin. Valores referentes a financiamentos não reembolsáveis para projetos específicos e financiamentos do Programa de Empreendedorismo Social foram adicionados aos anos anteriores.

com o objetivo de propor programas de desenvolvimento definidos, inovadores e bem estruturados. A colaboração entre a The Coca-Cola Company e o BID enfocou a diversificação econômica e a redução da pobreza em zonas rurais no Haiti por meio do desenvolvimento da cadeia de valor para mangas. A The Coca-Cola Company está doando todos os lucros provenientes de seu suco Odwalla “Mango-Tango: Haiti Hope” para dar apoio aos produtores de manga do Haiti, com um financiamento de contrapartida do Fumin.

QUADRO VII • COFINANCIAMENTOS EM 2010¹*(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)*

Cofinanciador	Valor
ACCIÓN International	\$ 0,03
Administração de Relações Institucionais e Comunitárias	0,03
Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (ACDI)	27,82
Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID)	0,10
Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA)	50,00
BAC Costa Rica	3,00
Banco Centroamericano de Integración Económica (BCIE)	82,60
Banco de Desenvolvimento KfW	0,03
Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos (Ex-Im Bank)	162,00
Banco de la República Oriental del Uruguay (BROU)	0,15
Banco do Brasil	0,01
BancoEstado de Chile	6,40
Banco Europeu de Investimento (BEI)	70,00
Banco General	20,00
Banco Internacional del Perú S.A.A. (Interbank)	25,00
Banco Nacional de Comercio Exterior, S.N.C. (Bancomext)	22,50
Banco Vivienda	18,00
Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd.	0,03
Blue Orchard	4,53
CIFI	15,90
Citibank	0,04
Coca-Cola Company	4,61
Corporação Andina de Fomento (CAF)	125,03
Corporação de Investimentos Privados no Exterior (OPIC)	6,80
Corporação Interamericana de Investimentos (CII)	6,81
Corporación Financiera Internacional (CFI)	161,30
Departamento do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional (DFID)	17,18
Deutsche Bank	0,01
Deutsche Investitions- und Entwicklungsgesellschaft (DEG)	125,90
FACESSO	0,01
Fundación Femsa AC	0,14
Fundación Social	0,20
Fundo da OPEP para o Desenvolvimento Internacional (OFID)	19,00
Fundo de Tecnologia Limpa (FTL)	30,00
Fundo Nórdico para o Desenvolvimento (FND)	8,75
Habitat for Humanity International	2,21
ICO	35,00
Incofin CVSO	0,01
Instituto Coreano de Finanças Públicas	0,57
Mecanismo de Investimento na América Latina (CE)	9,70
Microsoft Corporation	1,25
Ministério da Fazenda da Costa Rica	0,04
Ministério da Economia e Finanças do Uruguai	0,15
Ministério de Estratégia e Finanças da Coreia	0,20
Nacional Financiera (Nafin)	22,50
Nederlandse Financierings-Maatschappij voor Ontwikkelingslanden (FMO)	55,50
Oesterreichische Entwicklungsbank (OeEB)	15,10
PepsiCo	0,12
Personas-Alered S.A.	0,16
Proparco	62,90
República da Coreia – KERIS	0,01
responsAbility	0,02
S.A. BIO NV	0,01
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)	0,07
Sumitomo Mitsui Banking Corporation (SMBC)	0,04
Un Techo para mi País	3,50
Western Union	0,01
TOTAL DE COFINANCIAMENTOS EM 2010	\$1.192,97

¹ Esta lista representa os recursos comprometidos pelos doadores em 2010 e os recursos recebidos para Fóruns patrocinados pelo Banco. Inclui cofinanciamentos paralelos e conjuntos.

QUADRO VIII • FUNDOS EM ADMINISTRAÇÃO ATIVOS, 2010

País/Instituição	Nome	Contribuições acumuladas¹ (equivalente em milhões de US\$)
Alemanha, Áustria, Espanha, Finlândia, Itália, Japão e Reino Unido	Fundo Fiduciário para a Iniciativa de Energia Sustentável e Mudança Climática	27,9
Áustria	AquaFund Multidoadores	1,0
	Oportunidades para a Maioria	1,2
Áustria, Canadá e Noruega	Fundo Multidoadores para Gênero e Diversidade	5,2
Banco Mundial (Trustee)	Fundo de Reconstrução do Haiti	12,5
	Fundo de Tecnologia Limpa	54,2
	Fundo Fiduciário do BID/Fundo Mundial para o Meio Ambiente	69,2
Canadá	Fundo de Comércio BID/Canadá	4,7
Canadá, Espanha, Japão e República da Coreia	Fundo Multidoadores para a Prevenção de Desastres	9,1
Canadá, Reino Unido e Suíça	Assistência ao Comércio	10,6
Chile	Fundo Fiduciário Chileno de Apoio à Inovação Tecnológica na América Central	0,8
China	Fundo Temático de Capacitação Institucional	75,0
Coreia, República da	Fundo de Parceria para o Conhecimento em Tecnologia e Inovação	50,0
	Fundo Coreano de Redução da Pobreza	47,5
Dinamarca	Fundo Fiduciário Dinamarquês para Serviços de Consultoria	2,8
Espanha	Fundo Espanhol de Cooperação para Água e Saneamento	553,4
	Fundo Fiduciário Espanhol para o Programa de Empreendedorismo Social	7,5
	Fundo Espanhol de Cooperação Geral	57,9
Finlândia	Fundo para a Economia do Conhecimento	3,9
	Programa Finlandês de Assistência Técnica	4,8
França	Fundo Francês de Cooperação Técnica para Atividades de Consultoria e Treinamento	19,4
Fundação Gates e Instituto Carlos Slim	Fundo de Saúde para a Mesoamérica	31,9
Itália	Fundo Fiduciário Italiano para Empresas de Consultoria e Instituições Especializadas	13,9
	Fundo Fiduciário Italiano para Elaboração de Projetos do Fumin	3,3
	Fundo Fiduciário Italiano para o Desenvolvimento da Microempresa	8,8
	Fundo Fiduciário Italiano de Tecnologia da Informações e Comunicação para o Desenvolvimento	7,0
	Fundo Fiduciário Italiano para Competitividade Regional	6,0
Japão	Fundo Especial do Japão	243,5
	Fundo Fiduciário do Japão para Serviços de Consultoria	43,8
Noruega	Fundo para Atividades Anticorrupção	4,9
	Fundo Fiduciário Norueguês para Serviços de Consultoria	1,0
Países Baixos	Programa de Parceria BID-Países Baixos para a Gestão de Recursos Hídricos (INWAP)	10,0
Portugal	Fundo Português de Cooperação Técnica	4,0
Suécia	Fundo Fiduciário Sueco para Serviços de Consultoria	3,1
Suíça	Fundo Suíço de Cooperação Técnica para Serviços de Consultoria e Atividades de Treinamento	5,1
Regional	Fundo para Povos Indígenas	20,9
	Fundo Regional para Tecnologia Agropecuária (FONTAGRO)	65,6
	Recursos de Doadores para o Haiti	6,6

¹ Os valores refletem as contribuições acumuladas e não a disponibilidade atual de recursos. Utiliza taxas de câmbio históricas. Considera transferência entre fundos.



Uma linha de crédito financia melhorias abrangentes nos transportes no Equador, em termos de segurança das estradas, manutenção e a construção de outra ponte sobre o Rio Babahoyo.

DESTAQUES FINANCEIROS

Capital Ordinário

Em 2010 o Banco aprovou 162 empréstimos, no total de US\$ 12,1 bilhões, com recursos do Capital Ordinário, comparados com 147 empréstimos no valor de US\$ 15,3 bilhões em 2009. Embora as operações de crédito do Banco tenham decaído em relação aos níveis recordes de 2009, continuaram superiores aos níveis de 2007, anteriores à crise, e em linha com o compromisso, assumido pelo Banco, de ampliar o crédito para a Região. Além disso, os desembolsos totalizaram US\$ 10,3 bilhões, montante superior aos US\$ 11,4 bilhões desembolsados em 2009. O volume de empréstimos não desembolsados aumentou para US\$ 22,4 bilhões no fim de 2010, contra US\$ 21,6 bilhões no fim de 2009.

A carteira de empréstimos sem garantia soberana do Banco cresceu ligeiramente para US\$ 3,2 bilhões em 2010, em comparação com US\$ 3,1 bilhões em 31 de dezembro de 2009. No fim de 2010, 6,1% dos empréstimos e das garantias pendentes não contavam com garantia soberana, comparados a 6,6% no fim do ano anterior.

A exposição em empréstimos sem garantia soberana diminuiu US\$ 163 milhões, caindo para US\$ 671 milhões, contra US\$ 834 milhões no ano anterior. O Banco aprovou quatro garantias não relacionadas a comércio e sem contragarantia soberana, no montante de US\$ 61 milhões em 2010, comparadas uma no valor de US\$ 10 milhões em 2009. Além disso, no âmbito do Programa de Facilitação do Financiamento ao Comércio, o Banco emitiu 131 garantias, no montante de US\$ 239 milhões, em comparação com 105 garantias, no montante de US\$ 187 milhões, emitidas em 2009.

Desde o início das operações do Banco, não houve nenhum cancelamento na carteira de empréstimos com garantia soberana, que representavam 95% dos US\$ 63 bilhões em saldos de empréstimos em 31 de dezembro de 2010. Naquela data, todos os empréstimos da carteira eram realizáveis. Empréstimos sem garantia soberana com saldos de US\$ 140 milhões foram classificados como prejudicados em 31 de dezembro de 2010. As provisões para perdas com empréstimos e garantias somaram US\$ 172 milhões, em comparação com US\$ 148 milhões em 2009.

Em 2010 o Banco emitiu obrigações com um valor nominal total equivalente a US\$ 13,7 bilhões (2009 – US\$ 17,9 bilhões), que geraram captações equivalentes a US\$ 11,8 bilhões (2009 – US\$ 16,2 bilhões), com prazo médio de 5,3 anos (2008 – 4,6 anos). A queda nas captações deveu-se principalmente à redução dos desembolsos líquidos de empréstimos (desembolsos deduzidas as liquidações), no valor de US\$ 2,1 bilhões, e ao impacto positivo sobre os níveis de liquidez do Banco, resultante da conversão de US\$ 3,0 bilhões em investimentos denominados em

moedas de membros não mutuários, sujeitos a manutenção do valor em dólares dos Estados Unidos.

As captações feitas em um dado ano são usadas para operações gerais, entre elas o desembolso de empréstimos e o refinanciamento de dívidas no vencimento. Durante o ano o Banco lançou quatro obrigações globais estratégicas de referência denominadas em dólares dos Estados Unidos, com prazo de vencimento de três, cinco, sete e dez anos, no valor combinado de US\$ 6,5 bilhões; essas emissões de obrigações tiveram êxito, tirando proveito das condições favoráveis do mercado na ocasião e da forte demanda na Ásia, na Europa e nas Américas. O Banco transacionou outras obrigações, denominadas em dólares australianos, dólares dos Estados Unidos, dólares neozelandeses, liras turcas, rands sul-africanos, rupias indianas, rupias indonésias, além de moedas de alguns países membros mutuários, como indicado a seguir.

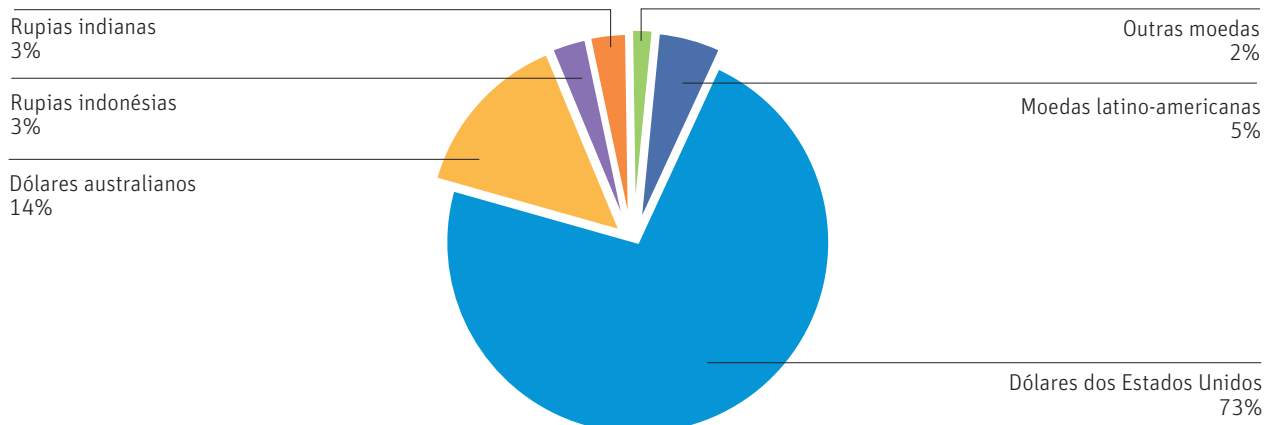
As obrigações denominadas em moedas de países membros mutuários atingiram o total de US\$ 733 milhões (2009 – US\$ 303 milhões), assim discriminadas: reais brasileiros, US\$ 707 milhões, pesos colombianos, US\$ 10 milhões, e pesos mexicanos, US\$ 16 milhões (2009 – reais brasileiros, US\$ 246 milhões, colones costa-riquenhos, US\$ 15 milhões, e pesos mexicanos, US\$ 42 milhões). A emissão de obrigações em moedas de países membros mutuários é feita em função da rentabilidade para o Banco, contribuindo, em parte, para o desenvolvimento dos mercados locais de capitais e ampliando a demanda externa efetiva de moedas locais.

A Figura 5 mostra as emissões de títulos de dívida do Banco em 2010, por moeda. Todas as captações novas com taxa fixa foram inicialmente convertidas por swaps em dólares dos Estados Unidos com taxas flutuantes. Os Quadros IX e X fornecem mais detalhes sobre essas captações, bem como sobre o saldo de captações em 31 de dezembro de 2010, por moeda, antes dos swaps e ajustes de marcação a mercado.

Como vem ocorrendo desde a primeira vez em que foi classificado, em 2010 o Banco manteve sua nota AAA/Aaa dos principais serviços de classificação de crédito.

O resultado operacional em 2010 foi de US\$ 1,252 bilhão, comparado com US\$ 1,294 bilhão em 2009. A relação entre patrimônio total e empréstimos caiu para 33,4%, contra 34,2% em 2009, devido a um aumento dos saldos de empréstimos e da exposição líquida a garantias, no montante de US\$ 4,8 bilhões, compensado parcialmente por um aumento de US\$ 1,2 bilhão no patrimônio total, conforme definido. Define-se “patrimônio total” como sendo ações do capital realizado, lucros retidos e as reservas para perdas com empréstimos e garantias, menos os saldos de caixa em moeda local dos países mutuários, deduzidos os valores a receber dos membros (mas não os valores a pagar aos membros) e

Figura 5. Captações em 2010, antes dos swaps



os efeitos acumulados dos ajustes líquidos de valor justo realizados nas carteiras, exceto as de curto prazo.

Em 2010 a Diretoria Executiva manteve o mesmo nível de encargos aplicáveis a empréstimos, com uma margem de juro de 0,95% e uma comissão de crédito de 0,25%, sem taxa de supervisão e inspeção.

Fundo para Operações Especiais

Em 2010 o Banco aprovou 31 empréstimos paralelos no montante de US\$ 901 milhões, constituídos por US\$ 297 milhões e US\$ 604 milhões em recursos do Fundo para Operações Especiais (FOE) e do Capital Ordinário, respectivamente (2009 – 24 empréstimos totalizando US\$ 716 milhões, constituídos por US\$ 228 milhões do FOE e US\$ 488 milhões do Capital Ordinário). Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de empréstimos somava US\$ 4,0 bilhões (2009 – US\$ 4,3 bilhões) e mantinha-se plenamente realizável. As operações do FOE geraram uma receita, antes da dedução de despesas de cooperação técnica, alívio da dívida e transferências aprovadas pela Assembleia de Governadores, de US\$ 80 milhões, em comparação com US\$ 128 milhões em 2009.

Em 2010 a Assembleia de Governadores aprovou transferências de reservas gerais no valor total de US\$ 364 milhões (2009 – US\$ 122 milhões) do FOE para o Fundo Não Reembolsável do BID (GRF), a fim de proporcionar US\$ 364 milhões (2009 – US\$ 122 milhões) em recursos não reembolsáveis para o Haiti. Para obter informações adicionais, consultar Nono Aumento Geral de Recursos do Banco (BID-9) na seção “Fatos importantes em 2010”, abaixo.

Fundo Não Reembolsável do BID

O GRF foi criado em 2007 com o objetivo de oferecer financiamentos não reembolsáveis apropriados para tratar de circunstâncias especiais que surjam em determinados países (atualmente, apenas o Haiti) ou para projetos específicos. Até 31 de dezembro de 2009, o GRF foi financiado exclusivamente com transferências de reservas gerais do FOE. Como parte do Nono Aumento Geral de Recursos do Banco, a Assembleia de Governadores poderá aprovar, a cada ano, transferências de rendimentos do Capital Ordinário para o GRF a partir de 2010 e até 2020. Em 2010, o Banco aprovou um total de US\$ 72 milhões em transferências de rendimentos do Capital Ordinário e US\$ 364 milhões em transferências de reservas gerais do FOE. O Banco também aprovou financiamentos não reembolsáveis do GRF para o Haiti no valor de US\$ 395 milhões (2009 – US\$ 122 milhões), inclusive US\$ 144 milhões em saldos convertidos de empréstimos não desembolsados do FOE.

Realizações importantes em 2010

Nono Aumento Geral de Recursos do Banco (BID-9)

Em 21 de julho de 2010, a Assembleia de Governadores decidiu votar sobre um Projeto de Resolução que autorizaria o Nono Aumento Geral de Recursos do Capital Ordinário do Banco, da ordem de US\$ 70,0 bilhões, a ser subscrito pelos membros do Banco durante um período de cinco anos a partir de 2011. Esse valor

QUADRO IX • CAPTAÇÃO DE RECURSOS,¹ EXERCÍCIO DE 2010*(Montantes em milhões)*

Tipo	Emissão	Montante	Montante (equiv. em US\$)
Dólares australianos	Reajustável, vencimento em 2013 ²	112	\$ 99
	5,50%, vencimento em 2013	500	452
	5,38%, vencimento em 2014	750	688
	6,00%, vencimento em 2016	300	251
	6,50%, vencimento em 2019	525	479
Dólares dos Estados Unidos	0,34%, vencimento em 2011	100	100
	0,36%, vencimento em 2011	200	200
	1,13%, vencimento em 2012	500	500
	1,75%, vencimento em 2012	125	125
	Reajustável, vencimento em 2013 ⁴	100	100
	1,63%, vencimento em 2013	1.000	1.000
	Reajustável, vencimento em 2014 ⁵	100	100
	2,25%, vencimento em 2015	2.250	2.250
	2,38%, vencimento em 2017	1.750	1.750
	3,88%, vencimento em 2020	1.500	1.500
	0,00%, vencimento em 2040 ⁶	2.320	2.320
Dólares neozelandeses	6,00%, vencimento em 2017	50	36
Novas liras turcas	0,50%, vencimento em 2015	235	148
Pesos colombianos	3,35%, vencimento em 2015 ³	19.300	10
Pesos mexicanos	8,00%, vencimento em 2016	200	16
Rands sul-africanos	7,00%, vencimento em 2013	146	19
	7,02%, vencimento em 2013	321	43
Reais brasileiros	7,03%, vencimento em 2012	15	8
	9,00%, vencimento em 2012	185	101
	9,10%, vencimento em 2012	8	4
	8,20%, vencimento em 2013	14	8
	9,50%, vencimento em 2013	150	82
	7,20%, vencimento em 2014	377	220
	8,00%, vencimento em 2014	22	12
	8,12%, vencimento em 2014	279	154
	8,30%, vencimento em 2014	14	8
	9,50%, vencimento em 2014	175	96
	8,10%, vencimento em 2015	19	11
	7,85%, vencimento em 2016	4	2

(continua na página seguinte)

QUADRO IX • CAPTAÇÃO DE RECURSOS,¹ EXERCÍCIO DE 2010 *(continuação)**(Montantes em milhões)*

Tipo	Emissão	Montante	Montante (equiv. em US\$)
Rupias indianas	2,50%, vencimento em 2013	10.860	238
	2,63%, vencimento em 2013	470	10
	3,00%, vencimento em 2014	2.000	43
	4,75%, vencimento em 2014 ³	6.000	133
Rupias indonésias	6,00%, vencimento em 2013	150.000	17
	6,00%, vencimento em 2013	250.000	28
	6,50%, vencimento em 2014	408.000	45
	0,00%, vencimento em 2015	2.800.000	312
CAPTAÇÕES TOTAIS			\$13.719

¹ Captações a médio e longo prazos ao valor nominal, antes dos swaps.² AUD-BBR-BBSW trimestral, mais 0,045%.³ Obrigação negociada em dezembro de 2010, mas desembolsada em janeiro de 2011.⁴ LIBOR trimestral em US\$, menos 0,06%.⁵ LIBOR trimestral em US\$, menos 0,45%.⁶ Captações com cupom zero e opções de recompra antecipada pelo emissor, segundo um cronograma.

incluiria um aporte de US\$ 1,7 bilhão na forma de ações do capital ordinário realizado, e o restante seria em ações do capital ordinário exigível. Além disso, a Assembleia de Governadores decidiu votar sobre um Projeto de Resolução que autorizaria um aumento dos recursos do FOE, no valor adicional de US\$ 479 milhões (em termos de valor presente líquido) em novas cotas de contribuição a serem pagas pelos membros do Banco em prestação única (ou seja, sua respectiva parcela dos US\$ 479 milhões) ou cinco prestações anuais, de igual valor, de sua parcela do valor não descontado dos US\$ 479 milhões, que se definiu em US\$ 517,3 milhões, pagas a partir de 2011. As subscrições do Capital Ordinário do Banco e as contribuições ao FOE seriam feitas em dólares dos Estados Unidos. Os votos referentes a esses Projetos de Resolução devem ser recebidos até 31 de outubro de 2011 ou data posterior que a Diretoria Executiva venha a determinar. Como parte do BID-9, em 21 de julho de 2010 a Assembleia de Governadores também aprovou várias medidas destinadas a prestar assistência ao Haiti: (i) transferências de rendimentos do Capital Ordinário; (ii) transferências adicionais de reservas gerais do FOE; e (iii) mediante o recebimento das contribuições antecipadas dos membros do Banco para o FOE, como parte do proposto aumento dos recursos do FOE, serão efetivados o cancelamento total da dívida do Haiti com o FOE e a transferência de todos os saldos de empréstimos não desembolsados do FOE para o GRF e a posterior conversão em financiamentos não reembolsáveis.

Como parte do BID-9, a Assembleia de Governadores aprovou a substituição do limite para operações sem garantia soberana por uma medida de risco/patrimônio, sendo que os requisitos de capital de risco para essas operações não podem ser superiores a 20% do patrimônio total calculado em conformidade com a Política de Suficiência do Capital do Banco.

Desempenho e exposição da carteira de investimentos de liquidez

Em 2010 vários índices de mercado e indicadores econômicos continuaram a mostrar sinais de avanço moderado, não obstante a progressão da incerteza no decorrer do ano. O Banco reconheceu US\$ 396 milhões em ganhos de ajuste de marcação a mercado em sua carteira de investimentos de curto prazo (2009 – US\$ 528 milhões). Esses ganhos de investimento estavam substancialmente relacionados com a parcela de US\$ 3,0 bilhões em títulos lastreados em ativos e hipotecas na carteira. Contudo, a liquidez dessa parte da carteira continua limitada e as avaliações continuam a apresentar elevado deságio. Embora tenha ocorrido alguma degradação das notas de crédito, em 31 de dezembro de 2010, 38,4% dessa parte da carteira ainda tinham nota AAA (2009 – 56,1%), 77,9% estavam classificados com grau de investimento (2009 – 85,4%) e toda a carteira mantém-se realizável, com exceção de US\$ 0,5 milhões em perdas de principal em 2009 e US\$ 2,1 milhões em 2010.

Em 2010 os investimentos do Banco nesses títulos foram reduzidos por amortização ao par, de US\$ 1,012 bilhão (2009 – US\$ 753 milhões). O Banco realizou perdas de US\$ 18 milhões em 2010, em relação ao preço de compra, comparados a US\$ 32 milhões em 2009.

O risco do conjunto da carteira de investimentos somava US\$ 16,4 bilhões em 31 de dezembro de 2010, comparados aos US\$ 20,0 bilhões registrados em 31 de dezembro de 2009. A qualidade da carteira geral continua alta, com 79,0% da exposição de crédito com notas AAA e AA (2009 – 75,3%), 11,6% com a maior nota de curto prazo (A1+) (2009 – 13,3%), 4,0% com nota A (2009 – 7,2%) e 5,4% com nota inferior a A/A1+ (2009 – 4,2%).

As carteiras de investimentos do FOE, do Mecanismo de Financiamento Intermediário (MFI) e de outros fundos administrados pelo Banco, no montante aproximado de US\$ 2,9 bilhões em 31 de dezembro de 2010, que incluíam títulos lastreados em ativos e hipotecas no valor de US\$ 270 milhões, geraram ganhos líquidos baseados na marcação a mercado no valor de US\$ 19 milhões durante o ano (2009 – US\$ 90 milhões).

Outras realizações

Houve outros fatos importantes em 2010.

Conversão dos empréstimos do Mecanismo de Moeda Única (MMU) e do Sistema do Fundo Comum de Moedas (FCM) em empréstimos baseados na taxa LIBOR: a partir de 1º de agosto de 2010, o Banco executou a segunda fase da conversão dos produtos de taxa ajustável no âmbito do MMU e do FCM em empréstimos denominados em USD e baseados na taxa LIBOR (a Oferta de Conversão), que havia sido aprovada pela Diretoria Executiva em 2009. Com essa segunda execução, o Banco concluiu sua Oferta de Conversão, que produziu um total de US\$ 32,0 bilhões em conversões de empréstimos, a saber: US\$ 3,0 bilhões do FCM para empréstimos denominados em USD e baseados na taxa LIBOR, US\$ 6,7 bilhões do FCM para empréstimos denominados em USD a taxa de custo com base fixa, US\$ 1,9 bilhões do MMU para empréstimos denominados em USD e baseados na taxa LIBOR e US\$ 20,4 bilhões do MMU para empréstimos a taxa de custo com base fixa.

Novo marco de suficiência do capital: em 2010, o Banco adotou um novo marco de suficiência do capital, que consiste em uma política revisada de suficiência do capital e novos sistemas de apoio ao cálculo dos requisitos de capital para risco de crédito e mercado em ambas as suas operações de crédito e tesouraria. Além disso, a política inclui requisitos de capital para o risco operacional.

Nova política de gestão de ativos e passivos: em 28 de julho de 2010, a Diretoria Executiva aprovou uma nova política de gestão de ativos e passivos que, entre outras coisas, define regras para a gestão ativa da sensibilidade do patrimônio a oscilações

das taxas de juro e para limitar a concentração de resgates de dívida em qualquer período de 12 meses. Em dezembro de 2010 foram realizados swaps de gestão de ativos e passivos com valor nocional de US\$ 5,5 bilhões para manter a sensibilidade do patrimônio a oscilações das taxas de juro dentro dos limites da política.

Como parte da nova política de gestão de ativos e passivos, a Diretoria Executiva aprovou a conversão em dólares dos Estados Unidos do patrimônio denominado em moedas de outros países. Posteriormente, em 1º de dezembro de 2010, a Diretoria Executiva aprovou a conversão em dólares dos Estados Unidos de substancialmente todos os investimentos do Capital Ordinário denominados em moedas de membros não mutuários, sujeitos a manutenção do valor, que haviam sido feitos na carteira de investimentos mantidos até o vencimento. A implementação dessa decisão exigiu a venda ou transferência de títulos dessa carteira, o que causou o fim da contabilização dessa carteira ao custo amortizado e o reconhecimento imediato de ganhos de investimento no valor de US\$ 54 milhões.

QUADRO X • SALDO DE CAPTAÇÕES¹ POR MOEDA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

Moeda	Montante
Colones costa-riquenhos	\$ 52
Dólares australianos	8.754
Dólares canadenses	4.245
Dólares da Nova Zelândia	1.907
Dólares de Hong Kong	96
Dólares dos Estados Unidos	37.431
Euros	1.397
Franco suíço	696
Ienes japoneses	1.271
Libras esterlinas	945
Novas liras turcas	349
Novos soles peruanos	116
Pesos chilenos	50
Pesos colombianos	58
Pesos mexicanos	1.134
Rands sul-africanos	336
Reais brasileiros	1.147
Rublos russos	37
Rupias indianas	306
Rupias indonésias	797
TOTAL	\$61.124

¹ Captações a médio e longo prazos líquidas de descontos não amortizados (antes dos swaps e ajustes baseados na marcação a mercado).

QUADRO XI • DEMONSTRATIVO DOS SALDOS DE EMPRÉSTIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

País membro em cujo território foram feitos empréstimos	Capital Ordinário			Fundo para Operações Especiais ¹	Total
	Com garantia soberana	Sem garantia soberana	Subtotal		
Argentina	\$10.149	\$ 105	\$10.254	\$ 71	\$10.325
Bahamas	130	—	130	—	130
Barbados	184	—	184	6	190
Belize	104	—	104	—	104
Bolívia	150	57	207	476	683
Brasil	14.480	1.255	15.735	167	15.902
Chile	612	21	633	—	633
Colômbia	6.438	111	6.549	68	6.617
Costa Rica	278	177	455	29	484
El Salvador	1.628	50	1.678	362	2.040
Equador	1.671	104	1.775	407	2.182
Guatemala	1.772	69	1.841	290	2.131
Guiana	21	—	21	296	317
Honduras	91	9	91	494	585
Jamaica	1.269	—	1.278	23	1.301
México	8.918	131	9.049	4	9.053
Nicarágua	134	6	140	678	818
Panamá	1.256	80	1.336	13	1.349
Paraguai	848	25	873	261	1.134
Peru	3.294	654	3.948	21	3.969
República Dominicana	1.757	31	1.788	274	2.062
Suriname	89	4	93	1	94
Trinidad e Tobago	473	—	473	6	479
Uruguai	1.962	—	1.962	7	1.969
Venezuela	1.870	—	1.870	—	1.870
Regional	205	235	440	50	490
Corporação Interamericana de Investimentos	—	100	100	—	100
TOTAL	\$59.783	\$3.224	\$63.007	\$4.004	\$67.011

¹ Não inclui participações em empréstimos vendidas ao Fundo Fiduciário de Progresso Social num total de US\$ 27 milhões, sendo US\$ 3 milhões à Costa Rica, US\$ 8 milhões a El Salvador, US\$ 5 milhões ao Equador, US\$ 3 milhões à Guatemala, US\$ 2 milhões ao Panamá, US\$ 5 milhões à República Dominicana e US\$ 1 milhão ao Paraguai.

Modelo de Gestão da Renda: como parte do BID-9, a Assembleia de Governadores aprovou um Modelo de Gestão da Renda (IMM, na sigla em inglês) para o Capital Ordinário, que foi implementado por meio do Plano Financeiro de Longo Prazo e é utilizado na tomada de decisões anuais sobre as utilizações dos rendimentos do Capital Ordinário. Com a aprovação do IMM, a Assembleia de Governadores também definiu um nível mínimo

de encargos aplicáveis a empréstimos com garantia soberana, de forma que os rendimentos gerados com esses encargos (ajustados para 90% dos rendimentos provenientes das operações sem garantia soberana do Banco) cubram 90% das despesas administrativas do Capital Ordinário.

Cópias das demonstrações contábeis básicas do Capital Ordinário, do FOE, do MFI e do GRF encontram-se nas páginas 44-51.

**QUADRO XII • SUBSCRIÇÕES DO CAPITAL, COTAS DE CONTRIBUIÇÃO E PODER DE VOTO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010¹**

(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

Países membros	Capital subscrito do Capital Ordinário			Porcentagem do número total de votos ²	Cotas de contribuição para o FOE
	Integralizado	Exigível	Total		
Países regionais em desenvolvimento					
Argentina	\$ 465,1	\$ 10.393,8	\$ 10.858,9	10,751	\$ 505,4
Bahamas	11,6	198,3	209,9	0,209	10,6
Barbados	5,6	124,3	129,9	0,130	1,8
Belize	7,2	103,5	110,7	0,111	7,6
Bolívia	37,3	834,4	871,7	0,865	51,1
Brasil	465,1	10.393,8	10.858,9	10,751	544,4
Chile	127,7	2.853,9	2.981,6	2,953	157,7
Colômbia	127,7	2.853,9	2.981,6	2,953	153,7
Costa Rica	18,7	417,1	435,7	0,433	23,4
El Salvador	18,7	417,1	435,7	0,433	21,4
Equador	24,9	556,8	581,7	0,577	30,3
Guatemala	24,9	556,8	581,7	0,577	32,8
Guiana	7,8	153,8	161,6	0,162	8,7
Haiti	18,7	417,1	435,7	0,433	22,9
Honduras	18,7	417,1	435,7	0,433	27,8
Jamaica	24,9	556,8	581,7	0,577	28,8
México	299,0	6.681,3	6.980,3	6,912	329,0
Nicarágua	18,7	417,1	435,7	0,433	25,4
Panamá	18,7	417,1	435,7	0,433	25,4
Paraguai	18,7	417,1	435,7	0,433	27,9
Peru	62,3	1.390,7	1.453,0	1,440	79,8
República Dominicana	24,9	556,8	581,7	0,577	33,9
Suriname	5,7	82,9	88,6	0,089	6,3
Trinidad e Tobago	18,7	417,1	435,7	0,433	20,9
Uruguai	49,9	1.114,3	1.164,2	1,154	55,9
Venezuela	249,3	5.568,5	5.817,8	5,761	315,3
Total dos países regionais em desenvolvimento	2.170,5	48.311,4	50.481,1	50,015	2.548,2
Canada ³	173,7	7.906,1	8.079,8	4,001	326,3
Estados Unidos	1.303,0	29.006,7	30.309,7	30,006	5.043,0
Países não regionais					
Alemanha	82,3	1.831,4	1.913,7	1,896	230,0
Áustria	6,9	153,7	160,6	0,161	20,0
Bélgica	14,2	316,8	331,0	0,329	42,5
China	0,1	2,1	2,2	0,004	125,0
Coreia, República de	0,1	2,1	2,2	0,004	—
Croácia	2,1	46,4	48,5	0,050	5,9
Dinamarca	7,3	163,4	170,8	0,171	20,0
Eslovênia	1,3	28,1	29,4	0,031	3,4
Espanha	82,3	1.831,4	1.913,7	1,896	226,4
Finlândia	6,9	153,7	160,6	0,161	19,0
França	82,3	1.831,4	1.913,7	1,896	221,1
Israel	6,8	151,5	158,3	0,158	18,0
Itália	82,3	1.831,4	1.913,7	1,896	215,7
Japão	217,1	4.833,2	5.050,3	5,001	591,9
Noruega	7,3	163,4	170,8	0,171	20,0
Países Baixos	14,6	325,6	340,3	0,338	36,9
Portugal	2,3	51,7	54,0	0,055	7,8
Reino Unido	41,8	929,9	971,7	0,964	175,3
Suécia	14,1	314,8	328,9	0,327	40,1
Suíça	20,4	454,2	474,7	0,471	63,4
Total dos membros não regionais	692,5	15.416,5	16.109,0	15,979	2.082,4
TOTAL GERAL	\$ 4.339	\$ 100.641	\$ 104.980	100.000	\$ 10.000

¹ Devido ao arredondamento dos dados, os subtotais e o total geral podem não corresponder exatamente à soma das parcelas.

² O poder de voto de cada país membro é o mesmo na tomada de decisões referentes às operações do Capital Ordinário e do FOE. Exceto nos casos expressamente contemplados no Convênio Constitutivo do Banco, todas as questões são decididas pela maioria do poder de voto dos países membros.

³ O capital subscrito do Capital Ordinário inclui 334.887 ações temporárias exigíveis sem poder de voto e com valor nominal de US\$ 4.039,9 milhões. Essas ações não estão incluídas no cálculo do poder de voto.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS BÁSICAS

CAPITAL ORDINÁRIO

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	31 de dezembro			
	2010		2009	
ATIVO				
Caixa e investimentos				
Caixa — Notas C e W	\$ 242		\$ 242	
Investimentos — Notas D, K, L e W				
Carteira de curto prazo — Anexo I-1	16.356		16.304	
Mantidos até o vencimento	—	\$16.598	3.810	\$20.356
Saldo de empréstimos — Notas E, T e W, Anexos I-2 e I-3 ...	63.007		58.049	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(145)	62.862	(116)	57.933
Juros e outros encargos acumulados				
Sobre investimentos	38		64	
Sobre empréstimos	480		496	
Sobre swaps, líquido	347	865	335	895
Valores a receber de países membros — Nota G				
Obrigações não negociáveis e não remuneradas:				
Obrigações à demanda	90		95	
Notas a prazo	236		252	
Valores necessários para a manutenção de valor de ativos monetários	52	378	54	401
Swaps cambiais e de taxa de juros — Notas K, L e W				
Investimentos — curto prazo — Anexo I-1	7		—	
Empréstimos	38		248	
Captações — Anexo I-4	5.887	5.932	3.647	3.895
Outros ativos				
Ativos de benefícios pós-aposentadoria — Nota S	163		173	
Valor a receber sobre venda de títulos para investimento	48		—	
Imobilizado, líquido — Nota H	324		306	
Outros	47	582	47	526
Total do ativo		\$87.217		\$84.006
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Passivo				
Captações — Notas I, J, L e W, Anexo I-4				
Curto prazo	\$ 30		\$ 1.908	
Médio e longo prazo:				
Medidas ao valor justo	52.846		45.493	
Medidas ao custo amortizado	10.077	\$62.953	12.906	\$60.307
Swaps cambiais e de taxa de juros — Notas K, L e W				
Investimentos — curto prazo — Anexo I-1	55		11	
Empréstimos	693		171	
Captações — Anexo I-4	808		1.037	
Outros	72	1.628	—	1.219
Valor a pagar sobre compra de títulos para investimento e garantias recebidas em numerário		13		141
Passivos de benefícios pós-aposentadoria — Nota S		74		68
Valores devidos ao Fundo Não Reembolsável do BID		72		—
Valores a pagar para a manutenção de valor de ativos monetários — Nota G		535		556
Juros acumulados sobre captações		555		622
Contas a pagar e despesas acumuladas		427		419
Total do passivo		66.257		63.332
Patrimônio líquido				
Capital — Nota O, Anexos I-5 e I-6				
Subscrito 8.702.335 ações	104.980		104.980	
Menos parcela exigível	(100.641)		(100.641)	
Capital integralizado	4.339		4.339	
Lucros retidos — Nota P	15.771		15.441	
Outros resultados abrangentes acumulados — Nota Q	850	20.960	894	20.674
Total do passivo e patrimônio líquido		\$87.217		\$84.006

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E LUCROS RETIDOS

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2010	2009	2008
Lucro (prejuízo)			
Empréstimos			
Juros, depois dos swaps — Notas E e K	\$ 1.764	\$ 1.934	\$ 2.301
Outras receitas de empréstimos	66	68	54
	<u>1.830</u>	<u>2.002</u>	<u>2.355</u>
Investimentos — Nota K			
Juros	178	303	632
Ganhos (perdas) líquidos	446	528	(1.605)
Outras receitas de juros — Nota K	7	—	—
Outros	21	15	11
Receitas totais	<u>2.482</u>	<u>2.848</u>	<u>1.393</u>
Despesas			
Despesas de captação			
Juros, depois dos swaps — Notas I, J, K e L	523	929	1.740
Custos de captação	27	24	28
Custos (receita) de recompra de dívida	—	(2)	(4)
	<u>550</u>	<u>951</u>	<u>1.764</u>
Provisão (crédito) para perdas com empréstimos e garantias — Nota F	24	(21)	93
Despesas administrativas — Nota B	573	530	439
Programas especiais	83	94	69
Despesas totais	<u>1.230</u>	<u>1.554</u>	<u>2.365</u>
Lucro (prejuízo) antes dos ajustes líquidos de valor justo realizados nas carteiras exceto as de curto prazo e transferências aprovadas pela Assembleia de Governadores	1.252	1.294	(972)
Ajustes líquidos de valor justo realizados nas carteiras exceto as de curto prazo — Notas I, J, K e R	(850)	(500)	950
Transferências aprovadas pela Assembleia de Governadores — Nota N	(72)	—	—
Lucro (prejuízo) líquido	330	794	(22)
Lucros retidos, início do exercício	15.441	14.647	14.576
Efeito cumulativo da opção de valor justo	—	—	93
Lucros retidos, encerramento do exercício	<u>\$15.771</u>	<u>\$15.441</u>	<u>\$14.647</u>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2010	2009	2008
Lucro (prejuízo) líquido	\$330	\$ 794	\$ (22)
Outros lucros (prejuízos) abrangentes — Nota Q			
Ajustes de tradução	(25)	(72)	396
Reconhecimento de variações em Ativos e passivos de benefícios pós-aposentadoria — Nota S	(19)	506	(1.371)
Reclassificação como resultado — hedges de fluxo de caixa	—	2	(4)
Total dos outros lucros (prejuízos) abrangentes	<u>(44)</u>	<u>436</u>	<u>(979)</u>
Lucro (prejuízo) abrangente	<u>\$286</u>	<u>\$1.230</u>	<u>\$(1.001)</u>

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2010	2009	2008
Fluxos de caixa gerados por atividades de empréstimo e investimento			
Empréstimos:			
Desembolsos de empréstimos (líquidos de participações).....	\$(10.341)	\$(11.424)	\$ (7.149)
Liquidações de empréstimos (líquidos de participações).....	5.598	4.542	4.740
Caixa líquido aplicado em atividades de empréstimo.....	(4.743)	(6.882)	(2.409)
Compras brutas de investimentos mantidos até o vencimento	(4.409)	(4.232)	(3.287)
Recursos brutos gerados pelo vencimento ou a venda de investimentos mantidos até o vencimento	7.373	4.253	3.299
Aquisição de imobilizado.....	(33)	(21)	(22)
Outros ativos e passivos	(30)	(8)	(4)
Caixa líquido aplicado em atividades de empréstimo e investimento.....	(1.842)	(6.890)	(2.423)
Fluxos de caixa gerados por atividades de financiamento			
Captações de médio e longo prazo:			
Recursos gerados por emissões de títulos.....	11.726	16.181	10.793
Amortizações.....	(9.998)	(6.086)	(8.321)
Captações de curto prazo:			
Recursos gerados por emissões de títulos.....	469	2.571	11.588
Amortizações.....	(2.349)	(3.752)	(10.707)
Garantias recebidas em numerário	12	1	—
Valores recebidos de países membros.....	30	3	5
Caixa líquido gerado por (aplicado em) atividades de financiamento	(110)	8.918	3.358
Fluxos de caixa gerados por atividades operacionais			
Compras brutas de investimentos de curto prazo.....	(31.865)	(33.542)	(14.210)
Recursos brutos gerados pela venda ou o vencimento de investimentos de curto prazo	32.691	30.475	12.259
Receita de operações de crédito, após os swaps	1.864	2.152	2.412
Juros e outros encargos sobre captações, após os swaps	(373)	(1.009)	(1.415)
Receita de investimentos	251	305	568
Outras receitas.....	21	15	11
Despesas administrativas	(574)	(446)	(431)
Programas especiais	(55)	(38)	(20)
Caixa líquido gerado por (aplicado em) atividades operacionais	1.960	(2.088)	(826)
Efeito de flutuações de taxas de câmbio sobre o saldo de caixa.....	(8)	1	(8)
Aumento (redução) no saldo de caixa, líquido	—	(59)	101
Caixa, início do exercício	242	301	200
Caixa, encerramento do exercício	\$ 242	\$ 242	\$ 301

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	31 de dezembro			
	2010		2009	
ATIVO				
Caixa e investimentos				
Caixa — Nota C.	\$ 400		\$ 369	
Investimentos — Notas D, E e Anexo II-1.	<u>1.013</u>	<u>\$1.413</u>	<u>1.041</u>	<u>\$1.410</u>
Saldo de empréstimos — Nota F e Anexo II-2		4.004		4.317
Juros e outros encargos acumulados sobre empréstimos		18		20
Valores a receber de países membros — Nota H				
Obrigações não negociáveis e não remuneradas:				
Obrigações à demanda	454		458	
Notas a prazo	133		146	
Valores necessários para a manutenção de valor de ativos monetários. .	<u>89</u>	<u>676</u>	<u>98</u>	<u>702</u>
Outros ativos.		<u>1</u>		<u>—</u>
Total do ativo		<u>\$6.112</u>		<u>\$6.449</u>
PASSIVO E SALDO DO FUNDO				
Passivo				
Contas a pagar e despesas acumuladas	\$ 4		\$ 4	
Projetos de cooperação técnica e outros financiamentos				
a desembolsar — Nota I	86		89	
Valores devidos ao Fundo Não Reembolsável do BID — Nota J ...	384		154	
Valores a pagar para a manutenção de valor de ativos				
monetários — Nota H	<u>292</u>	<u>\$ 766</u>	<u>295</u>	<u>\$542</u>
Saldo do fundo				
Cotas de contribuição autorizadas e subscritas —				
Nota K e Anexo II-3	10.000		9.762	
Reserva (déficit) geral — Nota L	(4.758)		(3.966)	
Ajustes de tradução acumulados — Nota M	<u>104</u>	<u>5.346</u>	<u>111</u>	<u>5.907</u>
Total do passivo e saldo do fundo		<u>\$6.112</u>		<u>\$6.449</u>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E RESERVA (DÉFICIT) GERAL

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2010	2009	2008
Lucro (prejuízo)			
Empréstimos			
Juros	\$ 69	\$ 75	\$ 80
Outras receitas de empréstimos	5	8	11
	74	83	91
Investimentos — Nota D	17	57	(18)
Receitas totais	91	140	73
Despesas			
Despesas administrativas — Nota B	11	12	62
Despesas totais	11	12	62
Lucro antes da cooperação técnica, alívio da dívida e transferências aprovadas pela Assembleia de Governadores	80	128	11
Despesa com cooperação técnica	24	23	33
Despesa com alívio da dívida — Nota G	484	(3)	—
Transferências para o Fundo Não Reembolsável do BID aprovadas pela Assembleia de Governadores — Nota L	364	122	50
Prejuízo líquido	(792)	(14)	(72)
Reserva (déficit) geral, início do exercício	(3.966)	(3.952)	(3.880)
Reserva (déficit) geral, encerramento do exercício	\$(4.758)	\$(3.966)	\$(3.952)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2010	2009	2008
Prejuízo líquido	\$(792)	\$(14)	\$(72)
Ajustes de tradução — Nota M	(7)	9	(16)
Prejuízo abrangente	\$(799)	\$ (5)	\$(88)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2010	2009	2008
Fluxos de caixa gerados por atividades de empréstimo			
Desembolsos de empréstimos	\$ (398)	\$(414)	\$(415)
Liquidações de empréstimos	214	220	229
Participações em empréstimos, líquidas	(4)	(2)	(5)
Caixa líquido aplicado em atividades de empréstimo	(188)	(196)	(191)
Fluxos de caixa gerados por atividades de financiamento			
Valores recebidos de países membros	30	49	22
Cotas de contribuição de países membros	236	125	—
Restituição de cotas de contribuição para países membros	—	—	(1)
Caixa líquido gerado por atividades de financiamento	266	174	21
Fluxos de caixa gerados por atividades operacionais			
Compras brutas de investimentos	(1.847)	(886)	(586)
Recursos brutos gerados pela venda ou o vencimento de investimentos	1.867	872	730
Receita de operações de crédito	74	80	91
Receita de investimentos	19	31	23
Despesas administrativas	(10)	(13)	(63)
Financiamentos de cooperação técnica e outros	(26)	(25)	(27)
Transferências de caixa para o Fundo Não Reembolsável do BID	(134)	(41)	(15)
Caixa líquido gerado por (aplicado em) atividades operacionais	(57)	18	153
Efeito de flutuações de taxas de câmbio sobre o saldo de caixa	10	8	8
Aumento (redução) no saldo de caixa, líquido	31	4	(9)
Caixa, início do exercício	369	365	374
Caixa, encerramento do exercício	\$ 400	\$ 369	\$ 365

BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	31 de dezembro	
	2010	2009
ATIVO		
Caixa	\$ —	\$ 1
Investimentos — Notas C, D e Anexo III-1	200	227
Total do ativo	\$200	\$228
PASSIVO E SALDO DO FUNDO		
Passivo:		
Valores devidos ao Capital Ordinário	\$ 7	\$ 7
Saldo do fundo	193	221
Total do passivo e saldo do fundo	\$200	\$228

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NO SALDO DO FUNDO

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2010	2009	2008
Acréscimos			
Receita de investimentos — Nota C	\$ 5	\$ 12	\$ —
Total dos acréscimos	5	12	—
Deduções			
Perda com investimentos — Nota C	—	—	7
Juros pagos em nome dos mutuários do Capital Ordinário	33	39	50
Total das deduções	33	39	57
Variação no saldo do fundo	(28)	(27)	(57)
Saldo do fundo, início do exercício	221	248	305
Saldo do fundo, encerramento do exercício	\$193	\$221	\$248

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2010	2009	2008
Fluxos de caixa gerados por atividades operacionais			
Receita de investimentos	\$ 4	\$ 1	\$ 3
Juros pagos em nome dos mutuários do Capital Ordinário	(33)	(35)	(47)
Redução em investimentos, líquida	28	34	43
Caixa líquido aplicado em operações e redução líquida no saldo de caixa	(1)	—	(1)
Caixa, início do exercício	1	1	2
Caixa, encerramento do exercício	\$ —	\$ 1	\$ 1

FUNDO NÃO REEMBOLSÁVEL DO BID
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	31 de dezembro	
	2010	2009
ATIVO		
Valores a receber do Fundo para Operações Especiais	\$384	\$154
Valores a receber do Capital Ordinário	72	—
Total do ativo	<u>\$456</u>	<u>\$154</u>
PASSIVO E SALDO DO FUNDO		
Passivo:		
Financiamentos não reembolsáveis a desembolsar —		
Nota D	\$415	\$154
Saldo do fundo	41	—
Total do passivo e saldo do fundo	<u>\$456</u>	<u>\$154</u>

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NO SALDO DO FUNDO

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2010	2009	2008
Acréscimos			
Transferências do Fundo para Operações Especiais	\$364	\$122	\$ 50
Transferências do Capital Ordinário	72	—	—
Total dos acréscimos	<u>436</u>	<u>122</u>	<u>50</u>
Deduções			
Financiamentos não reembolsáveis	395	122	50
Variação no saldo do fundo	<u>41</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
Saldo do fundo, início do exercício	—	—	—
Saldo do fundo, encerramento do exercício	<u>\$ 41</u>	<u>\$ —</u>	<u>\$ —</u>

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2010	2009	2008
Fluxos de caixa gerados por atividades operacionais			
Transferências de caixa do Fundo para Operações Especiais . .	\$134	\$ 41	\$ 15
Desembolsos de financiamentos não reembolsáveis	(134)	(41)	(15)
Fluxos de caixa gerados por atividades operacionais, líquido	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
Caixa, início do exercício	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
Caixa, encerramento do exercício	<u>\$ —</u>	<u>\$ —</u>	<u>\$ —</u>

GOVERNADORES E GOVERNADORES SUPLENTE

País	Governador	Governador Suplente
ALEMANHA	Gudrun Kopp	Rolf Wenzel
ARGENTINA	Amado Boudou	Mercedes Marcó del Pont
ÁUSTRIA	Josef Pröll	Edith Frauwallner
BAHAMAS	Zhivargo S. Laing	Ehurd Cunningham
BARBADOS	Christopher Peter Sinckler	Grantley W. Smith
BÉLGICA	Didier Reynders	Franciscus Godts
BELIZE	Dean Barrow	Joseph Waight
BOLÍVIA	Elba Viviana Caro Hinojosa	Luis Alberto Arce Catacora
BRASIL	Paulo Bernardo Silva	Carlos Augusto Vidotto
CANADÁ	Lawrence Cannon	James Haley
CHILE	Felipe Larraín	
CHINA	Zhou Xiaochuan	Yi Gang
COLÔMBIA	Juan Carlos Echeverry Garzón	Hernando José Gómez Restrepo
COREIA, REPÚBLICA DA	Jeung-Hyun Yoon	Choongsoo Kim
COSTA RICA	Fernando Herrero Acosta	Rodrigo Bolaños Zamora
CROÁCIA	Ivan Suker	Zdravko Maric
DINAMARCA	Susan Ulbæk	Lars Bredal
EL SALVADOR	Alexander Ernesto Segovia Cáceres	Carlos Enrique Cáceres Chávez
EQUADOR	Patricio Rivera Yáñez	Katiuska King Mantilla
ESLOVÊNIA	Franc Krizanic	Mitja Mavko
ESPANHA	Elena Salgado	José Manuel Campa Fernández
ESTADOS UNIDOS	Timothy F. Geithner	Robert D. Hormats
FINLÂNDIA	Ritva Koukku-Ronde	Jorma Julin
FRANÇA	Christine Lagarde	Ramón Fernández
GUATEMALA	Alfredo Del Cid Pinillos	Edgar Baltazar Barquín Durán
GUIANA	Bharrat Jagdeo	Ashni Singh
HAITI	Ronald Baudin	Jean-Max Bellerive
HONDURAS	William Chong Wong	María Elena Mondragón Ordóñez
ISRAEL	Stanley Fischer	Oded Brook
ITÁLIA	Giulio Tremonti	Mario Draghi
JAMAICA	Audley Shaw	Wesley Hughes
JAPÃO	Yoshihiko Noda	Masaaki Shirakawa
MÉXICO	Ernesto Cordero-Arroyo	José Antonio Meade Kuribreña
NICARÁGUA	Alberto José Guevara Obregón	Antenor Rosales Bolaños
NORUEGA	Ingrid Fiskaa	Henrik Harboe
PAÍSES BAIXOS	Ben Knapen	Yoka Brandt
PANAMÁ	Alberto Vallarino Clément	Frank De Lima Gercich
PARAGUAI	Dionisio Borda	Manuel Vidal Caballero Giménez
PERU	Ismael Alberto Benavides Ferreyros	Luis Miguel Castilla Rubio
PORTUGAL	Fernando Teixeira dos Santos	Carlos Costa Pina
REINO UNIDO	Andrew Mitchell	Alan Duncan
REPÚBLICA DOMINICANA	Vicente Ignacio Bengoa Albizu	Juan Temístocles Montás
SUÉCIA	Jan Knutsson	Anders Bengtscén
SUÍÇA	Beatrice Maser Mallor	Roger Denzer
SURINAME	Gillmore Hoefdraad	Wonnies Boedhoe
TRINIDAD E TOBAGO	Winston Dookeran	Mary King
URUGUAI	Fernando Lorenzo	Pedro Buonomo
VENEZUELA	Jorge A. Giordani C.	Alí Rodríguez Araque

Em 31 de dezembro de 2010

DIRETORES EXECUTIVOS E DIRETORES EXECUTIVOS SUPLENTE

			Votos	Porcentagem
Mattia Adani, ITÁLIA Ulrike Metzger (Suplente), ALEMANHA	Eleito por: Alemanha Bélgica China Israel	Itália Países Baixos Suíça	426.523	5,092
Gustavo Arnavat, ESTADOS UNIDOS Vago (Suplente), ESTADOS UNIDOS	Designado pelos: Estados Unidos		2.512.664	30,006
Adina Bastidas, VENEZUELA Antonio De Roux (Suplente), PANAMÁ	Eleita por: Panamá Venezuela		518.658	6,194
Richard Bernal, JAMAICA Vago (Suplente)	Eleito por: Bahamas Barbados Guiana	Jamaica Trinidad e Tobago	126.574	1,511
Hugo Rafael Cáceres, PARAGUAI Marcelo Bisogno (Suplente), URUGUAI	Eleito por: Bolívia Paraguai Uruguai		205.291	2,452
Manuel Coronel Novoa, NICARÁGUA Carmen María Madrí (Suplente), COSTA RICA	Eleito por: Belize Costa Rica El Salvador	Guatemala Honduras Nicarágua	202.692	2,420
Eugenio Díaz-Bonilla, ARGENTINA Martín Bès (Suplente), ARGENTINA	Eleito por: Argentina Haiti		936.545	11,184
Alejandro Foxley Tapia, CHILE Xavier Eduardo Santillán (Suplente), EQUADOR	Eleito por: Chile Equador		295.653	3,530
José Carlos Miranda, BRASIL Sérgio Portugal (Suplente), BRASIL	Eleito por: Brasil Suriname		907.766	10,840
Cecilia Ramos Ávila, MÉXICO Muriel Alfonsaca (Suplente), REPÚBLICA DOMINICANA	Eleita por: México República Dominicana		627.122	7,489
Marc-Olivier Strauss-Kahn, FRANÇA Orla Bakdal (Suplente), DINAMARCA	Eleito por: Áustria Dinamarca Espanha Finlândia	França Noruega Suécia	400.427	4,783
Yasusuke Tsukagoshi, JAPÃO Gerry Duffy (Suplente), REINO UNIDO	Eleito por: Coreia, República da Croácia Eslovênia	Japão Portugal Reino Unido	511.113	6,105
Juan Valdivia Romero, PERU Roberto Prieto Uribe (Suplente), COLÔMBIA	Eleito por: Colômbia Peru		367.878	4,393
Vinita Watson, CANADÁ Peter Cameron (Suplente), CANADÁ	Eleita por: Canadá		335.022	4,001
TOTAL			8.373.928	100,00*

Escritório de Avaliação e Supervisão

Stephen A. Quick, Diretor
Sixto Felipe Aquino, Subdiretor

Em 31 de dezembro de 2010

* Devido ao arredondamento, os totais podem não corresponder exatamente à soma das parcelas.

ÓRGÃOS DE LIGAÇÃO E DEPOSITÁRIOS

País membro	Órgão de ligação	Depositário
ALEMANHA	Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento	Deutsche Bundesbank
ARGENTINA	Ministerio de Economía	Banco Central de la República Argentina
ÁUSTRIA	Ministério Federal das Finanças	Österreichische Nationalbank
BAHAMAS	Ministry of Finance	Central Bank of The Bahamas
BARBADOS	Ministry of Economic Development	Central Bank of Barbados
BÉLGICA	Ministère des Finances	Banque Nationale de Belgique
BELIZE	Ministry of Finance	Central Bank of Belize
BOLÍVIA	Ministerio de Planificación del Desarrollo	Banco Central de Bolivia
BRASIL	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	Banco Central do Brasil
CANADÁ	Institutions financières internationales, Direction générale des programmes multilatéraux, Agence canadienne de développement international	Banque du Canada
CHILE	Ministerio de Hacienda	Banco Central de Chile
CHINA	Banco Popular da China	Banco Popular da China
COLÔMBIA	Ministerio de Hacienda y Crédito Público	Banco de la República
COREIA, REPÚBLICA DA	Ministério da Estratégia e das Finanças	Banco da Coreia
COSTA RICA	Ministerio de Hacienda	Banco Central de Costa Rica
CROÁCIA	Ministério da Fazenda	Banco Nacional da Croácia
DINAMARCA	Agência Dinamarquesa para o Desenvolvimento Internacional (DANIDA)	Danmarks Nationalbank
EL SALVADOR	Secretaría Técnica de la Presidencia	Banco Central de Reserva de El Salvador
EQUADOR	Ministerio de Economía y Finanzas	Banco Central del Ecuador
ESLOVÊNIA	Ministério das Finanças	Banco da Eslovênia
ESPANHA	Subdirección General de Instituciones Financieras Multilaterales, Ministerio de Economía	Banco de España
ESTADOS UNIDOS	Treasury Department	Federal Reserve Bank of New York
FINLÂNDIA	Ministério das Relações Exteriores	Banco da Finlândia
FRANÇA	Ministère de l'Économie, des finances et de l'industrie	Banque de France
GUATEMALA	Banco de Guatemala	Banco de Guatemala
GUIANA	Ministry of Finance	Bank of Guyana
HAÍTI	Banque de la République d'Haïti	Banque de la République d'Haïti
HONDURAS	Banco Central de Honduras	Banco Central de Honduras
ISRAEL	Banco de Israel	Banco de Israel
ITÁLIA	Ministério de Economia e Finanças	Banca d'Italia
JAMAICA	Ministry of Finance and Planning	Bank of Jamaica
JAPÃO	Ministério das Finanças	Banco do Japão
MÉXICO	Secretaría de Hacienda y Crédito Público	Banco de México
NICARÁGUA	Ministerio de Hacienda y Crédito Público	Banco Central de Nicaragua
NORUEGA	Real Ministério Norueguês das Relações Exteriores	Banco da Noruega
PAÍSES BAIXOS	Ministério das Finanças	De Nederlandsche Bank N.V.
PANAMÁ	Ministerio de Economía y Finanzas	Banco Nacional de Panamá
PARAGUAI	Banco Central del Paraguay	Banco Central del Paraguay
PERU	Banco Central de Reserva del Perú	Banco Central de Reserva del Perú
PORTUGAL	Ministério das Finanças e da Administração Pública	Banco de Portugal
REINO UNIDO	Department for International Development	Bank of England
REPÚBLICA DOMINICANA	Banco Central de la República Dominicana	Banco Central de la República Dominicana
SUÉCIA	Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional	Sveriges Riksbank
SUÍÇA	Office fédéral des affaires économiques extérieures	Banque Nationale Suisse
SURINAME	Central Bank van Suriname	Central Bank van Suriname
TRINIDAD E TOBAGO	Central Bank of Trinidad and Tobago	Central Bank of Trinidad and Tobago
URUGUAI	Ministerio de Economía y Finanzas	Banco Central del Uruguay
VENEZUELA	Ministerio de Planificación y Desarrollo	Banco Central de Venezuela

Em 31 de dezembro de 2010

PRINCIPAIS FUNCIONÁRIOS

Presidente	Luis Alberto Moreno
Vice-Presidente Executiva	Julie T. Katzman
Vice-Presidente de Países	Roberto Vellutini
Vice-Presidente de Setores e Conhecimento	Santiago Levy Algazi
Vice-Presidente de Finanças e Administração	Jaime Alberto Sujoy
Vice-Presidente do Setor Privado e Operações sem Garantia Soberana	Steven J. Puig
Gerente Geral e Economista-Chefe a.i., Departamento de Pesquisa e Economista-Chefe	Eduardo Lora
Gerente Geral, Departamento de Países do Cone Sul	Carlos Hurtado López
Gerente Geral, Departamento de Países do Grupo Andino	Alicia S. Ritchie
Gerente Geral, Departamento de Países da América Central, México, Panamá e República Dominicana	Gina Montiel
Gerente Geral, Departamento de Países do Caribe	Gerard S. Johnson
Gerente Geral, Departamento de Países do Haiti	José Agustín Aguerre
Secretário	Germán Quintana
Diretor Jurídico	James Spinner
Chefe de Gabinete da Presidência	Luis Alberto Giorgio
Assessor-Chefe da Vice-Presidente Executiva	
Gerente Geral e Diretor Financeiro, Departamento Financeiro	Edward Bartholomew
Gerente Geral e Diretor de Eficácia no Desenvolvimento, Escritório de Planejamento Estratégico e Eficácia no Desenvolvimento	Luis Estanislao Echebarría
Gerente Geral, Departamento de Orçamento e Serviços Administrativos	John R. Hauge
Gerente Geral, Departamento de Financiamento Estruturado e Corporativo	Hans Schulz
Gerente Geral, Departamento de Recursos Humanos	Guillermo Miranda
Gerente Geral e Diretor de Informática, Departamento de Tecnologia da Informação	Simon Gauthier
Gerente Geral a.i., Escritório do Fundo Multilateral de Investimentos	Julie T. Katzman
Auditor Executivo	Alan N. Siegfried
Assessor, Assessoria de Relações Externas	George de Lama
Gerente, Setor de Infraestrutura e Meio Ambiente	Alexandre Meira da Rosa
Gerente, Setor Social	Kei Kawabata
Gerente, Setor de Capacidade Institucional e Finanças	Mario Marcel Culler
Gerente, Setor de Integração e Comércio	Antoni Esteveadeordal
Gerente, Setor de Conhecimento e Aprendizagem	Graciela Schamis
Gerente, Setor de Oportunidades para a Maioria	Luiz Ros
Assessor, Escritório de Parcerias Estratégicas	Bernardo Guillamón
Assessor, Escritório de Gestão de Risco	Fernando Yñigo-Peralta
Chefe, Escritório de Integridade Institucional	Brigida Benítez

Em 31 de dezembro de 2010

REPRESENTAÇÕES E REPRESENTANTES

ARGENTINA, José Luis Lupo

Calle Esmeralda 130, pisos 19 y 20
(Casilla de correo 181, Sucursal 1)
Buenos Aires Tel: 4320-1800

BAHAMAS, Oscar E. Spencer

IDB House, East Bay Street
(P.O. Box N-3743)
Nassau Tel: 396-7800

BARBADOS, Anneke Jessen

Maple Manor, Hastings
(P.O. Box 402)
Christ Church Tel: 227-8500

BELIZE, Caroline L. Clarke

1024 Newtown Barracks
101 1st Floor
Marina Towers Building
(P.O. Box 1853)
Belize City Tel: 221-5300

BOLÍVIA, Baudouin Duquesne

Edificio "BISA", piso 5
Avda. 16 de Julio, 1628
(Casilla 5872)
La Paz Tel: 217-7700

BRASIL, Fernando Carrillo-Flórez

Setor de Embaixadas Norte
Quadra 802 Conjunto F
Lote 39 - Asa Norte
70.800-400 Brasília, D.F. Tel: 3317-4200

CHILE, Eddy Linares a.i.

Avda. Pedro de Valdivia 0193, piso 11
(Casilla 16611)
Correo 9 (Providencia)
Santiago Tel: 431-3700

COLÔMBIA, Javier León

Carrera 7, N 71-21
Torre B, piso 19
Edificio Bancafe
Bogotá Tel: 325-7000

COSTA RICA, Fernando Quevedo

Edificio Centro Colón, piso 12
Paseo Colón, entre calles 38 y 40
San José Tel: 2523-3300

EL SALVADOR

María Carmenza McLean

Edificio World Trade Center, piso 4
89 Avda. Norte y Calle El Mirador
San Salvador Tel: 2233-8900

EQUADOR, Carlos N. Melo

Avda. 12 de Octubre N24-528 y Cordero
Ed. World Trade Center - Torre II, piso 9
(Apartado postal 17-07-9041)
Quito Tel: 299-6900

GUATEMALA, Juan José Taccone

3^{era} Avenida 13-78, Zona 10
Torre Citigroup – Nivel 10
(Apartado postal 935)
Guatemala Tel: 2327-4300

GUIANA, Marco Carlo Nicolás

47 High Street, Kingston
(P.O. Box 10867)
Georgetown Tel: 225-7951

HAITI, Eduardo Marques Almeida

Banque interaméricaine de
développement
Bourdon 389
(Boîte postale 1321)
Port-au-Prince Tel: 812-5000

HONDURAS, Miguel Manzi

Colonia Lomas del Guijarro Sur
Primera Calle
(Apartado postal 3180)
Tegucigalpa Tel: 290-3500

JAMAICA, Julian A. Belgrave a.i.

40-46 Knutsford Blvd., 6th floor
(P.O. Box 429)
Kingston 10 Tel: 764-0815

MÉXICO, Ellis J. Juan

Avda. Paseo de la Reforma 222, piso 11
Colonia Juárez
Delegación Cuauhtémoc
06600 México, D.F. Tel: 9138-6200

NICARÁGUA

Mirna Liévano de Marques

Edificio BID
Km. 4-1/2 Carretera a Masaya
(Apartado postal 2512)
Managua Tel: 264-9080

PANAMÁ, Marcelo G. Antinori

Avda. Samuel Lewis, Obarrio
Torre HSBC, piso 14
(Apartado postal 0816-02900)
Panamá 5 Tel: 206-0900

PARAGUAI, Hugo Flórez Timorán

Calle Quesada esq. Legión Civil
Extranjera
(Casilla 1209)
Asunción Tel: 616-2000

PERU, Fidel Jaramillo

Paseo de la República 3245, piso 14
San Isidro, Lima Tel: 215-7800

REPÚBLICA DOMINICANA,

Manuel Labrado

Calle Luis F. Thomen esq. Winston
Churchill
Torre BHD, piso 10
(Apartado postal 1386)
Santo Domingo Tel: 562-6400

SURINAME, Ancile E. Brewster

Peter Brunestaal 2-4
Paramaribo Tel: 52-1201

TRINIDAD E TOBAGO

Iwan P. Sewberath Misser

17 Alexandra Street, St. Clair
(P.O. Box 68)
Port of Spain Tel: 822-6400

URUGUAI, Tracy A. Betts

Rincón 640 esq. Bartolomé Mitre
(Casilla de correo 5029)
11000 Montevideo Tel: 915-4330

VENEZUELA, Joel Branski

Edificio Central Federal, piso 3
Avda. Venezuela, El Rosal
Caracas 1060 Tel: 955-2900
Em 31 de dezembro de 2009

INSTITUTO PARA A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE

Ricardo R. Carciofi

Calle Esmeralda 130, pisos 16 y 17
(Casilla de correo 181, Sucursal 1)
Buenos Aires Tel: 4323-2350

ESCRITÓRIO NA ÁSIA

Tashihisa Ueda

Fukoku Seimei Building 16-F
2-2-2 Uchisaiwaicho, Chiyoda-ku
Tokyo 100-0011, Japan Tel: 3591-0461

ESCRITÓRIO NA EUROPA

Carlos M. Jarque

Banque interaméricaine de
développement
66, Avenue d'Iéna
75116 Paris, France Tel: 40-69-31-00

Em 31 de dezembro de 2010

QUADRO XIII • DEZ ANOS DE OPERAÇÕES DO BID, 2001-2010
(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
CAPITAL										
Subscrições (fim do ano)										
Capital Ordinário	100.959	100.951	100.951	100.951	100.953	100.953	100.953	100.938	104.980	104.980
Fundo para Operações Especiais	9.636	9.636	9.636	9.637	9.639	9.639	9.640	9.636	9.762	10.000
Outros fundos ¹	2.728	2.769	2.938	3.026	3.078	2.772	3.274	3.422	4.162	4.459
Total	113.323	113.356	113.525	113.614	113.670	113.364	113.867	113.996	118.904	119.439
CAPTAÇÃO DE RECURSOS²										
Saldo (fim do ano)	42.161	46.859	48.112	46.190	43.999	43.959	44.854	44.624	57.641	61.124
Captação anual bruta	7.097	9.340	9.109	4.710	4.937	5.419	6.089	11.069	17.886	13.719
OPERAÇÕES										
Empréstimos e garantias aprovados (acumulado)³										
Capital Ordinário ⁴	93.518	100.834	110.436	116.799	117.804	124.580	135.006	148.991	162.533	176.180
Fundo para Operações Especiais	15.328	15.774	16.652	17.391	17.486	18.257	18.525	18.519	18.870	19.054
Outros fundos	1.719	1.736	1.769	1.747	1.743	1.751	1.772	1.755	1.768	1.791
Total	110.565	118.344	128.857	135.937	137.033	144.588	155.303	169.265	183.171	197.025
Empréstimos e garantias aprovados (anual)										
Capital Ordinário ^{4,5}	7.411	4.143	6.232	5.468	6.448	5.632	8.577	11.085	15.278	12.136
Fundo para Operações Especiais	443	406	578	552	410	605	152	138	228	297
Outros fundos	—	—	—	—	—	2	6	3	1	31
Total	7.854	4.549	6.810	6.020	6.858	6.239	8.735	11.226	15.507	12.464
Desembolsos de empréstimos (anual)⁶										
Capital Ordinário ⁴	6.037	5.522	8.416	3.768	4.899	6.088	6.725	7.149	11.424	10.341
Fundo para Operações Especiais	422	313	486	463	424	398	393	415	414	398
Outros fundos	—	2	—	1	5	3	6	44	13	34
Total	6.459	5.837	8.902	4.232	5.328	6.489	7.124	7.608	11.851	10.773
Amortização de empréstimos (anual)⁶										
Capital Ordinário	1.926	4.106	7.279	5.199	5.224	8.615	5.265	4.740	4.542	5.598
Fundo para Operações Especiais	268	256	296	294	301	290	275	229	220	214
Outros fundos	14	13	12	9	5	3	4	4	5	5
Total	2.208	4.375	7.587	5.502	5.530	8.908	5.544	4.973	4.767	5.817
Saldo de empréstimos										
Capital Ordinário	44.951	47.958	50.655	49.842	48.135	45.932	47.954	51.173	58.049	63.007
Fundo para Operações Especiais	6.047	6.198	6.670	6.971	6.878	3.733	3.966	4.101	4.317	4.004
Outros fundos	133	118	104	98	94	94	96	126	135	156
Total	51.131	54.274	57.429	56.911	55.107	49.759	52.016	55.400	62.501	67.167
Operações não reembolsáveis aprovadas (anual)⁷										
Capital Ordinário	—	—	—	—	12	34	37	68	94	86
Fundo para Operações Especiais	39	36	30	36	36	28	34	43	33	36
Fundo Não Reembolsável do BID ⁸	—	—	—	—	—	—	50	50	122	251
Outros fundos	46	45	47	39	57	53	92	109	283	457
Total	85	81	77	75	105	115	213	270	532	830
Operações aprovadas do Fundo Multilateral de Investimentos (anual)⁹	90	99	69	116	114	125	135	178	119	122
ADMINISTRAÇÃO										
Despesas administrativas										
Total – Todos os Fundos do Banco	355	376	386	404	473	507	564	501	542	584

¹ Inclui o Fundo Multilateral de Investimentos. Não inclui fundos desativados.

² Captações de médio e longo prazos líquidas de descontos não amortizados (antes dos swaps e ajustes de marcação a mercado).

³ Menos cancelamentos. Inclui ajustes de transações de câmbio.

⁴ Menos participações em empréstimos sem garantia soberana. Inclui o Mecanismo de Elaboração e Execução de Projetos.

⁵ Em 2009, inclui US\$ 800 milhões em aprovações de empréstimos canceladas durante o ano.

⁶ Com base nos montantes originais, expressos em equivalentes em dólares dos Estados Unidos.

⁷ Inclui financiamentos do Programa de Empreendedorismo Social, cooperações técnicas, programas especiais, financiamentos não reembolsáveis para projetos específicos e outros financiamentos não reembolsáveis. Não inclui operações do Fundo Multilateral de Investimentos, que são apresentadas em separado.

⁸ Em 2010, não inclui US\$ 144 milhões em saldos de empréstimos a desembolsar, que foram transferidos do Fundo para Operações Especiais, e convertidos em financiamentos não reembolsáveis.

⁹ Inclui cooperações técnicas, empréstimos e investimentos societários. Também inclui aumentos em operações em curso.

O Relatório Anual é produzido pela Assessoria de Relações Externas do BID.

Editor responsável: John Ferriter

Gerente de produção: Gerardo Giannoni

Design: Dolores Subiza

Edição em português: Timothy Yuan

Assistentes editoriais: Cathy Conkling-Shaker e Norma Rivera

Créditos das fotografias: capa, Santiago Galdós Gago, PROTRANSPORTE; página iii, da esquerda para a direita: David Mangurian, David Mangurian, Ricardo Mata, Willie Heinz, David Mangurian; página iv, Peter Bate; página 1, Ángela Fúnez; página 3, Arlette Pedraglio; página 4, cortesia de PROSAP; página 6, Arlette Pedraglio; página 8, cortesia de Empresas Públicas de Medellín (EPM); página 9, Anderson Schneider; página 10, cortesia do Fondo Nacional de Desarrollo Regional (FNDR), Bolívia; página 11, Jaakko Helleranta, 2010 (disponível nos termos da licença Creative Commons

Attribution-ShareAlike); página 12, Herbert Morello; página 13, Marcos Camacho López; página 14, Christopher Jennings; página 15, cortesia do Ministério da Agricultura, Peru; página 16, acima à esquerda: Robinson Robles, acima à direita e embaixo à esquerda: Herbert Morello; página 17, foto da CII (Bufette Creativo); página 18, cortesia de PROSAMER; página 19, cortesia do Programa de Melhoria de Bairros II (PROMEBA II); página 21, José Vega; página 24, Rafael Álvarez; página 36, cortesia do Ministério dos Transportes e Obras Públicas (MTOP), Equador.

Este Relatório está disponível online em www.iadb.org.



Impreso em papel reciclado



ISSN: 0253-6048